



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

Juno Nedel Mendes de Aguiar

**Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos
no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)**

Florianópolis

2020

Juno Nedel Mendes de Aguiar

Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nedel Mendes de Aguiar, Juno

Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959) / Juno Nedel Mendes de Aguiar ; orientador, Rogério Luiz de Souza, 2020.

179 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. história. 2. transgeneridade. 3. patologização. 4. história. 5. gênero. I. de Souza, Rogério Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História. III. Título.

Juno Nedel Mendes de Aguiar

Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelas seguintes membras:

Prof.(a) Dr.(a) Jaqueline Gomes de Jesus

Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof.(a) Dr.(a) Joana Maria Pedro,

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

Prof. Dr. Lucas De Melo Reis Bueno

Coordenador do PPGH/CFH/UFSC

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza

Orientador

Florianópolis

2020

*Para meu amigo Gabriel Simon Machado.
Se não fosse por seu incentivo, eu jamais teria
percorrido esse caminho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Rogério Luiz de Souza, por ter aceitado orientar um projeto tão ambicioso e por tê-lo conduzido com tamanha paciência, lucidez e generosidade.

Agradeço à minha mãe, Cláudia, e aos meus tios, Daniel e Dáfni, por me mostrarem desde cedo a potência do ensino superior público e de qualidade no Brasil. Admiro por inteiro sua dedicação e seu comprometimento ético com essa profissão tão frequentemente desvalorizada em nosso país.

Agradeço à minha amada avó, Aidée, por sempre me incentivar em meus estudos e por me instar a seguir em frente mesmo quando já não tenho gana de continuar. Agradeço ainda aos meus irmãos, Isabela e Felipe, pela companhia, pelas risadas, por existirem junto de mim nos momentos difíceis.

Agradeço imensamente a meus amigos Gabriel e Rafa, que dividiram casa comigo neste que foi um dos períodos mais alegres e conturbados de minha vida. Obrigado pela escuta, pelos abraços, pelos jantares, pelas músicas que compusemos juntos e pelos micro-momentos de rotina que, para mim, significaram tudo.

Agradeço à Linaia, que sempre foi uma boa amiga para mim, mesmo quando eu não fui de volta. Se não fosse pela sua presença, eu provavelmente não teria aguentado um dia nesse fluxo árduo que é a pós-graduação. Obrigado pelas conversas, desabafos, fofocas e risadas.

Agradeço ao Alisson pela amizade, pelas conversas, pela escuta e pelos comentários que, com sua sagacidade precisa, sempre aliviavam meus desgostos nem tão discretos com o espaço acadêmico. Obrigado também por fazer acontecer o que eu creio que foi a melhor disciplina que tive no mestrado inteiro.

Agradeço ainda a todas as pessoas lindas que pude conhecer nesse espaço da pós-graduação e que me atravessaram de maneira tão intensa e bonita. Ao Paul. À Luana. À Camila. À Athaysi. À Adaiza. À Ivette. À Yarlenis. À Isabela.

Não poderia deixar de agradecer também aos principais responsáveis por eu ter fugido com o circo: Lui Castanho e Noam Scapin. Se não fosse por vocês, sem dúvida minha vida seria muito menos interessante & prazerosa. Aliás, devo um agradecimento especial ao Noam por ter me ajudado a terminar essa dissertação com seus lembretes diários. Se não fosse por sua ajuda, ainda me faltariam as mesmas 15 páginas de sempre.

Já caímos em diferentes escalas e em diferentes lugares do mundo. Mas temos muito medo do que vai acontecer quando a gente cair. Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas.

KRENAK, Ailton. 2019, p. 31

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral investigar o paradigma de patologização das identidades trans, que atingiu sua máxima expressão na década de 1950, atrelado à criação e popularização da categoria diagnóstica de “transexual” na literatura científica. Para analisar os discursos e práticas institucionais médico-científicos em relação às pessoas trans e gênero-diversas entre 1949-1959 no Brasil, tomo como ponto de partida (e chegada) o caso de Mário da Silva, rapaz que, em 1959, protagonizou a primeira cirurgia de redesignação sexual da qual se tem registro no Brasil. Aqui, dedico-me à história de Mário da Silva para identificar os efeitos do paradigma patologizante nas políticas e práticas médico-jurídicas brasileiras. Os objetivos secundários desta pesquisa são: 1 – Investigar em que medida o discurso patologizante impactou a produção do saber médico-legal brasileiro no que se refere às identidades trans na ocasião da cirurgia de Mário da Silva; 2 – Identificar os métodos, estratégias, recursos e discursos empregados por pessoas trans como resposta ou mesmo resistência ao paradigma patologizante.

Palavras-chave: transexualidade; patologização; transgeneridade; paradigma médico-psiquiátrico

ABSTRACT

The general objective of this study consists in investigating the pathologizing paradigm of trans identities, that reached its maximum expression in the 1950s, with the creation and popularization of the diagnostic category of "transsexual" in the scientific literature. To analyze the medical-scientific institutional discourses and practices in relation to trans and gender-diverse people between 1949-1959 in Brazil, I take as a starting point (and ending point) the case of Mário da Silva, a boy who, in 1959, starred in the first sexual reassignment surgery ever registered in Brazil. Here, I dedicate myself to the story of Mário da Silva to identify the effects of the pathologizing paradigm on Brazilian medical-legal policies and practices. The secondary objectives of this research are: 1 - Investigate to what extent the pathological discourse impacted the production of Brazilian medico-legal knowledge with regard to trans identities at the time of Mário da Silva's surgery; 2 - Identify the methods, strategies, resources and speeches used by trans people as a response or even resistance to the pathologizing paradigm.

Keywords: transsexuality; pathologization; transgenderity; medico-psychiatric paradigm

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prontuário médico do SUS com o código da CID 10 para "transexualismo" como transtorno de identidade.....	27
Figura 2: Virginia Prince, ativista trans e alegada autora do termo "transgênero".....	31
Figura 3: Retratos de Mário da Silva exibidos na reportagem da revista O Cruzeiro, 1959....	57
Figura 4: Primeira página da reportagem sobre Mário da Silva, publicada na edição 0016 da revista O Cruzeiro, em janeiro de 1959.....	62
Figura 5: Fotografia retirada da reportagem sobre Mário da Silva, publicada na edição 0016 da revista O Cruzeiro, em janeiro de 1959.....	65
Figura 6: Mário da Silva. Foto retirada da reportagem da revista O Cruzeiro, edição número 0016, janeiro de 1959.....	68
Figura 7: O sexólogo Magnus Hirschfeld ao lado de duas travestis, na década de 1930.....	84
Figura 8: Ilustração de Karl-Henrich Ulrichs.....	94
Figura 9: Retrato de David Cauldwell (1897 - 1959).....	97
Figura 10: Harry Benjamin (1885 -1986).....	103
Figura 11: Magnus Hirshfeld.....	110
Figura 12: Destruição do acervo do Instituto de Sexologia de Hirschfeld.....	112
Figura 13: Michael Dillon, autor de “Self: A Study in Ethics and Endocrinology” (1946)....	115
Figura 14: Michael Dillon, por volta de seus 35 anos, caminhando ao lado de sua tia.....	117
Figura 15: Pessoa transfeminina na década de 1950, Brasil.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conceito de “transexual” para David Cauldwell (1949).....	102
Tabela 2 - Conceito de "transexual" para Harry Benjamin (1954).....	107
Tabela 3 - Causas da transgeneridade para Richard von Krafft-Ebbing, Gregório Marañon e Sigmund Freud.....	128
Tabela 4 - Legislação Brasileira referente às pessoas trans, travestis e gênero-diversas até 1959.....	135

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	21
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA TRANS.....	21
1.2 TRANSGÊNERO: UM TERMO POLISSÊMICO.....	31
1.3 CISGÊNERO: NOMEANDO O INVISÍVEL.....	36
1.4 DESMANTELANDO PRESSUPOSTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA TRANS....	39
1.4.1 “NO MEU TEMPO ESSAS COISAS NÃO EXISTIAM”: SERIA A TRANSGENERIDADE UM FENÔMENO NOVO?.....	40
1.4.2 “AS PESSOAS TRANS NÃO APARECEM NOS LIVROS DE HISTÓRIA”: COMO LIDAR COM A ESCASSEZ DE FONTES HISTÓRICAS?.....	43
1.5 DEFININDO OS CONTORNOS DA PESQUISA.....	48
2. A VIDA NOS DOMÍNIOS DO SABER-PODER	55
2.1. A REPORTAGEM: MAURA MARIA VIROU MÁRIO.....	55
2.2 MÁRIO DA SILVA, UM RAPAZ QUE ABANDONOU A IDENTIDADE FEMININA NA DÉCADA DE 1950.....	58
2.3 FRAGMENTANDO A ILUSÃO BIOGRÁFICA: O QUE AS VIDAS TRANS NOS ENSINAM SOBRE TEMPORALIDADE.....	72
2.4 DA PATOLOGIZAÇÃO AO TRANSEXUAL VERDADEIRO: UM PERCURSO ENTRE MAGIA, CIÊNCIA E BIOPOLÍTICA.....	78
3. IMAGINANDO MONSTROS: A PRODUÇÃO DAS CATEGORIAS TRANS NO DISCURSO CIENTÍFICO	87
3.1 TENSIONANDO FICÇÕES DE NATUREZA, SEXO E GÊNERO.....	87
3.2 PROMETEU MODERNO: OS CIENTISTAS QUE CRIARAM VIDAS DELIRANTES.....	96
3.3 VOZES DE DISSENSO AO PARADIGMA PATOLOGIZANTE.....	108
4. FABRICANDO CORPOS: O EXERCÍCIO DA VONTADE DE PODER	119
4.1 TERRA BRASILIS: A PATOLOGIZAÇÃO DAS VIDAS TRANS DO LADO DE CÁ.....	119

4.1.1 QUANDO O CORPO VIRA MUSEU, A CARNE GRITA HISTÓRIA.....	119
4.1.2 O CORPO TRANS E A CISNORMATIVIDADE INSTITUCIONAL.....	122
4.1.3 BREVES PALAVRAS SOBRE MODIFICAÇÃO CORPORAL.....	136
4.2 COMO SE FAZ UM CORPO? NOTAS SOBRE A TRANSGENERIDADE COMO UMA ÉTICA DE EXISTÊNCIA.....	139
4.3 PARA NÓS, NÃO HÁ FINAIS FELIZES.....	142
4.4 NÃO EXISTE INOCÊNCIA NA FICÇÃO COLONIAL.....	143
4.5 TRANSGENERIDADE COMO UMA ÉTICA DA EUFORIA.....	149
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
6. ANEXO: CRONOLOGIA E BIBLIOGRAFIA DA TRANSGENERIDADE EM PSIQUIATRIA, PSICANÁLISE, SEXOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA E CIRURGIA, NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS (1910 - 1959).....	159
7. FONTES PRIMÁRIAS.....	166
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

APRESENTAÇÃO

Afinal, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se fala sobre elas, fala sobre elas para quem, e para quê? (...) Gradualmente, assim, fui sentindo que, para produzir um trabalho acadêmico crítico sobre diversidades corporais e de identidades de gênero, implicar minhas próprias experiências e refletir sobre como minha subjetividade enquanto pesquisadora trans se constituía como requisitos fundamentais, particularmente em um contexto em que exclusões e marginalizações de pessoas trans e gênero-diversas restringem as complexidades destas existências.

Viviane V. 2015, p.23

Peço-lhes licença para começar do avesso – isto é, começarei o texto falando de experiências de vida em primeira pessoa. Eu, Juno Nedel, nasci em Florianópolis/SC no ano de 1993, fruto de um relacionamento entre um cirurgião dentista (meu pai) e uma assistente administrativa (minha mãe). Minha mãe, branca, de origem pobre e interiorana, filha de costureira, foi mais tarde incentivada pela família a dar continuidade aos estudos e tentar um curso de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina. Passados os 30 anos de idade, com três filhos pequenos, ela se graduou em Biologia, formou-se mestre, doutora e pós-doutora. Pouco depois de seus 40 anos foi admitida como professora titular no departamento de Biologia dessa mesma universidade. Por consequência, os laboratórios de pesquisa, as salas de aula, as bancas de defesa e a universidade como um todo são espaços muito familiares para mim, pois os frequento desde criança. Tenho comigo uma firme aversão à exploração e ao uso de animais em pesquisas científicas desde que conheci os biotérios da UFSC. Aprendi muito cedo a utilizar um microscópio. Também aprendi que a continuidade dos estudos da minha mãe e o nosso sustento familiar dependiam da possibilidade de bolsas de financiamento estudantil e incentivo financeiro aos órgãos de pesquisa brasileiros.

É um privilégio ter vivido essas experiências porque, de outra forma, a minha própria trajetória acadêmica teria sido agudamente mais difícil. Aos 17 anos, ingressei no curso de Jornalismo da UFSC, de onde trago a minha preocupação com a parcialidade dos discursos e

com a produção de escritas mais acessíveis. Este também foi o momento de minha existência em que as questões sobre gênero e sexualidade ganharam maior peso, não apenas por sua relevância coletiva, mas principalmente porque me ensinaram muito sobre o meu próprio enquadramento histórico e social – ou seja, quem eu sou, onde estou e que espécie de heranças sócio-histórico-culturais eu trago comigo quando caminho por este mundo.

Seria mentira dizer que sempre fui transgênero, se entendermos “transgênero” em sua acepção contemporânea, como uma identidade, como algo que se assume e se constrói. Nesse sentido, sobretudo juridicamente, mal acabei de nascer como Juno Nedel. Por outro lado, se entendermos a transgeneridade como “a condição sociopolítica-cultural do indivíduo que transgride o dispositivo binário de gênero, ou seja, que se desvia das normas oficiais de conduta de gênero – homem/mulher ou masculino/feminino”¹, talvez realmente consigamos rastrear alguns conflitos existenciais com as normas de gênero já na minha primeira infância.

Eu, como muitas outras pessoas, fui criado em uma sociedade assentada sobre modelos de mundo euro-estadunidenses, coloniais, racistas, cis-supremacistas, machistas, capacitistas e especistas². Posso dizer que cresci em um meio ambiente cultural que toma as dicotomias de homem/mulher, branquitude/negritude e humano/não humano como referenciais fixos, verdades atemporais e inalteráveis. Também sempre se exigiu que eu me comportasse da maneira cabível uma mulher –, isto é, que eu fosse cisgênera e heterossexual, que me casasse com um homem e tivesse filhos. Definitivamente não se esperava que eu fosse me tornar quem sou, mas ter me reconhecido como tal me posicionou à margem de um *cistema*³ de privilégios socioculturais e econômicos.

1 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

2 COSTA, Cláudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014. LUGONEZ, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p.117-142.

3 Faço referência ao conceito de cis-tema mundo, adaptado de Grosfoguel (2012, p.339) por Viviane V. em: VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015. p.15.

Assumir-me transmasculino implicou uma série de interdições materiais para mim: dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; não-reconhecimento institucional do meu nome e da minha identidade de gênero; violência física e psicológica; fragilização das minhas redes de afeto; fetichização do meu corpo; desqualificação das minhas experiências e perspectivas de mundo; obstrução de tratamento de saúde de qualidade; entre outros problemas.

Organizar essas percepções sobre o mundo que habito levou tempo, precisamente três anos afastado dos espaços acadêmicos. Em 2018 finalmente retomei meus estudos, dessa vez para um mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Fui o primeiro pesquisador assumidamente transgênero a ingressar como discente no PPGH-UFSC. Também tive o privilégio de ser agraciado com bolsa de pesquisa CAPES-DS ao longo dos dois anos de meu mestrado, condição imprescindível para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Na posição de pessoa trans em um ambiente de maioria cisgênera, é evidente que me deparei com alguns percalços, como, por exemplo, aquilo que chamo de “o peso da representação”: ao ser, durante boa parte do tempo, o único estudante assumido trans na pós-graduação de história da UFSC, e não raro a primeira pessoa trans que muitos de meus pares conheceram em todas as instâncias da sociedade, fui frequentemente colocado na posição de “representante” de uma comunidade inteira. Se, por um lado, tenho comigo um compromisso de estabelecer, sempre que possível, diálogos abertos sobre as questões de gênero, sexualidade e transgeneridade, por outro lado, abduco com firmeza do status de porta-voz absoluto das experiências trans que frequentemente me atribuem nos espaços acadêmicos. Antes de começarmos de fato com a dissertação, gostaria de ressaltar essas obviedades mais uma vez: a comunidade trans não é homogênea e suas experiências não são iguais em toda parte; nem todes desejamos o selo da visibilidade e da subversão; nem todes queremos ser vistas como dissidentes de uma matriz normativa (embora eu, particularmente, pense assim).

Mas é preciso manter em mente alguns pontos. Na condição de um pesquisador catarinense, sulista, branco, magro, de classe média e sem qualquer deficiência, reconheço

que a minha circulação pelos espaços acadêmicos é facilitada ou mesmo estimulada em comparação com pessoas não-brancas ou migrantes. Apesar do meu corpo transgênero, pansexual, coberto de tatuagens e implantes de aço cirúrgico e sua estética nem-tão-aceitável- assim em instâncias de trabalho mais formais e cis-heteronormativas, a brancura da minha pele segue me posicionando estatisticamente⁴⁵ no grupo de pessoas trans com maiores chances de ultrapassar a expectativa de vida de 35 anos⁶, que atualmente confere ao Brasil o título de país que mais mata pessoas trans no mundo⁷. Trata-se de um debate sobre privilégios sociais e violências estruturais. E ainda que eu reconheça o peso da violência de gênero na minha existência, não devo negar que a ideologia da supremacia branca, materializada no estupro, linchamento, expropriação e genocídio dos povos originais e do povo negro são elementos estruturantes da história desta terra que foi chamada de Brasil⁸.

Se inicio a minha dissertação tomando o não-dito⁹ como ponto de partida é por uma decisão fundamentada política, ética e epistemologicamente: aqui, utilizo lugar de fala não como categoria que autoriza ou desautoriza sujeitos na sua propriedade de opinar sobre determinado assunto, mas no entendimento de um *locus* social, uma condição que permite (ou não) que grupos específicos acessem lugares de cidadania, legitimidade intelectual e mesmo de humanidade¹⁰. Como bem apontou Patrícia Hill Collins, trata-se menos de enfatizar

4 Mais adiante, discuto o problema da ausência de estatísticas sobre a população trans por parte dos mecanismos estatais. Consequentemente, todas as estatísticas utilizadas como referência neste trabalho foram elaboradas por ONGs.

5 Segundo o Dossiê de Assassinatos de Pessoas Travestis e Transexuais, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em conjunto com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 163 pessoas trans foram assassinadas no Brasil em 2018. Delas, 82% eram pretas ou pardas. O dossiê completo está disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>

6 Esses dados, também projetados pela ANTRA, são controversos, tendo em vista os métodos muitas vezes precários através dos quais as estatísticas sobre a população trans são desenvolvidas no Brasil.

7 De acordo com o último levantamento realizado pela ONG Transgender Europe (TGEu), em novembro de 2016, o Brasil registrou ao menos 868 assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas em um espaço de oito anos. Foi o maior número absoluto de assassinatos registrados, correspondendo a quase 40% de todos os assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas contabilizados no mundo inteiro. O dossiê completo está disponível em <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>

8 ERVIN, Lorenzo Kom'boa. Anarquismo e revolução negra. São Paulo: Coletivo Editorial Singuilar. 2015, p.9

9 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

10 COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates*. cadernos pagu (19) 2002: p.59-90. GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, Março 2008. p.118. HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575 – 599, 1988. RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. MIGNOLO, Walter. Histórias locais / Projetos globais:

experiências individuais e mais de ressaltar as experiências historicamente compartilhadas e as condições sociais que constituem determinados grupos¹¹.

Entretanto, compreendo que fazer emergir a minha personalidade no texto produz uma dupla interpretação. Por um lado, qualquer trabalho intelectual implica diretamente a pessoa que o produz, haja vista que as historiadoras/es estabelecem uma relação íntima com o seu objeto de análise. Nesta relação íntima, afirma-se também a história de uma identidade pessoal. Assim, conhecer internamente o grupo que é também objeto de análise pode sugerir hipóteses, perguntas e buscas por fontes que talvez fossem ignoradas por observadores externos. Por outro lado, corre-se o risco de ser parcial, na medida em que o envolvimento pessoal com o tema pode ofuscar a lucidez e prejudicar o zelo pelos fatos¹².

Mas convém não nos enganarmos com os efeitos ilusórios da linguagem: as historiadoras/es que não evidenciam as suas motivações pessoais não estão a salvo da falta de lucidez e de zelo em suas pesquisas. Como sugeriu Antoine Prost¹³, ao escrever a história, as historiadoras/es criam a si mesmas. Isso não quer dizer que a história seja meramente a escrita de uma opinião subjetiva; aliás, só se formula história se ela for concordante com arquivos, fontes documentais e testemunhos que possam lhe conferir respaldo.

Neste ponto, reconheço assumir uma posição arriscada: mesmo dentro do espaço de privilégio da pós-graduação, pesquisadores trans, negres e indígenas geralmente têm sua produção intelectual reduzida a uma mera questão identitária. Trazer à tona desde já estes marcadores sociais pode resultar prematuramente na desqualificação dessa pesquisa como faltosa de rigor metodológico.

No entanto, assumo este risco por entender que o que se entende por rigor metodológico costuma alicerçar-se em uma linguagem objetiva e impessoal, que oculta o

colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMS, 2003.

11 COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman 'Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited': Onde está o poder? *Signs*, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997. [Tradução de Juliana Borges]

12 PROST, Antoine. Doze lições sobre história. [Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. 2ª edição, 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p.88-93

13 Ibidem. p.90-93.

apagamento e silenciamento de grupos marginalizados nos espaços de produção de conhecimento. Entendo a linguagem como um mecanismo que pode atuar na manutenção do poder e das hierarquias sociais¹⁴. Portanto, é preciso transcender a autorização discursiva branca, masculina e cis-heteronormativa que se passa por uma objetividade universal. E como bem apontou Djamila Ribeiro, branquitude e masculinidade (cis) também são identidades¹⁵, apesar de que se colocam como não-nomeadas e invisíveis.

Mesmo desejando oferecer uma escrita fluida e acessível, reconheço que nem sempre isso foi possível, seja por decorrência da falta de tempo ou de velhos hábitos incorporados ao longo desses anos de atividade acadêmica. Nesta vida não sou apenas um acadêmico, mas sou também artista, amigo e parente, e me comprometo a fazer esse conhecimento circular de outras formas entre a minha comunidade – do contrário, de pouco me serviriam todos esses anos de estudo.

14 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

15 RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA TRANS

Talvez o principal desafio de elaborar uma pesquisa histórica que dialogue com a transgeneridade consista no caráter contemporâneo, polissêmico e culturalmente específico do termo *transgênero*. É fato que a palavra *transgênero* suscita dúvidas, reações cautelosas, opiniões acaloradas e mesmo críticas por parte daqueles que não entendem a sua relevância, fazendo com que este tema seja constantemente associado ao conjunto dos assuntos polêmicos e intratáveis. Falar sobre transgeneridade, no momento presente desta pesquisa, é arriscar-se ao descrédito e ao desdenho; é expor-se ao perigo de ser titulado como ideólogo e baderneiro. Gostaria de começar este texto reiterando que sim, podemos falar sobre a transgeneridade de uma perspectiva histórica. E sim, estou ciente dos riscos que isso implica.

Este estudo tem como objetivo geral investigar o paradigma de patologização das identidades trans, que tem suas raízes no século XIX mas que atingiu sua máxima expressão na década de 1950, vinculado à criação e popularização da categoria diagnóstica de “transexual” na literatura científica. Para investigar os discursos e práticas institucionais médico-científicas em relação às pessoas trans e gênero-diversas entre os anos de 1949-1959, tomo como ponto de partida o caso de Mário da Silva, rapaz que protagonizou a primeira cirurgia de redesignação sexual da qual se tem registro no Brasil, em 1959. Aqui, dedico-me à história de Mário da Silva para investigar os efeitos do paradigma patologizante nas políticas e práticas médico-jurídicas brasileiras, bem como os seus impactos na subjetivação de pessoas gênero-dissidentes.

O recorte temporal utilizado nesta pesquisa justifica-se por diversos motivos: remontam a este período as publicações científicas que inauguraram e popularizaram o termo “transexual”, como os trabalhos de David Cauldwell (1949) e Harry Benjamin (1954), e ainda as primeiras cirurgias de redesignação sexual com relativa repercussão midiática, como o caso de Christine Jorgensen (1952) e Mário da Silva (1959).

Os objetivos secundários desta pesquisa são estes: 1 – Investigar em que medida o discurso patologizante impactou a produção do saber médico-legal brasileiro no que se refere às pessoas trans na ocasião da cirurgia de Mário da Silva; 2 – Identificar os métodos, estratégias, recursos e discursos empregados por pessoas trans como resposta ou mesmo resistência ao paradigma patologizante.

De fato, a operação historiográfica reside, em primeiro lugar, na confrontação de um olhar do presente a um conjunto de discursos do passado, tomando como base a análise metódica de uma série de testemunhos e fontes documentais¹⁶¹⁷. As experiências presentes, assim, são um catalisador da pesquisa, pois é no presente que se imbricam as demandas (e disputas) da memória e da história. Nesse sentido, historicizar as experiências humanas pode desvelar a tensão contínua que existe entre a permanência e a interrupção de processos históricos, entre o que já foi e aquilo que se espera que seja, entre o que é dito e aquilo que sequer chega a ser mencionado¹⁸. Historicizar a transgeneridade – e, sobretudo, utilizar a transgeneridade como chave interpretativa para abrir uma multitude de caminhos inquietantes – é, também, desestabilizar as categorias que frequentemente tomamos como naturais e pré-discursivas, analisando-as em sua contingência histórica, social e cultural.

É preciso que nos perguntemos: apesar dos inúmeros registros de variações de gênero em diversas culturas ao longo da história e de uma intensa produção científica sobre o assunto desde o início do século XX, por que a transgeneridade é entendida como um fenômeno que apenas recentemente alcançou a atenção midiática e o interesse da população? Por que este discurso é constantemente reelaborado, posicionando a transgeneridade – ou melhor, o seu entendimento e a sua aceitação como um fenômeno social legítimo – em um tempo que nunca é o presente? E não é curioso que estes discursos também encontrem eco dentro da história,

16 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.

17 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

18 BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.

uma disciplina comprometida justamente com os limites críticos da verdade na narrativa histórica¹⁹?

O interesse científico pelo tema da transgeneridade²⁰ não é recente e remonta ao século XIX, na Europa em particular. Este interesse pode ser situado no núcleo de uma explosão discursiva sobre a sexualidade que, tal como analisado por Michel Foucault, ocorreu a partir do século XVIII, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo na sociedade ocidental europeia. Pode-se dizer que a entrada da vida na história está intimamente ligada com a emergência do capitalismo²¹.

Nesse contexto vimos surgir o biopoder, uma variedade de poder que tomou a vida como elemento essencial de produção e como sua principal fonte de valor²². Em outras palavras, trata-se de um espectro de iniciativas relativamente organizadas para intervir na vitalidade humana, incluindo nisto nascimento, desenvolvimento, adoecimento e morte²³. A vida mesma foi convertida em capital. Se antes as dimensões vitais pertenciam ao campo do pessoal e do privado, a partir do século XVIII e particularmente no século XX elas foram tomadas de assalto: gênero, genes, membros corporais, afetividade, psiquismo e até mesmo a imaginação foram invadidos, violados e colonizados pela disputa biopolítica²⁴.

Mas o biopoder não substituiu completamente os dispositivos do poder soberano; do contrário, o problema político fundamental da modernidade está calcado em uma

19 Paul Ricoeur mobiliza o conceito de representância em sua análise sobre a realidade do passado histórico. Para ele, este não é tanto um problema epistemológico, mas sim um tema próximo a uma ontologia da existência histórica (a condição histórica). Em suas palavras, “(...) “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que chamamos em outro momento de intenção ou intencionalidade histórica: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos (RICOEUR 2000b, p. 359).

20 Aqui, utilizo retroativamente o conceito de transgeneridade, tendo em vista que este só foi proposto em 1990. Ao final do século XIX, utilizavam-se frequentemente – e de maneira intercambiável – os conceitos de “inversão sexual” e “hermafroditismo”; a partir dos anos 1950, o termo “transexual” se torna mais comum. Explicarei o uso do conceito “transgeneridade” adiante.

21 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.132 – 133.

22 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... Saúde Soc 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

23 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999

24 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... Saúde Soc 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

multiplicidade de forças que reagem entre si, articulam-se e distribuem-se sob a aliança entre governo, população e economia política²⁵. Assim, o biopoder atravessa ao menos três âmbitos distintos: 1 – a produção de saber sobre os processos vitais humanos; 2 – as relações de poder que tomam os seres humanos como objeto; 3 – os modos de subjetivação de si²⁶.

O sexo, para Foucault, é o centro da disputa biopolítica. E como consequência da proliferação de dispositivos de saber-poder biopolítico, multiplicaram-se também as disciplinas e categorias sobre a sexualidade, bem como emergiram novas identidades sexuais e houve uma implantação numerosa das “perversões” no âmbito médico-científico. Este impulso científico de analisar, categorizar e também produzir distinção entre os gêneros atingiu o seu ápice na década de 1950, quando as vidas de pessoas trans foram foco de diversos estudos²⁷ do campo da psicanálise, sexologia e endocrinologia, principalmente na Inglaterra, França, Alemanha e nos Estados Unidos.

As ciências nascentes, que Foucault chamou de *Scientia Sexualis*²⁸, buscavam encontrar a suposta verdade sobre o gênero, tendo a confissão como método-chave. Em todos os cenários confessionais – incluindo instâncias médicas, jurídicas, pedagógicas, familiares – quem fala produz uma narrativa sobre a sexualidade que é interpretada por uma figura de autoridade. Neste contexto, o poder circulava pela produção de saber sobre o gênero com uma configuração específica: as figuras de autoridade nessas instituições eram, de maneira geral, especialistas homens, cisgêneros²⁹ e brancos, nascidos no norte global. Esta aliança médico-legal gerou ficções reguladoras de gênero muito específicas, sendo elas próprias de significado multiplamente contestado dentro de seu campo³⁰. Uma dessas ficções reguladoras,

25 LAZZARATO, Maurizio. Del biopoder a la biopolítica. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.

26 RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Biopower Today. *BioSocieties* (2006), 1, p. 195–217.

27 Alguns dos nomes mais conhecidos são Harry Benjamin, David Cauldwell e John Money. Trabalharei parte destas publicações ao longo de minha pesquisa.

28 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

29 Cisgênero é quem se identifica com o gênero atribuído ao nascer. Se você se identifica com o gênero que lhe foi imposto ao nascer, você é cisgênero. Se, ao contrário, você não se identifica com o gênero designado ao nascer, você é trans. Discutirei estes conceitos ao longo deste trabalho.

30 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.58

já adiantado, foi o dimorfismo sexual: ou seja, a ideia de que a espécie humana apresenta apenas dois gêneros bem definidos e características físicas não-sexuais marcadamente diferentes.

Desde o final do século XIX até meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos, o fenômeno que hoje se entende por transgeneridade foi interpretado por parcela da comunidade médico-científica como um desvio patológico das normas sociais saudáveis de expressão de gênero. Materializada no trabalho de autores clássicos como Krafft-Ebbing (1892), Havelock Ellis (1936) e David Cauldwell (1949), esta perspectiva foi então incorporada no Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS, em 1983 e 1990 respectivamente. Em ambos os casos, a transexualidade foi classificada como transtorno de identidade de gênero, uma variante de transtorno mental e de comportamento. Daqui em diante, chamarei de “paradigma patologizante” esta tendência biomédica-científica de enquadrar a transgeneridade como patologia ou como um transtorno de identidade psíquico.

A inclusão da transgeneridade como doença nos manuais diagnósticos até 2019 legitimou uma série de práticas médico-psiquiátricas com a finalidade de corrigir, disciplinar e medicalizar pessoas trans. Os impactos desses discursos foram tais que, até o início desta pesquisa, no ano de 2018, eu, Juno Nedel, era enquadrado como portador de distúrbio mental na condição de pessoa trans, tendo passado por tratamento psiquiátrico, além de medicalização e possibilidade de internação. Também convivi e convivo com colegas trans que, no Brasil do século XXI³¹, passaram por internações e sessões de eletrochoque por não se enquadrarem nas expectativas sociais projetadas sobre o gênero que lhes foi designado ao nascer.

Em todos os meus prontuários médicos relacionados com a terapia hormonal até a remodelação deste item nos manuais diagnósticos, figurava o código CID F64.0, que na décima versão da Classificação Internacional de Doenças da OMS correspondia à

31 Ao incluir esta informação, não pretendo advogar por uma concepção de tempo progressivo e linear, que marcha eternamente para o desenvolvimento social, mas justamente tensionar o pressuposto de que, hoje em dia, a situação é necessariamente melhor e mais tolerante quanto às questões trans.

caracterização do “*transexualismo*” como transtorno de personalidade e de comportamento. Se trago essas questões à superfície do texto, é justamente por entender que, ao pensar em corpos desconformes, minha vida corporal não deve estar ausente da teorização³².

Como consta na base de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), os transtornos específicos da personalidade (F60-F69) da CID 10:

(...) representam modalidades de comportamento profundamente enraizadas e duradouras, que se manifestam sob a forma de **reações inflexíveis** a situações pessoais e sociais de natureza muito variada. Eles representam **desvios extremos** ou significativos das percepções, dos pensamentos, das sensações e particularmente das relações com os outros **em relação àquelas de um indivíduo médio** de uma dada cultura. Tais tipos de comportamento são geralmente estáveis e englobam múltiplos domínios do comportamento e do funcionamento psicológico. Frequentemente estão associados a sofrimento subjetivo e a **comprometimento de intensidade variável do desempenho social**. (DATASUS³³, 2008. Grifo do autor)

Trata-se, portanto, de uma perspectiva largamente contestada que posiciona a transgeneridade como uma reação inflexível, um desvio extremo de personalidade em relação ao que se espera de um indivíduo médio na cultura brasileira, associando este fenômeno ao comprometimento do desempenho social.

Não por acaso, na nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que deve entrar em vigor até 1º de janeiro de 2022, a Organização Mundial da Saúde retirou a transexualidade da seção de transtornos de personalidade e a posicionou no capítulo dedicado à saúde sexual. Esta virada representa uma ligeira mudança de paradigma médico-científico, ainda que siga replicando inúmeros pressupostos medicalizantes sobre pessoas trans. Nas palavras da coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisas da OMS, Lale Say, a mudança ocorreu porque a agência de saúde da ONU teve um “melhor entendimento de que isto [a transgeneridade] não é realmente um problema de saúde mental”³⁴.

32 BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova Iorque: Routledge, 1993. p.9. VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brazil. 2015.

33 Disponível em http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f60_f69.htm, acessado em 29/07/2019.

34 Retirado de <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>, em 29/07/2019.

Figura 1: Cópia de meu prontuário médico para terapia hormonal, realizada através do SUS. Em destaque, pode-se ver o código da CID 10 para "transexualismo" como transtorno de identidade. As demais informações foram borradas em respeito ao sigilo dos profissionais envolvidos.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 47 - CS LAGOA DA CONCEIÇÃO

Receituário de Controle Especial

Via Farmácia

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
 Secretaria Municipal de Florianópolis - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Av. Henrique da Silva Fontes, 6.100 - Trindade - Florianópolis - SC
 CEP 88036-700 - CNPJ 182.892.282/0014-68

NEDEL MENDES DE AGUIAR			
24/10/1993	22	Masculino	NEDEL MENDES DE
AVENIDA			Pantanal
Florianopolis - SC			

1. Deposteron 200mg/2ml (*) Modo de usar: aplicar 1 ampola IM a cada 21 dias	6
---	---

CPF: CID: F640

(*) Não consta na lista dos medicamentos da SMS de Florianópolis.
 Florianópolis, 27 de Junho de 2016

Médico
 CRM/SC

Médico generalista - CRM/SC
 Matrícula: - Data: 27/06/2016

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Nome: _____	
Ident: _____ Órg. Emissor: _____	
End: _____	
Cidade: _____ UF: _____	
Telefone: _____	Ass. do Farmacêutico _____ / _____ / _____ Data

Válido por 30 dias a partir da data da emissão.

Por entender a historicidade do discurso patologizante e seus impactos nas vidas de pessoas trans e gênero-diversas, a presente pesquisa rejeita veementemente o paradigma patologizante da transgeneridade. Também rejeita a visão muitas vezes combinada à patologização que enquadra a transgeneridade como um marcador de degeneração moral. E esta pesquisa rejeita acima de tudo a concepção supostamente fundada em argumentos biológicos, que entende a transgeneridade como um desvio da verdadeira natureza humana e o sexo como uma verdade marcada no corpo, particularmente no órgão genital.

Penso que esta é a condição fundamental de uma historiografia que pretenda ter um comprometimento ético, político e epistêmico com a vida de pessoas trans: é necessário situar historicamente os discursos sobre a transgeneridade, analisar de que forma eles engendraram saberes-poderes e entender quais foram as suas condições de aparecimento.

Além de tudo, é fundamental que haja um rompimento crítico com a dualidade sujeito-objeto³⁵, que reiteradamente atribui às pessoas trans e gênero-diversas a condição de objetos de análise, negando-nos o status de sujeitos com agência para produzir nossas próprias epistemologias e modos de vida. Na tentativa de suprir esta lacuna teórica e existencial, a presente pesquisa tomou emprestadas referências da nascente epistemologia trans e do campo de estudos transgêneros.

A origem do que hoje se entende como o campo de estudos transgêneros, ou *transgender studies*, remonta aos anos 1990. Trata-se de um campo socialmente comprometido e interdisciplinar, entremeado com contribuições das humanidades, ciências sociais, psicologia, ciências da natureza e artes. Seu escopo inclui qualquer tema que perturbe, desnaturalize, rearticule e torne visível os vínculos normativos que geralmente assumimos que existem entre gênero binário e as expectativas sociais atribuídas a determinados tipos de corpo³⁶. Em outras palavras, para além de dedicar-se apenas ao estudo da transgeneridade, este campo também abarca análises sobre todos aqueles mecanismos culturais que sustentam ou frustram possibilidades específicas de ser.

35 ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987. p.80

36 STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.3. STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013, p.1-3. RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63.

A emergência deste campo disciplinar, sobretudo nos Estados Unidos, esteve intimamente relacionada com um comprometimento crítico diante das pesquisas biomédicas e conectada com as contribuições das teorias feministas, estudos gays-lésbicos, teoria queer e estudos subalternos. Muitas vezes, esta relação com outros campos de estudo foi permeada por tensão e discordância. Um exemplo disso são as críticas³⁷ direcionadas à teoria da performatividade de gênero³⁸ de Judith Butler, que, ao entender o gênero não como um senso de identidade interno, mas como um efeito construído performativamente, por vezes esvazia ou mesmo ignora a materialidade das práticas e das marcas de inscrição do gênero no corpo de pessoas trans.

No Brasil, entretanto, esta é uma área de estudos incipiente, bastante tida como identitarista e de pouca relevância, em particular no campo da história. Como já apontou Blas Radi, filósofo trans argentino, as áreas e projetos acadêmicos dedicados aos estudos de gênero e sexualidade, de modo geral, são talvez os mais relutantes – ou mesmo hostis – às contribuições dos estudos trans. Em diversos casos, a “teoria queer” funciona como um rótulo que, de um lado, garante a inclusão de pessoas trans na condição de objetos de análise e, de outro, dificulta a participação dessas pessoas nestes mesmos espaços acadêmicos³⁹.

As razões para a falta de circularidade deste tema dentro da disciplina da história são diversas e, ainda que esta fosse a minha pretensão, seria impossível esgotá-las neste momento. Mas é preciso ressaltar o estigma social e os obstáculos materiais que há muito tempo dificultam o acesso das pessoas trans aos espaços formais de ensino e do mercado de trabalho, culminando em sua marginalização social no Brasil⁴⁰.

37 Jay Prosser comenta: “O que é deixado de lado sobre a transgeneridade na leitura queer sobre performatividade de gênero subversiva é o valor do tema que mais frequentemente preocupa a pessoa transexual: a narrativa de se tornar um ‘homem biológico’ ou uma ‘mulher biológica’ (ao contrário de aparentar performativamente ser um/uma) – resumindo, a materialidade do corpo sexuado” Retirado e traduzido de “Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex” in: S. Stryker and S. Whittle (Eds) *The Transgender Studies Reader*. Pp. 257-281 New York: Routledge. 2006.

38 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

39 RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.44

40 BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. LOURO, G. L. *Pedagogia da Sexualidade*. In: Louro, G. L. *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. BOHM, Alessandra M. Os “monstros” e a

Isso se verifica com distinção no ensino superior: notadamente, fui o primeiro pesquisador assumido trans a ingressar como discente no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 2018. Como meus colegas trans, muito me encontrei na posição de vanguardista ao ter que disputar por espaços que não foram moldados para receber meu corpo e minhas vivências. Pessoas trans e gênero-diversas, assim como pessoas negras, indígenas, imigrantes, portadoras de deficiência e outras minorias sociais no Brasil, são pressionadas a investir parte de sua energia e de seu tempo – que poderia ser dedicado ao trabalho acadêmico – em tornar suas instituições habitáveis para si e para sua comunidade⁴¹.

Com isso, não pretendo afirmar simplesmente que a ausência de pessoas trans em espaços acadêmicos é a principal razão para a falta de interesse neste objeto de estudo, pois isso implicaria 1 – uma ontologização das diferenças, pressupondo que o conhecimento produzido por pessoas trans será sempre necessariamente contra-hegemônico; 2 – uma desconsideração do conjunto de pesquisas produzido por intelectuais cisgêneres no Brasil e fora dele, tendo a transgeneridade como objeto de estudo a partir de outras disciplinas⁴².

O que eu gostaria de apontar é que o monopólio das narrativas trans por parte das pessoas cisgêneras, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, configura uma injustiça epistêmica⁴³ que nos obstrui o lugar de agentes de nossas próprias ficções. Em outras palavras, é preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Os estudos sobre transgeneridade, aliás, devem fazer parte de um processo mais abrangente de redistribuição financeira, cultural e intelectual de recursos para uma população que, como se verifica estatisticamente⁴⁴, é privada deles na atualidade.

escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009

41 AHMED, Sara. Selfcare as warfare. 2014. Disponível em: <<http://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>>. Acessado em 28/07/2019.

42 Notadamente os trabalhos de Berenice Bento, Guacira Lopes Louro, Mara Lago, Jorge Leite Júnior, Pierre-Henri Castel, Bento Manoel de Jesús, Manoel Rufino David de Oliveira, para citar alguns.

43 FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.

44 De acordo com relatório da ANTRA, 90% da população de trans, travestis e transexuais entrevistadas utilizavam a prostituição como fonte de renda e subsistência. Devido à baixa escolaridade e à exclusão escolar/familiar, as pessoas trans encontram pouquíssimas oportunidades no mercado de trabalho formal. O

Considerando as nuances expostas até aqui, penso que é preciso destrinchar exatamente o que entendo por cis e transgeneridade antes de entrarmos de vez no foco desta pesquisa. Paciência, logo chegaremos lá.

1.2 TRANSGÊNERO: UM TERMO POLISSÊMICO

O primeiro uso da palavra *transgênero* é geralmente atribuído a Virginia Prince, ativista pelos direitos à liberdade de expressão de gênero nos Estados Unidos, ao final da década de 1980. *Trans* é um prefixo de origem grega que significa *além de, através e do outro lado*; portanto, o significado de *trans* + *gênero* pode ser entendido etimologicamente como “do outro lado do gênero”.

Figura 2: Virginia Prince, ativista trans e alegada autora do termo "transgênero". Fonte: University of Vicity.



Prince utilizou essa palavra para descrever pessoas que, bem como ela, não se enquadravam no gênero que lhes foi atribuído ao nascer. A pessoa transgênera, na concepção dossiê completo está disponível aqui: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acessado em 14/08/2019.

de Prince, era aquela que mudava a sua expressão de gênero⁴⁵ ao longo da vida sem necessariamente recorrer às cirurgias de redesignação sexual ou modificação corporal⁴⁶.

Com isso, Virginia Prince ofereceu uma alternativa às definições vigentes de travesti – um termo cunhado por Magnus Hirschfeld em 1910 – e transexual – palavra sugerida por David Cauldwell em 1949 –, ambos vocábulos com forte herança das análises biomédicas patologizantes, produzidas a partir do século XVIII, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos. Por esta razão, ainda que as palavras *travesti*, *transexual* e *transgênero* sejam tratadas frequentemente como sinônimos intercambiáveis, na prática elas possuem heranças históricas e sentidos muito diferentes entre si.

No momento presente desta pesquisa, transgênero é um termo abrangente que engloba todas as pessoas cuja identidade e/ou expressão de gênero seja diferente daquela que lhe foi atribuída ao nascer⁴⁷. As pessoas dentro dessa categoria podem descrever suas identidades com uma miríade de palavras distintas. Podemos incluir nela, por exemplo, travestis, transexuais, pessoas não-binárias e de gênero fluido. Em algumas interpretações, o termo transgênero também pode abranger as identidades performáticas de Drag Kings e Drag Queens⁴⁸. Na condição de conceito abrangente, transgênero é frequentemente abreviado para trans*, em que o asterisco representa a multiplicidade de identidades de gênero contidas neste acrônimo.

Existem pessoas trans que se afastam do gênero determinado ao nascer porque sentem fortemente que pertencem a outro gênero específico (masculino/feminino). Há pessoas trans que sentem que não pertencem ao binário homem/mulher, expressando seu gênero de outras maneiras. Também há pessoas que apenas não concordam ou se sentem confortáveis com as

45 O conceito de expressão de gênero, aqui, refere-se à forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais atribuídas a um determinado sexo. Retirado de: “JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. p.24”

46 STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.4

47 JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. p.7-8. “GLAAD Media Reference Guide”, 2019. Disponível em: <http://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>. Acessado em 05/06/2019. STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.28

48 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

normas sociais que delimitam como alguém de determinado gênero deveria agir. De qualquer forma, assumir-se trans consiste em um movimento desde um ponto de partida não escolhido – o gênero atribuído ao nascer – através de uma fronteira imposta socialmente – as normas binárias de gênero, no caso da sociedade ocidental capitalista contemporânea.

Em todos esses casos, constituir-se como trans não implica necessariamente um desconforto físico ou desejo de passar por modificações corporais. É bastante comum a concepção de que a pessoa trans é aquela que “nasceu em um corpo errado” e se sente desconfortável com o seu próprio aspecto físico. Trata-se de uma abordagem equivocada que ignora o fato de que o problema não está no corpo, mas nos dispositivos de saber-poder que regulam, disciplinam e produzem tipos de corpos desejáveis e corpos monstruosos, justificando sua diferença como um fator biológico, atemporal e inquestionável.

Essa concepção nos revela, em primeiro lugar, o pressuposto relativamente difundido de que existe um tipo de “corpo certo” – entraremos nessa questão mais adiante – e, ainda, que sentir-se desconfortável com seu próprio corpo e/ou realizar modificações corporais é uma exclusividade da experiência trans. Com isso, não pretendo negar que modificações corporais sejam um componente relevante na história das vidas trans, mas reitero que realizar ou não terapia hormonal e cirurgias de redesignação sexual deve ser visto mais como uma questão de escolha pessoal do que como um fundamento ontológico das identidades trans.

Contudo, é preciso solucionar uma confusão bastante comum nas discussões sobre este tema, dentro e fora do ambiente acadêmico: quando falamos de pessoas trans e transgeneridade, não estamos falando apenas de um marcador identitário. Isso porque, ao reduzir o fenômeno da transgeneridade meramente a uma questão de dizer-se ou sentir-se trans, ignoram-se as violências que já se imprimem sobre os corpos antes mesmo que eles sejam reconhecidos ou se assumam como transgêneros.

Basta lembrar daquilo que o filósofo trans Paul Preciado chamou de a primeira fragmentação do corpo, isto é, o momento da atribuição do gênero de uma pessoa na

sociedade capitalista ocidental contemporânea. Quando a autoridade médica determina “é menino/menina”, essa afirmação não é uma descrição, mas uma prescrição: o nome próprio e o gênero atribuído ao nascer vão efetivar, ao longo da vida da pessoa recém-nascida, uma constante reiteração desse gênero performativo. Deseja-se desde o nascimento que uma menina/um menino vá agir de acordo com o que se espera de uma menina/um menino. Além de tudo, essa interpelação médica é prostética: produz corpos “de homem” e “de mulher”⁴⁹.

Dentro do ideal social, um corpo só ganha sentido na condição de corpo que possui gênero definido, necessariamente binário (macho/fêmea) e sem nenhuma ambiguidade. Dizendo de outra forma, os órgãos sexuais deixaram de ser compreendidos apenas como órgãos reprodutores e passaram a ser também órgãos *produtores* da coerência do corpo humano – isto é, são geradores da totalidade do corpo humano⁵⁰.

Entretanto, há muitas brechas nas tecnologias de produção de corpos cis-binários: o que fazemos com as pessoas que foram nomeadas meninos/meninas ao nascer, mas que, do contrário, se entendem como meninas/meninos, ambos ou nenhum dos dois? E o que fazemos com as pessoas que apenas não se enquadram nas expectativas de gênero projetadas sobre elas, sejam elas homens, mulheres, ambos ou nenhum dos dois? É possível que um órgão humano qualquer – digamos, uma língua ou uma orelha – justifique e dê coerência a uma série de expectativas e comportamentos tidos como socialmente legítimos para uma pessoa ao longo de sua vida? Então por que cremos que os órgãos genitais dão conta de atribuir coerência a toda uma narrativa biográfica?

Ao tensionar essas questões pretendi mostrar que, quando reduzimos a transgeneridade a uma questão identitária, estamos turvando nossas lentes de investigação para a materialidade das tecnologias de sexo e gênero na nossa sociedade. Proponho que analisemos a transgeneridade também como um marcador social de diferenças ligado a desigualdades materiais aferíveis economicamente.

49 PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. p.130

50 PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. p.131

Falar de transgeneridade é falar de classe, raça e etnia. Isso porque o binarismo de gênero está vinculado a modelos supremacistas que entendem determinados corpos como mais humanos do que outros⁵¹. Porque o binarismo cisgênero, quando vinculado à branquitude – que é menos uma cor e mais um modo de perceber a si e organizar a vida⁵² – é uma inscrição particularmente privilegiada na história do poder dentro da sociedade brasileira. Porque assumir-se trans é assumir-se como um corpo que, à sua maneira, transgride o dispositivo binário de gênero (homem/mulher)⁵³. Mais do que isso, ser nomeado e entendido como trans (ainda que você mesmo não se afirme como tal) é ser lido como um corpo que se desvia das normas oficiais de conduta de gênero na sociedade brasileira.

Na condição de corpos desviantes, as pessoas trans e gênero-diversas estão sujeitas a sofrer uma série de sanções sociais, expressas em dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; não-reconhecimento institucional de seus nomes e identidades de gênero; violência física e psicológica; fragilização de suas redes familiares e de afeto; espancamentos públicos; ausência de tratamento médico de qualidade; fetichização de seus corpos; espetacularização de suas mortes; naturalização da violência contra sua comunidade; desqualificação de suas experiências e perspectivas de mundo; genocídio; processos de exclusão e violência sistêmica, entre outros exemplos. Essas violências integram a vida diária de muitos corpos desviantes da norma, como sapatonas, bichas e outras desobedientes de gênero, especialmente as pessoas vindas de comunidades não-brancas e pobres⁵⁴.

Mais uma vez: a leitura social de um corpo como um corpo trans revela a condição sociopolítica e cultural específica das pessoas que se desviam de uma matriz de inteligibilidade de gênero. Nesta matriz, apenas tipos específicos de corpos são compreendidos como homens ou mulheres “de verdade”. Todas as pessoas restantes que

51 JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In:

_____. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p.6

52 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017. p.10

53 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

54 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017. p.09

escapam a essa combinação são, assim, caracterizadas como cópias, falsidades, monstruosidades e perversões⁵⁵.

Posicionar-se ou ser lido como trans não é apenas uma questão de identidade, porque a transgeneridade, bem como as questões de classe, raça e etnia, está enredada em relações de poder que fundamentam desigualdades macroestruturais. Ao contrário do que se acredita, nossos corpos não são feitos de ilusão, porque sangram, reagem e guardam cicatrizes das tecnologias de gênero que se marcam diariamente na nossa carne desde o nascimento. As experiências de vida trans, portanto, têm materialidade.

1.3 CISGÊNERO: NOMEANDO O INVISÍVEL

Para falar de trans, precisaremos necessariamente falar de cis. *Cisgênero*, *cissexual* ou simplesmente *cis* são termos que foram cunhados pela comunidade trans no início dos anos 1990, e que desde então têm sido utilizados para definir as pessoas que se identificam unicamente com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer⁵⁶. Basicamente, cis é o contrário de trans.

Para a psicanalista Leticia Lanz, cisgênera é:

(...) a pessoa que se encontra bem ajustada ao rótulo de identidade de gênero (mulher ou homem) que recebeu ao nascer em função do seu órgão genital (macho ou fêmea). Indivíduos cisgêneros estão de acordo, e normalmente se sentem confortáveis, com os códigos de conduta (incluindo vestuário) e papéis sociais atribuídos ao gênero a que pertencem, ao contrário de indivíduos transgêneros que, de muitas e variadas formas, se sentem desajustados em relação aos rótulos de gênero que originalmente receberam ao nascer⁵⁷.

O uso de cis como categoria de análise traz consigo diversos elementos de relevância para esta pesquisa. Em primeiro lugar, considerando o contexto de sua produção, o termo cis

55 BENTO, Bento; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: Revista Estudos Feministas, vol. 20, nº 2, p.569-581. Florianópolis, 2012. BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

56 BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p.23

57LANZ, Leticia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

foi proposto pela comunidade trans com o objetivo de nomear um grupo de pessoas que geralmente nomeava outres – movimento que consiste em um discurso “de reação”⁵⁸ ou *talking back*⁵⁹, já que a transgeneridade começou a falar por ela mesma.

Em segundo lugar, o uso do conceito cis oferece uma mudança de paradigma em que as pessoas trans deixam de ser definidas em relação a uma normalidade cisgênera; do contrário, a transgeneridade se torna o ponto de partida, o lugar de onde observamos a cisgeneridade e a nomeamos. A partir dos significantes⁶⁰ cis e trans, é possível mudar a perspectiva da maioria das publicações sobre transgeneridade, na qual se colocam as pessoas trans como o Outro que precisa ser explicado e entendido em sua condição que difere do normal⁶¹.

Além disso, cis proporciona um alargamento de nossas concepções sobre gênero, tendo em vista que o mapa de sujeitos opressores e oprimidos não pode mais ser lido exclusivamente nos termos das experiências de homens e mulheres cis⁶². E finalmente, o termo cis nos proporciona novas ferramentas de análise que possam dar conta de numerosas experiências coletivas que, até a sua criação, eram ininteligíveis. Privilégio cis e cissexismo⁶³ são algumas delas. Em contrapartida, noções como patriarcado⁶⁴, homofobia e

58 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.96

59 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

60 Aqui significante aparece tal qual compreendido por Jacques Lacan. Para Lacan, uma mesma palavra pode conter vários significados e nenhum deles estará necessariamente vinculado a ela em todas as situações – ou seja, há uma dissimetria entre significado e significante. O significado do significante é sempre situacional.

61 BAGAGLI, Bia. 2014. O que é cisgênero? Disponível em Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans: Disponível em: <goo.gl/ksF0SF>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.

62 RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.54-55.

63 Basicamente, cissexismo é a desconsideração da existência de pessoas trans na sociedade. Aparece frequentemente em discursos que excluem direta ou indiretamente pessoas trans, ou que assumem o ideal das corporalidades cisgêneras como regra. É cissexista, por exemplo, quando presumimos que todas as mulheres possuem útero ou que é biologicamente impossível para um homem engravidar. Neste exemplo de cissexismo, ignoramos a uma só vez a existência de mulheres e homens trans, pessoas não-binárias, pessoas intersexo e mulheres cis que porventura tenham passado por operações cirúrgicas para remoção de útero.

64 Ao entender o patriarcado como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, incluímos os homens trans e pessoas transmasculinas na condição de opressores ou oprimidos? Este sistema de dominação binário também se estende aos diversos povos originários, que possuem entendimentos variados sobre expectativas sociais de gênero? Neste sistema patriarcal, homens brancos e negros possuem o mesmo poder político e econômico de oprimir mulheres? É possível que mulheres, nesse sistema patriarcal, ocupem status hierárquico em relação a outras mulheres? Mulheres brancas e negras ocupam o mesmo lugar neste sistema de dominação? Essas são apenas algumas questões que carecem de resposta.

heteronormatividade não conseguem situar precisamente as experiências trans em uma rede complexa de relações de poder⁶⁵.

Dizendo de outro modo, “cis” é uma condição que é principalmente política. Isso porque a pessoa que é percebida como cisgênera e que mantém seu sexo jurídico tal como foi designado ao nascer não tem sua identidade de gênero patologizada ou deslegitimada como “anormal”. As identidades cis foram frequentemente entendidas como “naturais” e “originais”, enquanto as identidades trans foram historicamente concebidas como “desviantes”, “patológicas”, “anormais”; nomear a experiência cis, portanto, possibilita a análise crítica dessas identidades e dos discursos que fabricaram a sua suposta naturalidade.

É verdade que há resistência em aceitar a cisgeneridade como uma categoria de análise legítima mesmo dentro de comunidades epistêmicas que fomentam discussões sobre gênero, como é o caso de diversas vertentes feministas. Um dos argumentos seria o de que, se gênero é puramente performativo ou uma construção social, então não existe nenhuma hierarquia ontológica entre gêneros; logo, seríamos todes trans. O problema disso é que as relações de poder ainda colocam as pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer em uma posição de desvantagem social, com implicações materiais graves⁶⁶.

A cisgeneridade, de maneira semelhante à branquitude, é uma categoria suplementar que só nomeia o outro, mas não a si mesma. Se a branquitude é uma construção ideológica na qual o branco se vê e classifica os não-brancos a partir de seu próprio ponto de vista⁶⁷, a cisgeneridade, por sua vez, é uma construção ideológica na qual as pessoas cis se veem e classificam pessoas não-cis a partir de seu próprio ponto de vista⁶⁸. Ainda que cada pessoa seja racializada e generificada na modernidade capitalista eurocêntrica, nem todas as pessoas

65 RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.54

66 Ibidem. p.55

67 SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), Branquitude, identidade branca e multiculturalismo (V. Ribeiro, Trad., pp.307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.312- 313

68 NÚÑEZ, Geni. Curso Branquitude e Etnocídio. Ministrado em 25/07/2020, através da plataforma Zoom.

são oprimidas ou vitimizadas com base em seu gênero ou raça⁶⁹. Interseccionar as nossas categorias de análise, assim, permite que enxerguemos as pessoas que são vitimizadas por uma combinação específica de diferentes opressões. Permite que enxerguemos, por exemplo, as opressões que incidem em particular sobre as pessoas trans pretas e indígenas brasileiras, na medida em que racismo e transfobia se combinam frequentemente com etnocídio⁷⁰ e epistemicídio⁷¹.

Ao utilizar cis como categoria de análise, não pretendo apenas legitimar o acesso de pessoas trans e gênero-diversas às categorias de dignidade, humanidade e direitos humanos, estendida historicamente a pequenas parcelas da população. Mais do que isso, gostaria de evidenciar e reconfigurar as próprias estruturas de produção dessas categorias, atentando para o modo como a branquitude, cisgeneridade e heterossexualidade as atravessam.

1.4 DESMANTELANDO PRESSUPOSTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA TRANS

Considerando as dificuldades metodológicas de se pesquisar sobre um tema cujos contornos não são bem delimitados, gostaria de contestar algumas perspectivas muito comuns, seja no meio acadêmico ou fora dele, quando nos propomos a estudar sobre transgeneridade de uma perspectiva histórica. Não é minha pretensão esgotar a problemática ou replicar conhecimento como se este fosse isento de críticas, mas instigar questões e criar as possibilidades para a produção de conhecimento futuramente⁷². Os pressupostos que eu gostaria de contestar são:

1 – A ideia de que a transgeneridade é um fenômeno novo, que só alcançou a atenção midiática e o entendimento do público de maneira geral com a chegada do século XXI;

69 LUGONEZ, Maria. Heterosexuality and the Colonial / Modern Gender System. In: *Hypatia*, Volume 22, Number 1, Winter. 2007. p. 192-3.

70 NÚÑEZ, Geni. Curso Branquitude e Etnocídio. Ministrado em 25/07/2020, através da plataforma Zoom.

71 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

72 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

2 – A visão de que a ausência de pesquisas históricas sobre transgeneridade deve-se à inexistência de fontes primárias ou secundárias sobre o assunto, ou que, se essas fontes existem, são de volume irrisório.

1.4.1 “NO MEU TEMPO ESSAS COISAS NÃO EXISTIAM”: SERIA A TRANSGENERIDADE UM FENÔMENO NOVO?

Não são escassos os relatos sobre as variações de gênero presentes nas culturas humanas ao longo do tempo. O conceito de “gênero”, nesta pesquisa, refere-se a um sistema de organização social de diferentes tipos de corpos em categorias distintas de pessoa. Algumas culturas compreendem três ou quatro gêneros; outras atribuem o gênero ao trabalho a ser desempenhado, e não ao órgão genital dos indivíduos⁷³. Isso quer dizer que, ao contrário do que pregam a crença corrente e uma parcela dos estudos feministas sobre o assunto, gênero não remete apenas à construção social feita sobre um corpo determinado; mais do que isso, gênero é uma categoria contingente que varia histórica e culturalmente, e que não guarda relação necessária ou direta com o órgão genital do indivíduo⁷⁴.

Sejam *hijira*, na Índia, *two-spirit* dos povos nativos norte-americanos, *mahu* da Polinésia ou *mujerados*, as mulheres-homens percebidas pelos conquistadores espanhóis durante a colonização da América, podemos identificar inúmeras outras possibilidades de gênero para além do binário homem/mulher ao longo da história humana.

Mas o modelo hegemônico de gênero binário, ocidental e colonial deixou a sua marca nos discursos científicos, políticos, jurídicos, midiáticos e religiosos, e costuma ser interpretado como um aspecto quase inerente da espécie humana – isto é, como um fenômeno homogêneo, atemporal, que atravessa de maneira idêntica a todas as culturas. Este modelo binário de gênero fixa os significados de homem e mulher como se eles fossem produtos de um consenso, indícios de uma universalidade categórica ou mesmo provas de uma verdade sobre a existência humana.

73 Por volta de 1576 no Brasil o português Pero de Magalhães de Gândavo atestou sobre a existência de mulheres tupinambás que seguiam o ofício e as obrigações sociais dos homens em suas tribos. Segundo o relato, essas mulheres cortavam seu cabelo da maneira masculina, iam à caça com arco e flecha, andavam em companhia dos homens e assumiam esposas para si. Ver mais em: TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.67.

74 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.45. STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.11

Reside aí o desafio da pesquisa historiográfica: fazer explodir essa noção de fixidez e entender a natureza daquilo que faz com que a representação binária do gênero aparente ter uma permanência intertemporal⁷⁵. Em outras palavras, é preciso que nos perguntemos: por que “homem” e “mulher” são categorias compreendidas como mais trans-históricas, menos contingentes e menos fictícias do que qualquer outra categoria de identidade, como “hijira”, “mahu” ou “transgênero”?

É fundamental compreender o gênero como conceito contingente antes de entrarmos propriamente no assunto da pesquisa. Isso porque a transgeneridade é um fenômeno cultural e historicamente específico e deve ser analisado como tal. Mas percebe-se, por exemplo, que mesmo em estudos acadêmicos os termos “transgênero”, “travesti” e “transexual” frequentemente são utilizados como sinônimos intercambiáveis entre si, embora cada um possua uma carga histórica particular e, no âmbito das identidades sociais, representem grupos distintos.

Isso nos leva a complicações ainda maiores quando produzimos uma pesquisa historiográfica sobre transgeneridade: Como devemos nos referir às pessoas gênero-diversas que viveram antes de o termo “transexual” ser utilizado pela primeira vez no discurso científico? A categoria “transgênero” pode incluir indivíduos de culturas não-ocidentais? Caracterizar como transgêneros os sujeitos de culturas ocidentais, porém marginalizadas – como as travestis da etnia Ticuna, habitantes da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Bolívia⁷⁶ – não seria uma forma de imperialismo epistemológico?

De um lado, considerando as múltiplas histórias de indivíduos que se percebiam e eram percebidos por suas sociedades como estando fora de uma conformidade de gênero, seria inapropriado limitar a história da transgeneridade às pessoas que viveram no tempo e espaço em que este conceito se tornou disponível⁷⁷. Por outro lado, também seria inapropriado assumir que pessoas “transgêneras”, como nós concebemos o termo atualmente, existiram ao longo da história. Como historiadoras/es, o melhor que podemos fazer é reconhecer a

75 SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*. Vol. 20, No. 2 (jul-dez, 1995). p.87

76 O documentário “Nĩima”, em fase de produção pela cineasta Flávia Abtibol (com financiamento do Itaú Cultural Rumos) abordará questões de gênero e autopertencimento nas aldeias entre as travestis indígenas.

77 Na autobiografia “A viagem solitária” (2011) o psicólogo e escritor brasileiro João Nery conta que transicionou na década de 1970, em plena ditadura militar. No entanto, só foi conhecer o termo “transgênero” muito mais tarde; até então, vivera sem saber exatamente como descrever sua relação corporal e existencial. Ver mais em: NERY, João. *A viagem solitária*. São Paulo: Leya, 2018.

existência de pessoas que se encaixariam no que chamamos hoje de “transsexual” ou “transgênero”⁷⁸.

A isso, acrescento que é preciso atentar para as formas culturalmente específicas de gênero e sexualidade, respeitando (quando houver) as nomenclaturas próprias de cada cultura para suas experiências e práticas. Verifica-se, por exemplo, que algumas pesquisas do campo antropológico de fato têm se concentrado em buscar palavras correspondentes aos termos “lésbica”, “gay” e “transgênero” em línguas locais; na ausência dessas palavras, assumem equivocadamente que essas experiências não existem por lá. Isso demonstra, dentro dos estudos de gênero, uma tendência GLBT⁷⁹ global, isto é, um movimento de classificação das formas locais de gênero e sexualidade como variações de um mesmo modelo *queer* estadunidense ou europeu⁸⁰.

Na prática, essas pesquisas estabelecem uma espécie de escala global para o progresso, tomando o modelo de liberdade europeu e estadunidense como um padrão a ser atingido por todas as minorias sexuais e de gênero em qualquer contexto nacional estudado. Como consequência, formas locais de gênero e sexualidade tendem a ser interpretadas como um fenômeno pré-moderno e pré-político, enquanto os modelos euro-estadunidenses são classificados como liberais e contemporâneos⁸¹.

Vem daí a tendência – verificada principalmente em estudos sobre transgeneridade produzidos em países do norte global – de estabelecer uma história da transgeneridade universal, fundamentada em experiências de um passado pré-colonial utópico e romantizado. Trabalhos como os de Kate Bornstein⁸² e Leslie Feinberg⁸³, entre outros, foram muito criticados por terem descontextualizado e se apropriado de relatos de ancestrais indígenas como forma de legitimar uma história transgênera única, quando poderiam ter situado estas

78 BEEMYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: Journal of Women's History, Volume 25, Number 4, Winter 2013. p.113

79 Halberstam posicionou o G em primeiro lugar justamente para enfatizar a maior legitimidade que se confere às pautas “gays” em contraposição aos demais grupos da sigla.

80 HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (Orgs.). Fronteiras de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p.227 - 228

81 HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (Orgs.). Fronteiras de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63. STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). Transgender Studies Reader 2. New York: Routledge, 2013, p.1-3. VALENTINE, David. Imagining Transgender: The Ethnography of a Category. Durham: Duke University Press, 2007, p.29-65

82 BORNSTEIN, Kate. 1994. Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us. New York: Routledge.

83 FEINBERG, Leslie. 1996. Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman. Boston: Beacon.

dinâmicas de gênero em seus contextos culturais e históricos particulares, bem como em relações de poder específicas⁸⁴.

Essa tentativa de criar uma história transgênera conjunta geralmente incorre na romantização do xamânico e do indígena como sistemas primordiais que estão fora do tempo e do espaço civilizatório. Quando pessoas acadêmicas brancas escrevem sobre pessoas não-brancas como se elas vivessem no passado, ou como se o tempo presente de determinados indivíduos representasse o futuro de outros, chamamos isto de negação de coetaneidade⁸⁵. Estes usos de temporalidade invariavelmente afastam as pessoas analisadas do tempo de quem observa, já que negamos a elas um lugar no nosso “aqui” e “agora”. Nesse caso, trata-se de um olhar colonialista que apaga particularidades de outras experiências e vocabulários culturalmente específicos.

Ou seja, é necessário evitar a identificação de uma história universal trans fundamentada em uma espécie de essencialismo ancestral. Tampouco é desejável que nos apeguemos ao altericismo radical, deixando que a multiplicidade de nomes e experiências de gênero estanquem nosso processo de pesquisa. Penso ser possível identificar nesta multiplicidade de experiências de gênero os laços que conectam diferentes comunidades através do tempo, percebendo a história como múltiplas séries temporais que se sobrepõem e interseccionam⁸⁶.

1.4.2 “AS PESSOAS TRANS NÃO APARECEM NOS LIVROS DE HISTÓRIA”: COMO LIDAR COM A ESCASSEZ DE FONTES HISTÓRICAS?

O problema dos arquivos, fontes documentais e testemunhos é central para a historiografia. Se retomarmos a concepção oferecida por Paul Ricoeur⁸⁷ – mas inspirada em Certeau⁸⁸ –, encontraremos três fases no trabalho de historiadoras/es: 1 – a fase documental; 2 – a de explicação/compreensão; 3 – a de representação. É na fase documental que se investigam os vestígios que nos conduzem da memória à escrita da história. E é precisamente

84 DEVUN, Leah; TORTORICI, Zeb. Trans, Time, and History. In: *Transgender Studies Quarterly (TSQ)*, 2018. 5 (4): p.518-539

85 FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. p.71-84

86 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.9

87 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p.169

88 CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

nessa etapa que nos deparamos com os principais empecilhos ao elaborar uma pesquisa histórica sobre transgeneridade.

Com isso, não pretendo afirmar que não existem arquivos, documentos e testemunhos disponíveis para pesquisa; do contrário, as fontes históricas primárias sobre transexualidade são abundantes. Gostaria de argumentar, contudo, que a fase documental em uma pesquisa histórica sobre transgeneridade suscita problemas epistêmicos e metodológicos cuja resolução demanda criatividade e inovação. Pretendo refletir brevemente sobre essas questões para, na sequência, propor alguns caminhos alternativos que nos ajudem a contornar esses obstáculos.

Começemos pelo testemunho que, aliás, é onde tudo começa⁸⁹. Para produzir uma historiografia comprometida com as vidas de pessoas trans, é fundamental escutar e entender o que pessoas trans e gênero-diversas têm a dizer, evitando consultar apenas figuras de autoridade (psiquiatras, médicas/os, familiares) cisgêneras. Paul Feyerabend⁹⁰ já demonstrou a importância da variedade de opiniões para a produção de conhecimento, argumentando que os métodos que estimulem a variedade são os únicos compatíveis com a concepção humanista. Não se trata de descartar de maneira total e irrefletida todos testemunhos de pessoas cis que contradigam as narrativas trans, mas de utilizá-los para descobrir os princípios ocultos que podem ter gerado esta contradição. Nesse ponto, podemos nos inspirar no método jornalístico: uma narrativa objetiva é aquela que “ouve os dois (ou mais) lados da história”.

Eis aí o nosso primeiro problema, que se subdivide em uma miríade de questões: 1 – Como encontrar pessoas trans e gênero-diversas que tenham vivido tempo o suficiente para oferecer seu testemunho, tendo em vista que a taxa de mortalidade da população trans no Brasil impede a maior parte dessas pessoas – sobretudo as pessoas não-brancas e pobres – de alcançarem a terceira idade? 2 – Como evitar o extrativismo epistêmico ao utilizar em nossas pesquisas acadêmicas o conhecimento e as visões de mundo de pessoas trans sem que este gere qualquer retorno prático para suas comunidades? 3 – Considerando que nem toda pessoa trans e gênero-diversa se assume abertamente como tal e tampouco é facilmente identificável como uma pessoa que não é cis, como podemos contar com o seu testemunho sem que este viole o seu direito de manter a própria identidade em segredo?

Na dificuldade de encontrar relatos pessoais, é provável que nos sintamos tentados a buscar essa complementaridade de pontos de vista em dados estatísticos e objetivos. Vem daí

89 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p.182

90 FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Unesp. 2007

o nosso segundo problema: atualmente existe um déficit de pesquisas que possam proporcionar dados sociodemográficos e registros de qualidade sobre a comunidade trans na América Latina e principalmente no Brasil. Isso é ainda mais válido se considerarmos as pessoas transmasculinas e não-binárias, tendo em vista que as pesquisas existentes tendem a focar nas experiências de mulheres trans e travestis. De maneira geral, se estas pesquisas existem, são realizadas por ONGs e/ou iniciativas autônomas, mas não estatais.

A ausência de dados e, acima de tudo, a ausência de mecanismos e critérios de credibilidade para obtê-los, ajuda a fomentar um ciclo em que: a) não existem pesquisas que possam proporcionar dados sociodemográficos de qualidade sobre pessoas trans, mas principalmente sobre homens trans e pessoas não-binárias; b) a ausência dessas pesquisas é tida como uma justificativa de que essa população não possui problemas específicos que mereçam o foco de pesquisas⁹¹.

Por fim, ao nos dedicarmos à análise das fontes históricas primárias, encontraremos um terceiro problema. Já vimos que a palavra “transgênero” foi proposta ao final da década de 1980 e que o termo “transexual” foi popularizado na década de 1950; antes disso, entretanto, os fenômenos como homossexualidade, bissexualidade, intersexualidade e transgeneridade eram muitas vezes analisados simultaneamente a partir de um mesmo conceito. Ao final do século XIX e no início do século XX, quando a homossexualidade passou a ser objeto de estudo de pesquisadores como Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld e Henry Havelock Ellis, muitos dos indivíduos considerados homossexuais se enquadrariam no grupo que hoje entendemos como trans.

Um exemplo disso é a figura do hermafrodita psíquico, que deu origem à categoria dos perversos sexuais no século XIX⁹². O hermafrodita psíquico era entendido como alguém que possuía as características mentais atribuídas ao “outro sexo”, mas não necessariamente apresentava indistinção sexual verificável no corpo. É semelhante à figura do invertido sexual, que se supunha possuir dentro de si uma alma “do outro sexo”. Nos dois casos, era esta condição mais “interna” do que “externa” ao sujeito que explicava, sob o olhar da ciência da época, uma performatividade de gênero diferente do que se concebia como normal para uma pessoa. Se observarmos esses conceitos com os olhos do presente, é possível que

91 RADI, Blas. On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.46

92 LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

vejamos neles as raízes do que hoje se entende como homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade, embora estes sejam fenômenos muito diferentes entre si.

Felizmente esta indistinção inicial de conceitos pode se converter em uma vantagem no processo de levantamento de fontes históricas. Isso em razão de que, apesar de não haver uma tradição consolidada de estudos historiográficos sobre transgeneridade no Brasil, há um corpus considerável de pesquisas sobre a história da homossexualidade. É possível citar de passagem as contribuições de Luiz Mot⁹³, James Green⁹⁴ e João Silvério Trevisan⁹⁵, por exemplo.

E, via de regra, as fontes utilizadas para analisar a história da homossexualidade têm muito a nos dizer sobre a história da transgeneridade. Elas ajudam a evidenciar o contexto histórico, político e social que fomentou a diferenciação entre homossexuais, bissexuais, intersexos e trans a partir da figura do hermafrodita, do hermafrodita psíquico e do invertido sexual. Elas ajudam a entender o momento histórico em que o conceito de orientação sexual foi apartado da identidade de gênero e passou a ser entendido como um efeito direto dessa mesma identidade (sob uma ótica heteronormativa). Elas ajudam a visualizar a importância que o saber médico teve na emergência dos saberes sobre a sexualidade e as identidades de gênero em nossa sociedade. Ajudam, ainda, a entender as reconfigurações discursivas que sustentaram o fato de a homossexualidade ter deixado de ser enquadrada como uma patologia pela OMS em 1990, o que só ocorreu com a transexualidade 29 anos depois.

Mas seria inapropriado afirmar que pessoas transgêneras ou indivíduos dissidentes das normas de gênero de suas sociedades foram completamente apagados da história. Por outro lado, é inegável que as narrativas sobre as vidas de pessoas trans foram e ainda são predominantemente elaboradas por pessoas cisgêneras no Brasil, tendo em vista a dificuldade de acesso dessa população ao mercado de trabalho, aos meios de comunicação de massa e aos espaços escolares e acadêmicos.

Penso, como o historiador Jacques Revel, que as transformações que presenciamos atualmente no mundo social só existem pela ação de sujeitos que, na lógica de seus contextos peculiares, esforçam-se para garantir para si um lugar, seja isoladamente e/ou com uma

93 MOTT, Luiz Roberto de Barros. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

94 GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

95 TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

comunidade⁹⁶. É papel de historiadoras/es identificar esses lugares, elucidando a historicidade dos processos de exclusão e evidenciando que tipo de experiências esses processos têm silenciado.

Evidentemente nem o conjunto de pesquisas sobre homossexualidade nem as escritas trans darão conta da tarefa de historicizar nossas categorias de análise. Antes, é preciso que nos perguntemos mais a fundo onde buscamos nossas fontes: existe um arquivo característico do biopoder? Existem formas de arquivamento próprias ao momento da produção de diferença entre os gêneros dentro da sociedade euro-estadunidense capitalista moderna? Se existe um arquivo do biopoder, qual é o seu formato e a sua natureza?

Se não podemos dispor na totalidade dos arquivos do Estado, das estatísticas, da imprensa e dos relatórios de políticas públicas, devemos rumar na direção dos arquivos menores. Estes, para Philippe Artières, são aqueles que constituem frequentemente o fundo das caixas, que são postos à parte e retirados da análise porque são considerados como arquivos de interesse limitado⁹⁷.

Talvez, de maneira semelhante às historiadoras/es das técnicas de modificação corporal, tenhamos que voltar nossos olhares para os arquivos do corpo e para as imbricações das modificações corporais nas performances de gênero. Talvez, como Michel Foucault⁹⁸, possamos buscar essas referências nos discursos da medicina grega ou ainda, como Gayle Rubin⁹⁹, busquemos nossas bases na contracultura e na cultura popular. Quem sabe, como Eduardo Galeano¹⁰⁰, não possamos procurar nas pichações de paredes, muros e banheiros o que o povo anda dizendo. Busquemos em poemas, autobiografias, filmes, música, arte. Busquemos aquilo que se diz em toda parte, pois é aí que encontraremos o arquivo do biopoder: na vida dinâmica em sua potência transformadora.

96 REVEL, Jacques. "Micro - história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". Revista Brasileira de Educação, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010), p.444.

97 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194

98 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999

99 RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1

100 GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2015.

1.5 DEFININDO OS CONTORNOS DA PESQUISA

Agora que nos entendemos em nossos pressupostos de análise, vamos à pesquisa. Este estudo tem como objetivo geral investigar o paradigma de patologização das identidades trans, que tem suas raízes no século XIX mas que atingiu sua máxima expressão entre 1949-1959, com a criação e popularização da categoria diagnóstica de “transexual” na literatura científica. Para investigar os discursos e práticas institucionais médico-científicos em relação às pessoas trans e gênero-diversas neste período, tomo como ponto de partida (e chegada) o caso de Mário da Silva, rapaz que, em 1959, protagonizou a primeira cirurgia de redesignação sexual da qual se tem registro no Brasil.

Os objetivos secundários consistem em (a) Investigar em que medida o discurso patologizante impactou a produção do saber médico-legal brasileiro no que se refere às identidades trans na ocasião da cirurgia de Mário da Silva; e (b) Identificar os métodos, estratégias, recursos e discursos empregados por pessoas transgêneras como resposta ou mesmo resistência ao paradigma patologizante.

O recorte temporal utilizado nesta pesquisa é justificado por diversas razões: 1 – Foi a partir da década de 1949 que o termo “transexual” ganhou popularidade nas instâncias científicas, principalmente a partir da publicação dos trabalhos de David Cauldwell (1949) e Harry Benjamin (1954); 2 – Também remetem a este período as primeiras cirurgias de redesignação sexual com relativa repercussão midiática, como o caso de Christine Jorgensen (1952) e Mário da Silva (1959).

Com o intuito de cumprir os objetivos citados acima, consultei fontes variadas. Em primeiro lugar, analisei os principais estudos de viés patologizante no campo da sexologia, disponíveis em acervos bibliográficos universitários e bibliotecas virtuais. Foram examinados os trabalhos de Harry Benjamin (1954)¹⁰¹, David Cauldwell (1949)¹⁰² e Magnus Hirschfeld

101 BENJAMIN, Harry. Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes. *American journal of psychotherapy* 8:2 1954 Apr pg 219-30.

102 CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

(1910)¹⁰³. Estes são autores canônicos para a disciplina da Sexologia, na medida em que propuseram conceitos centrais para a análise das diversidades de gênero, então frequentemente classificadas como patologias. Atribui-se a Magnus Hirschfeld a autoria do termo travesti, em 1910, e a David Cauldwell a autoria do termo transexual, em 1949. Harry Benjamin, por sua vez, é conhecido por ter proposto um esquema elaborado de classificação das identidades trans.

Para esta seleção, tomei como base a relevância e repercussão destas pesquisas no meio científico, pois são frequentemente referenciadas nas pesquisas científicas posteriores¹⁰⁴. Há apenas uma fonte primária que foge ao critério de repercussão: trata-se do livro de Michael Dillon (1946)¹⁰⁵, que incluí na análise pois consiste no único trabalho de endocrinologia que foi escrito por uma pessoa trans antes de 1950, até onde podemos ter registro.

Para entender em que medida o paradigma patologizante impactou a produção de saber médico e as políticas institucionais brasileiras entre 1949-1959, também analisei manuais de medicina-legal publicados na década de 1950 (disponíveis em bibliotecas físicas ou virtuais). Foram analisados os trabalhos de Napoleão Teixeira (1954)¹⁰⁶ e J. Alves Garcia (1958)¹⁰⁷, bem como as três edições do Código Penal brasileiro, incluindo uma versão comentada por Flamínio Fávero (1950)¹⁰⁸. Por fim, também tomei como base a reportagem “Maura Maria virou Mário”, publicada na revista “O Cruzeiro” em 21 de Janeiro de 1959. Este artigo refere-se ao que possivelmente seria a primeira cirurgia de redesignação sexual ocorrida no Brasil, em 1959, realizada pelo médico no jovem catarinense Mário da Silva.

No primeiro capítulo, “A vida nos domínios do saber-poder”, dedico-me à história de Mário da Silva para entender se e/ou como o paradigma patologizante impactou os discursos e

103 HIRSCHFELD, Magnus. *Transvestites: The Erotic Drive to Cross Dress*, trans. Michael A. Lombardi-Nash (Buffalo, NY: Prometheus Books, 1991)

104 Ver mais em CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.

105 DILLON, Michael. *Self: A Study in Ethics and Endocrinology*. 1946

106 TEIXEIRA, Napoleão L. *Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal*. Curitiba, 1954

107 GARCIA, J. Alves. *Psicopatologia Forense*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.

108 FÁVERO, Flamínio. *Código Penal Brasileiro Comentado: Crimes contra a saúde pública, crimes contra a paz pública*. São Paulo: Saraiva, 1950.

práticas institucionais médico-científicas em relação às pessoas trans brasileiras neste recorte temporal. Em outras palavras, tomo o sujeito das relações de poder como meu ponto de partida para identificar o seu lugar na rede de disputas biopolíticas que se configuravam no Brasil em 1959. Começo situando a vida de Mário da Silva em seu contexto histórico, político e social através das lentes da biopolítica e da história global. Também levo em conta os elementos que engendraram a produção da matéria jornalística e que fomentaram a abordagem midiática progressista em relação ao caso de Mário da Silva.

Em seguida, evidencio as aproximações e deslocamentos entre as experiências de pessoas trans e gênero-diversas no Brasil e as expectativas sociais projetadas pela lógica que utiliza a cisgeneridade heterossexual como marco referencial. A partir do conceito de ilusão biográfica¹⁰⁹ e de identidade narrativa¹¹⁰, analiso brevemente a tensão entre o tempo dos sujeitos trans e o tempo institucional.

Por fim, tomo a vida de Mário da Silva como ponto de partida para entender em que medida ela se encaixa ou escapa à ideia do “transexual verdadeiro” e do paradigma patologizante adotado por parte das publicações do meio científico euro-estadunidense no período referido. Utilizo essas reflexões como introdução para a análise dos discursos patologizantes e dos sujeitos que os produziram, que elaboro no capítulo seguinte.

No capítulo “Imaginando monstros: a produção das categorias trans no discurso científico” modifico minha escala de investigação e passo da pessoa trans à análise da produção de saberes sobre pessoas trans dentro do âmbito médico-científico. Para isto, analiso o corpus de textos científicos em si, colocando sob olhar crítico os sujeitos que produziram os conceitos de inversão sexual, *travestismo*, *perversão* e *transexualismo*, e a particularidade das relações de poder nas quais estes saberes estão inseridos. Tensiono a dicotomia natural/artificial que fundamenta o paradigma patologizante e demonstro como a própria

109 BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. L'illusion biographique, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986.

110 RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, p. 177-194, 2000.

categoria de “sexo biológico” é produto de discursos e práticas de poder que podem ser situados histórica e culturalmente.

Adiante, advogo que não existe um corpo natural e um “sexo original” que não tenham sido moldados pelas tecnologias de gênero. Com isso, não pretendo descartar qualquer aspecto biológico do gênero, incluindo combinações cromossômicas, hormonais e fisiológicas de modo geral. Apenas ressalto que aquilo que entendemos como fato natural, o “sexo binário” (macho/fêmea) é produto de discursos, práticas reguladoras e relações de saber/poder localizadas histórica, social e culturalmente.

Para sustentar esta visão, apresento alguns cientistas envolvidos com a construção do paradigma patologizante e situo historicamente os seus discursos. Dedico-me especialmente às contribuições teóricas de David Cauldwell (1897-1959) e Harry Benjamin (1885-1986). Na sequência, volto meu olhar para os cientistas que, à sua maneira, romperam com o discurso patologizante e contribuíram para uma visão contra-hegemônica da transgeneridade. Aqui ressalto o trabalho dos intelectuais Magnus Hirschfeld (1869-1935) e Michael Dillon (1915-1962).

Finalmente, no capítulo “Fabricando corpos: o exercício da vontade de poder”, analiso as práticas de poder e como elas incidem sobre os corpos trans, principalmente através das tecnologias de produção de sexo e gênero. Tomando como fonte alguns manuais de medicina-legal e tratados de criminologia brasileiros¹¹¹, observo em que medida o paradigma patologizante se imbrica nas práticas cirúrgicas, terapias hormonais, medicalização e demais procedimentos relacionados ao “processo transexualizador”. Também me dedico a estudar como esses procedimentos impactaram os modos de subjetivação de si das pessoas trans no cerne da disputa biopolítica.

A princípio, busco identificar os ecos dos discursos patologizantes euro-estadunidenses nas instituições médicas e científicas brasileiras, mas também localizar as formas de saber-poder particulares ao Brasil no que tange as identidades trans. Para tanto,

111 Ver lista de Fontes Primárias, na página 171.

analiso as práticas de redesignação sexual, medicalização e hormonização, situando-as em seus contextos históricos e sociais.

Por fim, dedico o último trecho deste capítulo a refletir sobre a vida que se reconfigura a todo instante e que ancora os processos de resistência biopolítica – ou seja, refletir sobre biopotência. Trata-se de uma contribuição ensaística para pensar a transgeneridade também como uma ética de existência crítica às expectativas de conformidade social (supostamente justificadas pelas leis divinas ou biológicas) que determinam os modos mais corretos, asseados e aceitáveis de se viver em sociedade.

Ao longo deste trabalho, segui a perspectiva conceitual e metodológica do “paradigma do Outro”, proposta por Roseli Fischmann e adotada também por Sueli Carneiro¹¹². Segundo esta perspectiva, ao trabalhar com questões inerentes à condição humana, nós assumimos um compromisso ético em que a busca pelo conhecimento tem como finalidade maior a melhoria das condições básicas de vida do sujeito da pesquisa, não apenas como indivíduo, mas como integrante de uma coletividade social. Tendo isso em vista, e considerando o compromisso ético com uma historiografia baseada em narrativas plurais, privilegiei sempre que possível os saberes produzidos por pessoas trans, gênero-diversas e não-brancas.

Esta pesquisa foi produzida a despeito do projeto de desmantelamento estrutural das universidades públicas e dos órgãos de financiamento à pesquisa científica que está em curso no Brasil. Somando-se a isso, o processo de pesquisa e escrita também foi atravessado pela instauração de uma pandemia mundial, que nos exigiu imediata reconfiguração da vida em sociedade e evidenciou mecanismos de produção de morte junto às populações empobrecidas, pretas, indígenas, migrantes e trans no país.

Com este estudo, espero fomentar o debate historiográfico sobre a relação entre o paradigma patologizante adotado por parte da comunidade médico-científica no século XX e a marginalização social das identidades trans que reverbera até os dias de hoje na sociedade brasileira. Mais do que isso, espero contribuir para o reconhecimento das pessoas trans e

112 FISCHMAN, Roseli. Educação, democracia e a questão dos valores culturais. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência, 1996B.

gênero-diversas como sujeitos históricos legítimos, com capacidade e agência para produzir suas próprias epistemologias e modos de ético-políticos de existência.

2. A VIDA NOS DOMÍNIOS DO SABER-PODER

Neste capítulo, busco apresentar o caso de Mário da Silva, rapaz que, em 1959, protagonizou o que possivelmente seria a primeira cirurgia de redesignação sexual da qual se tem registro no Brasil. Catarinense, natural de Itajaí, Mário da Silva procurou o conhecido cirurgião local José Eliomar da Silva para realizar dois procedimentos cirúrgicos. Este caso repercutiu na edição da revista *Cruzeiro* de 21 de janeiro de 1959, em que se contam os detalhes da “mudança de sexo” de Mário da Silva.

Aqui, dedico-me à história de Mário da Silva para entender se e/ou como o paradigma patologizante impactou os discursos e práticas institucionais médico-científicas em relação às pessoas trans e gênero-diversas neste momento histórico, no Brasil. Em outras palavras, tomo o sujeito das relações de poder como meu ponto de partida para identificar o seu lugar na rede de disputas biopolíticas que se configuravam no Brasil em 1959.

2.1. A REPORTAGEM: MAURA MARIA VIROU MÁRIO

Transcrição da reportagem publicada na edição 0016 da extinta revista Cruzeiro, em 21 de janeiro de 1959.

Texto e fotos de Arlindo Silva.

Maura Maria, môça de Itajaí (Santa Catarina), tinha um namorado muito engraçado. Êle é quem a namorava porque ela não queria saber disso. José Carlos, o amoroso de sorte curta, era empregado numa fábrica de tecidos nas Tijucas, bairro da cidade. Todos os dias vencia longa caminhada para ver Maura. E Maura insensível. As amigas diziam para ela: “Que bôba você é, Maura. Namorar não é crime”. E Maura calada. A avó, em casa, ralhava: “Que diabo tem você que não aprende a fazer comida. As outras meninas da sua idade já podem até casar.” E Maura misteriosa. Mas agora Maura mudou muito. Mudou tanto que virou Mário. Quando lhe perguntam que fará no dia em que se defrontar com o antigo namorado, responde simplesmente: “Quero olhar para a cara dêle e dar uma boa risada...”

– MAS, o senhor já por aqui? O caso aconteceu há tão poucos dias! Pensávamos que, no Rio, ninguém soubesse de nada – disse o homem de Itajaí ao repórter. E, na verdade, de nada sabíamos. Estávamos apenas de passagem. Mas, afinal, que teria acontecido?

Êle está andando pela cidade, como se nada demais houvesse sucedido. Quer saber onde encontrá-lo? Procure o Dr. Eliomar.

Essa linguagem de conspiração revelou o fio da história, que monopoliza a atenção da cidade de Itajaí e de todo o Estado de Santa Catarina. "Êle" era Mário da Silva, que se tornou cidadão aos 16 anos, depois de uma regularmente longa experiência prévia como Maura Maria da Silva.

Criada e educada como mulher, Maura fêz primeira comunhão com vestidinho branco e coroa de flôres à cabeça. Estudou no grupo escolar na classe das meninas. Em sua casa, a princípio, lavava os pratos, varria e ajudava a avó. Nunca aprendeu a cozinhar. Gostava era de ordenhar vacas, tôda manhãzinha, laçar bezerros e montar cavalos bravos. Ganhou disparado muito desafio a vaqueiros. Gente ficava de mão no queixo, vendo as habilidades da jovem.

E quando Maura passeava, à noite, no jardim público da cidade, não dava "bola" aos casamenteiros disponíveis. Em volta do coreto, enquanto a bandinha atacava os seus sucessos, as amiguinhas exibiam os seus namorados. E Maura ia só de "pendant". As línguas ferinas da terra desanimavam. Aquela mocinha era de pedra. Mas convinha esperar, porque “um dia a casa cai”.

Esperando que o coração de Maura amolecasse, também estava José Carlos, o tecelão. Falava-lhe. Insistia. Nenhum estímulo. Chegou a fazer promessas. Nada.

E foi aí que tomou uma atitude heróica.

Procurou a avó da jovem. Contou-lhe tudo. Pediu sua ajuda. E que desculpasse que ele estivesse colocando "o carro adiante dos bois".

Figura 3: Retratos de Mário da Silva exibidos na reportagem da revista O Cruzeiro.



Saiu contente do encontro. E aqui convém esclarecer que, nos costumes do interior catarinense – como em outras partes do País –, a opinião da família vale muito para a môça. Mas o coração de Maura não amoleceu.

Até a avó ficou surpreendida com a reação da neta. Havia algum mistério por trás daquela resistência. Aliás, sempre achara esquisitas as maneiras da neta. Talvez fôsse o caso de consultar um médico. Maura concordou.

Foram ao médico mais próximo. Intrigado com o exame que fizera, o profissional transferiu o caso para o Dr. José Eliomar da Silva, muito conceituado em Itajaí, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com curso de cirurgia em Buenos Aires. Novo exame. E Maura foi internada no moderno e bem instalado Hospital de Itajaí. Entrou de cabelos compridos, vestido estampado e sapatos altos. Submeteram-na a duas cuidadosas

operações. Quando saiu, vestia calças compridas, camisa listrada, cabelos aparados e quando havia a apresentação a alguém, dizia:

– Muito prazer, Mário da Silva ao seu dispor.

2.2 MÁRIO DA SILVA, UM RAPAZ QUE ABANDONOU A IDENTIDADE FEMININA NA DÉCADA DE 1950

Mário da Silva foi um homem de seu tempo. O que significa dizer isso? Que não se pode conceber a história de Mário da Silva se ela estiver dissociada dos múltiplos processos econômicos, políticos, sociais e culturais que atravessavam o mundo ocidental capitalista, o Brasil e sobretudo a pequena cidade portuária de Itajaí (SC) no ano de 1959.

Afinal, os sujeitos do tempo passado dispunham de um determinado número de recursos e eram submetidos a pressões desiguais, geradas por uma configuração social específica. Era a partir destes recursos variáveis que as pessoas no passado se orientavam em seu mundo social, fosse com o intuito de sobreviver, de serem reconhecidas como cidadãs, de reforçar seus valores ou de legitimar suas crenças e visões de mundo. Em função do lugar que ocupavam em seu mundo social, mas também das representações de mundo que estavam disponíveis para elas em seu tempo histórico, essas pessoas efetuaram escolhas a partir de um número específico de possibilidades¹¹³.

Assim, para ouvir a história de Mário da Silva e reconhecemos o seu valor histórico, precisamos entender qual era o mundo social que ele habitava e quais eram as visões de mundo que provavelmente estavam disponíveis para ele em seu tempo. Também não se trata de retrair os seus passos em uma tentativa de biografia linear, que será necessariamente faltosa porque a sua vida culmina no anonimato. Que fim levou Mário da Silva? Não sei¹¹⁴.

113 HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 37-41, 133-191. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327. REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. Revista Brasileira de Educação, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010). p. 434 – 444.

114 Entra em questão o dilema da visibilidade, posto por Jamison Green (2006). Por um lado, ao assumir um gênero diferente daquele que lhe foi designado ao nascer, o sujeito arrisca a legitimidade pública de seu gênero. Por outro, ter passabilidade equivale a tornar-se invisível. Como coloca Green: “uma vez que um homem não é mais visivelmente transexual – isto é, uma vez que sua androginia prévia tenha sido transformada em masculinidade inquestionável – ele deixa de ser do interesse da imprensa” (2006, p.599). Ainda que eu discorde da noção de que exista qualquer transmasculinidade que não seja passível de questionamento pelo sistema de

Mas sua história nos servirá de ponto de partida para entender como discursos e práticas biopolíticas – aqui cristalizadas no paradigma patologizante – foram utilizadas no intuito de moldar, disciplinar e produzir corpos e populações¹¹⁵ cisgêneras.

Vejamos a década de 1950. Com o fim da Segunda Guerra, em 1945, o cenário político internacional presenciou o acirramento da divisão entre os dois blocos político-ideológicos, encabeçados pelos EUA e URSS. Embora o alinhamento político do Brasil aos EUA já remontasse aos tempos de guerra, foi na década de 1950 que ganhou força a influência cultural e econômica dos EUA, principalmente nos países latino-americanos. Tomando como base a prosperidade econômica estadunidense no pós-guerra, difundiu-se um modo de vida com base no consumo de bens de produção de massa¹¹⁶.

No Brasil, as classes médias urbanas foram tomadas pela ideia nacionalista de transformar o país em uma nação independente e desenvolvida. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o Brasil vira ocorrer a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana industrial, com expansão desordenada das cidades¹¹⁷. O populismo emergiu como recurso de poder em um período de modernização política e econômica. Quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência, em 1956, encontrou um país regido por uma constituição liberal, mas com limitação das liberdades políticas para partidos e organizações sindicais de esquerda. Sua política econômica, centrada no Plano de Metas, tinha como lema “desenvolvimento e ordem”, o que suscitava uma visão de desenvolvimento econômico otimista e centrada no Estado¹¹⁸.

Nesta época, Itajaí – a cidade natal de Mário da Silva – tinha uma economia baseada na pesca artesanal. Com o Ciclo da Madeira, ganhou força comercial a indústria extrativista na região. Por isso, no cais construído na parte sul da foz do rio Itajaí-Açu, chegavam e saíam

representação cis-heteronormativo branco, penso que este dilema nos ajuda a entender por que a vida de Mário da Silva segue adiante sem deixar outros vestígios em matérias jornalísticas. A partir do momento em que Mário da Silva passa como cisgênero, isto é, ganha circularidade social como homem, ele deixa de “interessar” como fato jornalístico. Ver mais em: GREEN, Jamison. 2004. *Becoming a visible man*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press.

115 FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

116 OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005. p.58 - 59. SILVA, Alexandra de Melo. *A Política externa de JK: Operação Pan-Americana*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. -----
Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK. *Contexto internacional*, v. 14, n. 2, p. 209-239, jul./dez. 1992.

117 CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. São Paulo : Global; Campinas : Ed. da UNICAMP, 1985. 369 p

118 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo : Nacional, 1989. 248p. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo : Brasiliense, 1996. 390 p.

frequentemente navegações com carregamentos de suprimentos¹¹⁹. E com a circulação das navegações, circulavam também notícias e histórias sobre mundos mais distantes. Eram tempos de fantasia, de ficção sobre um futuro de progresso científico e desenvolvimento industrial.

Essas ficções de um futuro desenvolvido encontravam respaldo nos avanços científicos daquele tempo histórico. Foi na década de 1950 que se descobriu o DNA e que se realizou o primeiro transplante médico bem-sucedido de órgãos. Células, organelas e hormônios passaram ao domínio de saber-poder da medicina ocidental. Remetem a este período os primeiros artigos científicos a trabalharem o conceito de “transexual”¹²⁰, fosse a partir de uma perspectiva patologizante – isto é, entendendo a transgeneridade como uma espécie de doença e transtorno de identidade¹²¹ – ou na perspectiva de condição relacionada à saúde sexual¹²².

Ganharam força, nos Estados Unidos, os estudos de John Money e Harry Benjamin sobre endocrinologia e redesignação sexual de pessoas intersexo e pessoas trans. A produção da distinção binária entre gêneros tornou-se um nicho de mercado, naquilo que se entende como um regime farmacopornográfico¹²³. Este regime farmacopornográfico, pós-industrial, ocidental e midiático, que tem suas raízes na sociedade industrial e colonial do século XIX, mas que só se consolidou após a Segunda Guerra, materializou os seus mecanismos de produção e controle de corpos sexuados nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia. Por meio destas disciplinas, aprimorava-se o processo artesanal e tecnológico de produção dos corpos com gênero binário, principalmente nos países do norte global.

Não é coincidência que o caso de Mário da Silva ganhe repercussão justamente nesse contexto. Se as categorias, conceitos e identidades estão sempre imbricadas em processos históricos, não se pode historicizá-las sem levar em conta os recursos tecnológicos que

119 HERING, Maria Luiza Reunax. Colonização e indústria no Vale do Itajaí : o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau : Ed. da FURB, 1987. 334 p. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis*. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 101-111, jan./jun. 2011.

120 BEEMYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: Journal of Women's History, Volume 25, Number 4, Winter 2013, pp. 113-121. CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). Revista Brasileira de História, vol.21 no.41 São Paulo: 2001. STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

121 CAULDWELL, David. Psychopathia Transexualis. International Journal of Transgenderism. Minnesota, vol. 5, n. 2. 2001.

122 DILLON, Michael. Self: A Study in Ethics and Endocrinology. London: Windmill Press, 1946.

123 PRECIADO, P. B. Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

estavam disponíveis para os sujeitos no momento em que viveram¹²⁴. O que equivale a dizer que a história da cisgeneridade, se quisermos escrevê-la, é inevitavelmente a história das tecnologias de produção de sexo e gênero nos corpos.

Faz-se notar que a situação de Mário da Silva nos chega através de uma reportagem de revista. É, portanto, uma narrativa que não pode ser tomada como um espelho fiel da realidade. Se a história de Mário da Silva é narrada a partir de um tom de curiosidade, fascínio e até mesmo de uma suposta aceitação social, esses atributos são produto de um tempo histórico e de uma multiplicidade de discursos que sustentam relações de poder específicas.

À semelhança de diversas disciplinas, o jornalismo constrói seus fatos de maneira muito própria. Sabe-se que os fatos jornalísticos não existem previamente como tais: eles são recortados da realidade e construídos obedecendo a determinações simultaneamente objetivas e subjetivas.

Em outras palavras, o material do fato jornalístico é objetivo, porque existe independentemente do sujeito. Mas o *conceito* de fato jornalístico – e os critérios que estabelecem o que merece ser noticiado, em quais mídias, com quais linguagens – este, sim, implica a percepção do sujeito¹²⁵. Ou seja, a construção de uma notícia ou matéria jornalística nunca pode ser plenamente objetiva, pois obedece a critérios de percepção, interpretação e narrativa que dependem da pessoa que executa o ofício jornalístico e das diretrizes dos veículos de comunicação que a empregam.

Assim, ainda que a reportagem sobre Mário da Silva não possa ser analisada como um reflexo inquestionável da vida social em 1959, ela pode deixar entrever as expectativas sociais coletivas sobre as relações de gênero e a forma como determinadas corporalidades eram construídas, legitimadas ou desautorizadas discursivamente naquele tempo histórico.

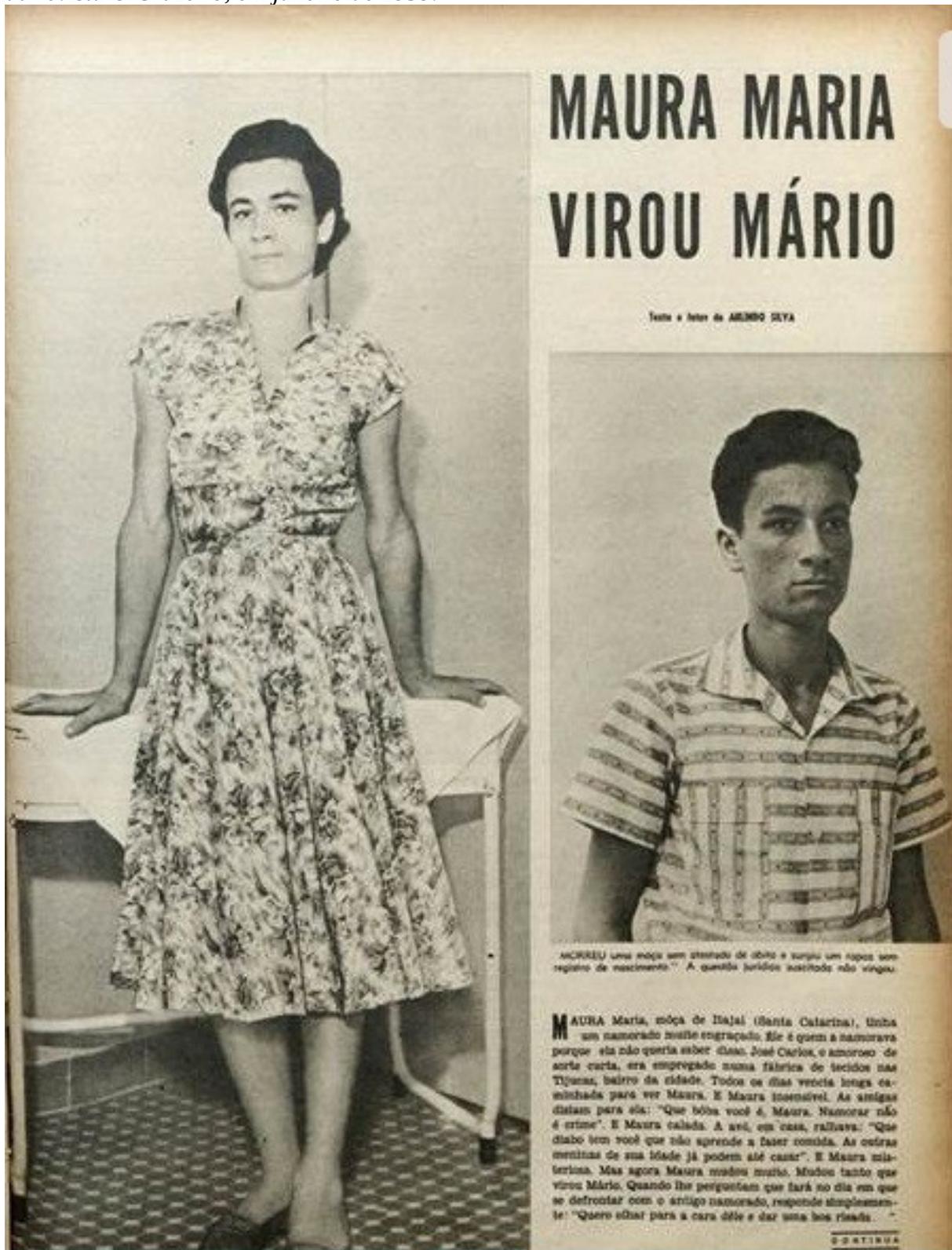
Entretanto, a reportagem sobre a transição de Mário da Silva não é apenas fruto da visão otimista e relativamente tolerante de Arlindo Silva – jornalista que assina a matéria – e da coleção de relatos pessoais dos moradores de Itajaí sobre o caso. Ela é também sustentada

124 PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. RUBIN, Gayle. Entrevista com Judith Butler, “Sexual Traffic” in *Feminism Meets Queer Theory*. Elisabeth Weed e Naomi Schor (Orgs.). Indiana: Indiana University Press, 1997.

125 GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. pp. 183-202.

pela linha editorial da própria revista O Cruzeiro, uma das mais notórias revistas ilustradas da história imprensa brasileira.

Figura 4: Primeira página da reportagem sobre Mário da Silva, publicada na edição 0016 da revista O Cruzeiro, em janeiro de 1959.



Lançada por Assis Chateaubriand no Rio de Janeiro (RJ), em 1928, a revista *O Cruzeiro* circulou semanalmente em todas as capitais do país até fechar em 1985. Durante o seu tempo de atividade, a revista foi referência no mercado editorial brasileiro por conta da sua qualidade gráfica, do uso de fotografias e dos textos assinados por grandes nomes do jornalismo nacional e internacional. Tinha como público-alvo as camadas médias brasileiras, influenciando a opinião pública em diversos temas, como assuntos políticos, sociais e econômicos, visto que era uma revista de variedades. Na publicidade de seu lançamento, a revista divulgou como lema: “*Cruzeiro, a revista contemporânea dos arranha-céus!*”. Se os arranha-céus, neste lema, simbolizam o progresso da civilização urbana e industrial, logo vemos que a linha editorial da revista *O Cruzeiro* previa uma abordagem temática menos conservadora e mais orientada para o futuro¹²⁶.

Ao trazer essas informações à tona, não é minha intenção afirmar que a abordagem jornalística sobre o caso de Mário da Silva foi determinada pelos interesses de seu grupo editorial; do contrário, ressalto que há, sim, brechas para o exercício da subjetividade do jornalista em seu ofício. Mas esse não é o nosso foco neste momento. O que eu gostaria de evidenciar é que o enquadramento narrativo desta reportagem, imbuído de expectativas sobre um futuro de progresso médico-científico e desenvolvimento industrial, traz consigo as marcas de seu tempo.

E embora seja pouco provável que a transição de Mário da Silva tenha sido recebida por seus grupos de convívio próximo com a naturalidade que a matéria jornalística faz parecer, a publicação desta reportagem, em 1959, por um veículo de comunicação com o impacto social da revista *O Cruzeiro*, sem dúvidas ajudou a construir uma visão de futuro¹²⁷ em que fenômenos como este – a transição de gênero – seriam cada vez mais comuns.

Há ainda alguns aspectos da reportagem sobre Mário da Silva que merecem a nossa atenção. Por meio do texto de Arlindo Silva, nós, as pessoas que leem a matéria, somos levadas a intuir que Mário da Silva não era uma pessoa convencional. A peculiaridade do caso

126 LEAL, Carlos Eduardo. *O Jornal*. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. *Jornal do Comércio*. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. 3. VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. *O Cruzeiro*. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

127 KOSELLECK, Reinhart. *Espaço de experiência e horizonte de expectativa*. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.

é construída por meio de indícios que supostamente justificam e legitimam a posterior transição de gênero de Mário da Silva. Os indícios são estes:

1 – Desde criança, Mário da Silva demonstrava interesse por atividades socialmente ligadas à masculinidade em seu espaço e tempo histórico, como ordenhar vacas, laçar bezerros e montar cavalos;

2 – A pessoa que se tornou Mário da Silva não demonstrava interesse afetivo-sexual pelo namorado, José Carlos, e por mais nenhum homem. Mário da Silva, assim, definitivamente não podia ser uma mulher comum, pois mulheres comuns possuem interesse afetivo-sexual por homens (ou é o que a reportagem dá a entender). Estes dois indícios, juntos, foram o catalisador para que a família levasse Mário da Silva a se consultar com o médico local;

3 – Assim depreendemos que a “estranheza” de Mário da Silva era um assunto de ordem médica. Finalmente, o cirurgião José Eliomar da Silva realizou dois procedimentos que trouxeram a felicidade a Mário da Silva. “Sinto-me como se estivesse no Céu”, diz ele.

4 – Este é nosso quarto indício: a reportagem vinculou as intervenções cirúrgicas à felicidade e o bem-estar de pessoas como Mário da Silva.

Estes indícios não devem ser lidos como meras interpretações isoladas ou circunstanciais sobre corpos trans, intersexo e gênero-diversos. Isso porque se tratam de concepções de sexo e gênero que integram um aparato técnico-discursivo – a patologização de diversidades de gênero – que possui uma historicidade própria. Aliás, como nos lembra Joan Scott¹²⁸, todas as concepções de sexo e gênero possuem uma historicidade própria, ainda que sejam interpretadas como verdades naturais ou aparentem uma permanência intertemporal e universal.

Começamos pelo primeiro indício: Mário da Silva nunca se comportou como uma “mulher verdadeira”. Ao evidenciar que o rapaz nunca demonstrou interesse em atividades domésticas, preferindo laçar bois e ordenhar vacas, a reportagem reifica uma noção estanque, histórica e culturalmente localizada sobre sexo e gênero. Aqui, conseguimos vislumbrar brevemente o modo como funcionavam as expectativas de gênero e a divisão social do trabalho na sociedade itajaiense, em 1959.

128 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

Figura 5: Fotografia retirada da reportagem sobre Mário da Silva, publicada na edição 0016 da revista *O Cruzeiro*, em janeiro de 1959



Nesta concepção culturalmente específica, mulheres não apenas devem realizar as atividades domésticas, mas devem demonstrar preferência por elas. Em contrapartida, os homens não apenas devem realizar as atividades que demandam mais força física, como também demonstram uma aptidão natural (biologicamente justificada) por estas tarefas. A um só tempo, esta visão reforça a concepção de que 1 – existe uma verdade sexual¹²⁹ no corpo que se manifesta infalivelmente, a despeito da vontade do indivíduo; 2 – esta verdade, o gênero do sujeito, dará coesão a todo o percurso biográfico.

Esta concepção de gênero é uma ficção e deve ser estudada com cautela. Isso porque a cisnormatividade possui respaldo sociocultural e histórico, visto que muitas vezes foi legitimada pelas instituições sociais – tais como Estado, Família, Religião – como sendo uma verdade universal, um fato sobre a existência social ou uma teoria biologicamente comprovada.

129 FOUCAULT, Michel. O verdadeiro Sexo. In: Ditos e escritos. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 82-91.

Aqui, utilizo a cisnormatividade como uma categoria analítica que se refere ao aparato político, epistêmico e social que naturaliza algumas identidades de gênero a ponto de nem serem nomeadas – como as pessoas cis, outrora conhecidas apenas como homens e mulheres “normais” – em oposição a outras identidades, que são marcadas como anormais, desviantes e patológicas – como pessoas trans e gênero-diversas¹³⁰.

Voltemos a Mário da Silva. Sua transição de gênero ganha notoriedade justamente por ser uma quebra de expectativa, uma excepcionalidade e também uma notícia de interesse coletivo. Estamos nos domínios dos critérios de noticiabilidade jornalística¹³¹. Um dos primeiros estudiosos de jornalismo, Tobias Peucer¹³², já dizia que tudo o que é comum e normal possui pouco valor informativo. Assim, apesar dos inúmeros relatos antropológicos, históricos e literários sobre outras possibilidades de expressão de gênero para além da concepção cis-binária na América Latina¹³³ e em outras partes do mundo, a transição de Mário da Silva não foi entendida como sendo da ordem do comum e do normal, pois extrapolava o dispositivo de coerção social, jurídica e política que é a cisnormatividade.

Seguindo esta lógica, podemos definir a cisnormatividade como uma concepção de gênero que é histórica e culturalmente localizada. Proponho que ela seja entendida como uma instância específica de saber-poder que tem suas raízes nas epistemologias coloniais dos séculos XV e XVI, que se consolidou a partir do século XVIII na Europa, e que encontrou máxima expressão em meados do século XX, sobretudo no interior de disciplinas como

130 BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. CABRAL, Raíssa Éris Grimm. Abrindo os códigos do tesão: encantamentos de resistência entre o Transfeminismo pós-pornográfico. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2015. p.70-78. VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

131 SILVA, Gislene.. Para pensar critérios de noticiabilidade. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), Florianópolis – SC, v. 2, n.1, p. 95-107, 2005.

132 Tobias Peucer publicou sua tese sobre jornalismo em 1690, na Universidade de Leipzig. Nela, Peucer descreve o que seriam os critérios para a noticiabilidade de um fato: “Os prodígios, **as monstruosidades**, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza, da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os **fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes do que nunca neste século**. Depois as diferentes formas de impérios, **as mudanças**, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as estratégias, as novas leis, os julgamentos (...), as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais **que façam referência à história natural, à história da sociedade**, da Igreja, da literatura: tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada nos periódicos...” Em: PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 1, n. 2, p.13-30, 2o semestre de 2004.p.21

133 Ver mais em TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

endocrinologia, psiquiatria, sexologia, medicina e biologia, principalmente em países da Europa e nos Estados Unidos.

A cisnormatividade é uma categoria atravessada por compreensões socioculturais ocidentais e coloniais de gênero. Não podemos, por exemplo, deixar de notar as semelhanças da cisnormatividade e da branquitude como construções ideológicas que classificam outras corporalidades a partir de seu próprio ponto de vista¹³⁴. Se a branquitude se fundamenta na ideia de que os padrões de corporalidade e modos de vida brancos são naturais, corretos e biologicamente desejáveis¹³⁵ – senão superiores –, a cisnormatividade se fundamenta na ideia de que os padrões de corporalidade e modos de vida cisgêneros são naturais, corretos e biologicamente desejáveis, em detrimento de outras corporalidades, vistas como anormais, imorais, anti-naturais.

Desta forma, ser homem ou mulher parece ser um fato natural, comprovado pelas teses biológicas. Reafirmo: parece. Em termos biológicos, já sabemos que há inúmeras variações nas características que identificam cada gênero, o que faz com que elas sejam menos homogêneas e definidas do que se crê. Essas variações podem ser encontradas nos genitais, cromossomos, gônadas ou hormônios, naquilo que chamamos de condições intersexo.

Uma pessoa pode nascer com uma anatomia externa “tipicamente masculina”, mas ter ovários e útero, ou ainda apresentar uma genética em mosaico, de forma que algumas de suas células tenham cromossomos XX e outras tenham XY, para citar apenas alguns exemplos¹³⁶. Há muitos corpos humanos que não coincidem com aquilo que se definiu biologicamente como masculino e feminino¹³⁷.

134 BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). SOVIK, L. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. Contemporânea, v. 3, n. 2, p. 159 – 180, 2005. p. 168.

135 FAUSTINO, D. M. “A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do”. In: Revista Tecnologia e Sociedade (Online), v. 1, 2013a, p. 121-136. SCHUCHMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. v. 1. 191p.

136 Alguns exemplos de condições intersexo são Síndrome de Insensibilidade Androgênica (AIS), Hiperplasia Supra-renal Congênita (CAH), disgenesia gonadal, deficiência de 5-alfa redutase, entre outros. Estes fenômenos estão agrupados na categoria de Distúrbios da Diferenciação Sexual (DDS), o que é passível de crítica, já que o termo “distúrbio” atribui valoração social negativa – e patologizante – às pessoas intersexo.

137 AINSWORTH, Claire. Sex Redefined: The idea of two sexes is simplistic. Biologists now think there is a wider spectrum than that. Nature, 518, 288–291, (19 February 2015).

Figura 6: Mário da Silva. Foto retirada da reportagem da revista O Cruzeiro, edição número 0016, janeiro de 1959.



Não se trata de uma simples oposição entre natureza/tecnologia, real/construído, ou sexo biológico/gênero social¹³⁸. É preciso lembrar que o modelo binário de sexo e gênero é uma concepção biológica datada que invisibiliza outros arranjos de características sexuais, como aqueles vividos pelas pessoas intersexo. Segundo a bióloga e especialista em desenvolvimento de gênero, Anne Fausto-Sterling:

(...) se o estado e o sistema legal têm um interesse em manter um sistema sexual bipartido, eles estão desafiando a natureza. Isso porque, biologicamente falando, existem diversas gradações entre fêmea e macho; e dependendo de como determinamos as coisas, poderíamos argumentar que dentro desse espectro há, pelo menos, cinco sexos – e talvez ainda mais (FAUSTO-STERLING, 1993, p.21, tradução minha¹³⁹¹⁴⁰)

Assim, a divisão cis e binária de sexo-gênero é menos um fato natural e mais uma construção discursiva atravessada pelo olhar cisgênero, que toma as corporalidades cis como ponto de partida e lugar ideal de chegada. O referencial cis é a medida da legitimidade de um corpo: ou seja, um corpo existe como humano, na matriz de inteligibilidade dos corpos¹⁴¹, caso ele esteja o mais alinhado possível com a cisnorma. O referencial cis branco torna-se a própria medida da humanidade de um indivíduo. O que equivale a dizer que a jornada de Mário da Silva parece ter encontrado completude quando ele finalmente alinhou o seu corpo segundo a lógica cisnormativa: isto é, atingiu a passabilidade social como homem cisgênero, “corrigindo” a sua ambiguidade sexual.

Já vimos que a narrativa sobre a trajetória de vida de Mário da Silva toma como base uma ideia constantemente reificada em seu tempo histórico de que existe uma verdade do gênero no corpo que se manifesta infalivelmente, a despeito da vontade do indivíduo. Podemos chamar esta ideia específica de pré-discursividade do sexo¹⁴².

Em outras palavras, a pré-discursividade entende que seja possível classificar sexos e gêneros a partir de critérios objetivos, de determinadas características corporais,

138 HARAWAY, Donna. *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Nature*. Nova York: Routledge, 1989.

139 Traduzido do original: “But if the state and the legal system have an interest in maintaining a two-party sexual system, they are in defiance of nature. For biologically speaking, there are many gradations running from female to male; and depending on how one calls the shots, one can argue that along that spectrum lie at least five sexes – and perhaps even more.”

140 FAUSTO-STERLING, Anne. The five sexes: Why male and female are not enough? *The Sciences*. Março-Abril, 1993, p.21

141 BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar. p.38-39

142 VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015. p.

independentemente das percepções do próprio sujeito e de seu contexto sociocultural. É como se acreditássemos que todos os corpos podem ser encaixados em um gênero, e apenas um, à primeira vista, tomando como base a presença ou não de determinados órgãos, hormônios, combinações cromossômicas e características sexuais. Isto é entendido como um fato natural¹⁴³ e/ou desígnio divino sobre a espécie humana. Por extensão, todos os corpos que porventura não puderem ser enquadrados em um gênero, e apenas um, à primeira vista, são classificados como exceções, mutações, anormalidades. Esta é a lógica da **pré-discursividade**¹⁴⁴ do sexo.

A socióloga Viviane V. nos sugere que a pré-discursividade seja entendida como um dos três pilares fundamentais da cisnormatividade. Além deste, cita também o **binarismo** e a **permanência** como componentes desta lógica normativa¹⁴⁵. A estas, eu adiciono ainda a **heteronormatividade**¹⁴⁶. Vejamos o que isto quer dizer.

Se seguirmos a premissa cisnormativa de que é sempre possível classificar o gênero dos corpos a partir de critérios objetivos, neutros e infalíveis, precisaremos lançar mão das categorias de gênero que estão disponíveis para nós em nosso contexto cultural e tempo histórico. Isso se deve ao fato de que inscrição dos gêneros nos corpos é sempre realizada no contexto de uma cultura específica, trazendo, assim, as marcas dessa cultura¹⁴⁷.

143 A filósofa Linda Nicholson nos oferece um exemplo bastante elucidativo sobre esse assunto, que ela chama de “porta-casacos” da identidade. Nesta lógica do porta-casacos, que combina determinismo biológico e construcionismo cultural, o corpo é entendido como um cabide onde se penduram diversos artefatos culturais. Estes artefatos culturais geralmente estão relacionados com a personalidade, o comportamento e as expectativas de gênero sobre um indivíduo. Ou seja, o sexo do corpo é entendido como um fato determinado biologicamente, portanto imutável. Em contrapartida, o gênero do corpo é compreendido como algo passível de mudança, já que é construído social e culturalmente. Segundo Nicholson, a noção do corpo como porta-casacos já foi muito utilizada por feministas – brancas e cisgêneras – em meados do século XX, pois permitia que se aproveitassem de certas vantagens teóricas do determinismo biológico ao mesmo tempo em que dispensavam outras com base no construcionismo cultural. Ver mais em NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.2, p. 09-41. Florianópolis: UFSC, 2000. p.4.

144 VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

145 Ibidem.

146 JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 363-372, set/dez 2013. PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. _____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11, jan. 2011.

147 LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.); WEEKS, Jeffrey; BRITZMAN, Deborah; HOOKS, bell; PARKER, Richard; BUTLER, Judith. O corpo educado. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.5 e 6).

Já sabemos que determinados povos originários norte-americanos possuíam e possuem mais de cinco possibilidades de identidade de gênero em sua vida social¹⁴⁸, fenômeno que também ocorre em alguns povos originários da América do Sul¹⁴⁹. No entanto, no contexto político, social e cultural de Mário da Silva, as possibilidades de gênero eram apenas duas: homem e mulher.

É disso que se trata o **binarismo**: a ideia de que ou se é homem, ou se é mulher. Dentro da lógica cisnormativa, não é possível ser ambos, nenhum dos dois, ou algo para além dessas duas opções. As corporalidades que não se enquadram nesta perspectiva binária – como as pessoas indígenas two-spirit¹⁵⁰, que combinam em si mais de um gênero – são postas à margem de um sistema de classificação binário e etnocida. Daqui em diante, chamarei este dispositivo regulador de *cistema binário de gênero*.

Aqui, é preciso notar que a amarração do gênero de uma pessoa com o binário masculino/feminino é feita através da **heteronormatividade**¹⁵¹. A heteronormatividade consiste no ideal da união heterossexual como complementar e produtiva para o bem da espécie, tendo em vista o seu papel na procriação humana. A heteronormatividade é um ideal regulatório, estreitamente vinculado e mutuamente sustentado pela cisnormatividade – daí o conceito de cisheteronormatividade para descrever o entrecruzamento entre estes dois tipos de violência¹⁵².

É por conta da heteronormatividade – a premissa de que a união heterossexual é a norma, além de ser ideal para a manutenção da vida em sociedade – que surgem as primeiras dúvidas sobre a identidade de gênero de Mário da Silva. Como nos coloca a reportagem, “havia algum mistério por trás daquela resistência [do rapaz à ideia de se casar]”. Aqui, em

148 STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

149 Ver mais em: TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

150 ROSCOE, Will. “Was We’wha a Homosexual?: Native American Survivance and the Two-Spirit Tradition.” *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 2:3 (1995): 193–235. THOMAS, Wesley. “Navajo Cultural Constructions of Gender and Sexuality,” in *Two-Spirit People: Native American Gender Identity, Sexuality, and Spirituality*, eds. Sue-Ellen Jacobs, Wesley Thomas, and Sabine Lang, 169 (Urbana, IL: University of Illinois Press, 1997).

151 JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v. 18, n. 3, p. 363-372, set/dez 2013. PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. _____. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 19, n. 1, p. 11, jan. 2011.

152 BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cispênero*. 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p.50

1959, a heteronormatividade teve o poder social de questionar a mulheridade de Mário da Silva, já que uma mulher “de verdade” naturalmente teria interesse em manter uma união heterossexual com um homem¹⁵³. A orientação sexual, neste contexto histórico, estava na própria base ontológica das identidades de gênero.

Além disso, segundo a lógica cisnormativa, as identidades de gênero são sempre estáveis, fixas, permanentes. Ou seja, a **permanência** de uma identidade – sempre ter sido mulher; sempre ter sido homem – é um dos fatores que determinam a legitimidade social de um sujeito. Quando Mário da Silva transicionou de um gênero a outro, ele rompeu com um ideal de normalidade biológica e social instaurado pela cisnormatividade. A um só tempo, tornou-se um assunto de ordem médica e jurídica.

Mas a instabilidade que se construiu como aura ao redor do corpo indefinido de Mário da Silva se dissolveu com a chegada do diagnóstico médico: Mário da Silva nunca foi mulher! Foi a prescrição médica de José Eliomar da Silva que sancionou a masculinidade do rapaz, que de mulher “só tinha o cabelo, o vestido e os sapatos”. A transição de gênero foi legitimada cirurgicamente no corpo de Mário da Silva, pois, se não era uma mulher, então precisava se enquadrar naquilo que se esperava de um homem cisgênero. Deixou a sala de cirurgia vestindo calças compridas e camisa listrada, à moda masculina de sua época. A sociedade itajaiense finalmente pôde repousar com tranquilidade. Problema (de gênero) resolvido.

2.3 FRAGMENTANDO A ILUSÃO BIOGRÁFICA: O QUE AS VIDAS TRANS NOS ENSINAM SOBRE TEMPORALIDADE

Mário da Silva nasceu sem certidão de nascimento e morreu sem certidão de óbito. Um sujeito como ele está necessariamente à margem do tempo institucional, pois habita uma espécie de limbo jurídico. Sua vida nos lembra de que a identidade é definida narrativa¹⁵⁴ e historicamente¹⁵⁵ – de acordo com conceitos, visões, ideias, experiências disponíveis em um determinado tempo histórico – e não biologicamente.

153 Dentro dessa mesma premissa, lésbicas não eram entendidas como mulheres, mas mulheres-homens (ou pessoas que desejavam ser homens). Ver mais em: WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona/Madrid: Editorial EGALES, 2006.

154 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I*. Campinas: Papirus 1994b. _____. *O si mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1994a.

155 HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Contudo, as categorias jurídicas de gênero de seu tempo tinham como determinante único o gênero que fora designado ao nascer. Além disso, essa classificação de gênero era binarista, legitimando apenas duas opções (masculino/feminino). Não havia, em seu tempo histórico, a possibilidade jurídica de mobilidade entre gêneros¹⁵⁶. Não havia possibilidade jurídica de assumir ambos os gêneros, múltiplos gêneros, ou nenhum deles¹⁵⁷.

Ao fragmentar o seu percurso biográfico, assumindo outra identidade, Mário da Silva tensiona a concepção do sujeito moderno como alguém que possui uma identidade integrada, única, estável. Ele tensiona a ilusão comum e socialmente bem fundamentada da unidade de si-mesmo.¹⁵⁸ Tensiona também a noção de permanência, um dos fundamentos da cisnormatividade¹⁵⁹. Sua identidade não tem como fundamento a mesmidade, já que nasce a partir de uma fragmentação: o *eu* do passado e o *eu* de a partir de agora. Aliás, Mário da Silva não pretende ser o mesmo – é na ruptura radical com a mesmidade que nasce “Mário da Silva”.

Assim, a identidade de Mário da Silva não é *idem*, a permanência no tempo, mas *ipse*, um núcleo mutante de personalidade que, mesmo apresentando uma determinada manutenção de si, apenas promete a permanência através do tempo¹⁶⁰. Mas quem é o “eu” de um sujeito que muda o tempo todo? Se o nome próprio é um dos principais marcadores da permanência de alguém através do tempo, o que garante a permanência do “eu” da pessoa que já teve mais de um nome próprio? A resposta é que o “eu” é necessariamente uma identidade narrativa.

Existe uma reciprocidade entre tempo e narrativa, no sentido de que tudo o que se narra ocorre e se desenvolve no tempo. É por meio da narrativa que se acessa a experiência subjetiva de cada pessoa em relação ao tempo. O sujeito se coloca no mundo e no tempo a partir do reconhecimento de sua história, de sua narrativa de vida.

156 O Supremo Tribunal Federal brasileiro aprovou, em março de 2018, uma medida que permite a retificação de prenome e gênero de pessoas trans, travestis e transexuais diretamente em cartório, dispensando a necessidade de cirurgia ou abertura de processo judicial.

157 OLIVEIRA, Manoel Rufino de. Despatologização das vivências trans: o impacto da abolição do diagnóstico de gênero nos direitos das pessoas trans. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Belém, 2017

158 LAHIRE, Bernard, Homem plural: os determinantes da ação. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes, 2002. p.20

159 VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

160 RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa I. Campinas: Papyrus 1994b. _____. O si mesmo como um outro. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1994a.

Isso explica porque a análise da categoria de tempo é essencial para entender a experiência da transgeneridade e das diversidades de gênero, já que existe uma tensão entre o tempo dos sujeitos e o tempo institucional¹⁶¹. Podemos visualizar esta tensão na relação do sujeito trans com o seu nome jurídico.

Conforme o sociólogo Pierre Bourdieu, produzir uma história de vida geralmente implica tratar a vida como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, conformando-se talvez com uma ilusão retórica – a ilusão biográfica – de que a vida transcorreu progressiva e cronologicamente¹⁶². Trata-se de uma construção discursiva.

O mundo social dispõe de diversas instituições de totalização e de unificação do eu que atribuem uma constância à identidade de um sujeito, sendo uma das mais importantes o nome próprio. É por meio do nome que, segundo Bourdieu, assegura-se a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais¹⁶³, pois o nome é o suporte do conjunto de propriedades (nacionalidade, gênero, idade) que chamamos de estado civil¹⁶⁴.

A materialidade do nome, nos lembra Bernard Lahire, é permanentemente reforçada pelas perguntas administrativas (públicas e privadas), seja através dos diversos documentos de identidade (carteira de identidade, passaporte, certificado de residência, carteira de habilitação, carteira de trabalho, carteira de grupo sanguíneo, etc.), seja pelas coordenadas espaço-temporais (por exemplo, data e lugar de nascimento, nacionalidade, endereço do domicílio)¹⁶⁵.

Contudo, nem todos os indivíduos almejam essa constância através do tempo e dos espaços sociais, ancorada no nome jurídico. Quando tratamos da vida de pessoas transgêneras e gênero-diversas, a mudança de nome costuma ser um dos demarcadores de maior relevância da transição de gênero, inclusive mais expressiva do que as cirurgias e alterações corporais¹⁶⁶.

161 BRAZ, Camilo. Transmasculinidades, temporalidades: Antropologia do tempo, da espera e do acesso à saúde a partir de narrativas de homens trans. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

162 BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. L'illusion biographique, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986. p.185.

163 Ibidem. p.186.

164 Ibidem, p.188.

165 LAHIRE, Bernard, Homem plural: os determinantes da ação. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes, 2002. p. 22, 23

166 Embora o termo transexual tenha sido concebido por estudos médicos a partir do século XIX para definir sujeitos que buscavam intervenções médicas para “alinhar” seu corpo ao seu gênero, a palavra transgênero foi proposta dentro da comunidade trans nos anos 1990 como termo abrangente para todas as pessoas que não estão em conformidade com o gênero designado ao nascer. Dessa forma, estão inclusas todas as pessoas trans que não

Isso porque a nomeação, apesar de ser um ato cultural, está intimamente vinculada à determinação de gênero. O ato de nomear-se, assim, tem um papel relevante no processo de subjetivação trans.

Se o nome jurídico funciona como a ligadura entre a pessoa e seu sexo jurídico, a mudança de nome representa uma fragmentação na ilusão biográfica. Isto é, a mudança de nome demarca um modo de existir como alguém dissociado da identidade anterior, vinculada ao sexo jurídico. Esse processo de fragmentação biográfica frequentemente ocorre mediante a adoção do nome social, embora também existam casos de pessoas transgêneras e gênero-diversas que conseguiram a retificação de seu nome e sexo jurídico¹⁶⁷.

Obviamente, o processo de mudança de nome não é restrito às pessoas transgêneras e a retificação do nome não é uma etapa obrigatória na experiência da transgeneridade. Com isso, apenas pretendi mostrar que pensar em temporalidades transgêneras pode permitir às historiadoras/es visualizar outras possibilidades de relatos biográficos e autobiográficos que não sejam coesos, lineares e constantes, nem baseados exclusivamente em referenciais de vida heterossexuais e cisgêneros.

Se Mário da Silva é precisamente um produto de seu tempo histórico, ao mesmo tempo, ele também é um sujeito anacrônico, que escapa aos marcos paradigmáticos de experiência de vida e aos modelos de mundo legitimados pelas instituições sociais – como Família, Religião, Estado – de sua época. O fato é que corpos trans, gênero-diversos e intersexo tensionam inúmeras noções que são cis-centradas, e que por serem centradas nas experiências cisgêneras, dificilmente abrangem as vidas que ocorrem à margem desses modelos.

É evidente que nem todas as pessoas trans, gênero-diversas e intersexo experienciam suas vidas à margem de instituições sociais como o casamento, a maternidade/paternidade e a religião. Para parcela relevante deste grupo, alinhar-se à matriz normativa é um destino ideal – em partes porque, para além da luta por direitos iguais, não se adequar à norma implica em

desejam realizar intervenções corporais para alterar sua expressão de gênero. Ver mais em: CAULDWELL, David. *Psychopathia Transexualis*. International Journal of Transgenderism. Minnesota, vol. 5, n. 2. 2001. LANZ, Leticia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015, p.70.

167 Por meio da História Oral e das Escritas de Si pode-se afirmar que, em meados do século XX, pessoas trans utilizavam diversas estratégias para emitir novos documentos de identificação no Brasil. Para quem possuía condições financeiras, havia a possibilidade de pagar pela falsificação de documentos no mercado ilegal. Para as pessoas transmasculinas, havia ainda outra possibilidade: apresentar-se no cartório e alegar que não possuía certidão de nascimento. Este foi o caso de João Nery, que o relata em seu livro: NERY, João. *A viagem solitária*. São Paulo: Leya, 2018.

receber pesadas sanções sociais e jurídicas¹⁶⁸. Basta observarmos as demandas históricas de movimentos LGBTIA+ organizados pela legalização do casamento homossexual, adoção homoparental e criminalização da homofobia¹⁶⁹.

Ao discutir temporalidades transgêneras, não pretendo homogeneizar as experiências subjetivas de pessoas trans e gênero-diversas em relação ao tempo e ao espaço, pois compreendo que estas são atravessadas por variadas dinâmicas sociais com base em marcadores de raça, etnia, classe, nacionalidade, religião, faixa etária, sexualidade, gênero e escolarização.

Um exemplo disso é a construção identitária da branquitude, que segue se afirmando como o modelo de desenvolvimento civilizatório, enquanto os modos de vida e visões de mundo de pessoas negras e indígenas frequentemente são associados ao atraso, dentro de uma visão de progresso que é inerentemente racista e colonial¹⁷⁰.

O que eu gostaria de argumentar é que, pensar em temporalidades alternativas, e sobretudo temporalidades transgêneras, é também pensar em como a nossa análise sobre tempo/espaço está fundamentada em referenciais cis-heteronormativos, brancocentrados e coloniais, atravessados pela lógica da acumulação de capital.

Como pontuou Halberstam, pessoas soropositivas, trabalhadores/as sexuais, pessoas em situação de rua, traficantes e desempregados são alguns exemplos de indivíduos que podem experimentar temporalidades *alternativas*, no sentido em que vivem (deliberadamente, acidentalmente ou por necessidade) durante as horas em que outros dormem; na maneira em que habitam espaços (físicos, metafísicos e econômicos) que outros abandonaram; da forma em que trabalham nos domínios que outras pessoas associaram ao inabitável¹⁷¹.

168 Tais como os espancamentos públicos; a banalização da violência sistêmica contra essa população; a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; a subrepresentação ou representação estereotipada nos meios de comunicação; interdições de determinados direitos civis; entre outros exemplos.

169 FÁBIO, André Cabette. A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro. Nexo Jornal. Reportagem publicada em 17 de jun de 2017.

170 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. FAUSTINO, D. M. “A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do”. In: Revista Tecnologia e Sociedade (Online), v. 1, 2013a, p. 121-136. _____ . “Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon”. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013b, p. 216-232. SCHUCHMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Branquitude Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2014. v. 1. 191p.

171 HALBERSTAM, Judith/Jack. In a Queer Time and Place: transgender bodies, subcultural lives. New York: New York University Press, 2005, p.9.

É possível escrever a história das pessoas sem documentos, sem teto, sem família, sem nome? Quais referenciais de tempo e espaço utilizamos para isto? A vida social é atravessada por marcadores normativos que supostamente dão conta de explicar na totalidade a nossa relação coletiva com o tempo/espaço. Alguns desses marcadores são, por exemplo, relações sexuais, casamento, reprodução, parentalidade e conformação familiar. Mas frequentemente estes marcadores são interpretados como metas ou finalidades inegociáveis de um percurso biográfico “normal”, tomando como referência os modos de vida centrados na heterossexualidade, na cisgeneridade e na monogamia. Assim, este panorama de percurso biográfico estabelece um ideal de futuro que não contempla formas alternativas de vida¹⁷².

Dizendo de outra maneira, há um conjunto de valores, regras e narrativas sobre modos corretos de vida que impõe um senso de propósito e um modelo fixo de futuro que dá sentido ao percurso biográfico dos sujeitos. Casar, ter filhos e arrumar um emprego foram alguns dos marcadores biográficos com maior importância social para as classes médias brasileiras na década de 1950¹⁷³. No entanto, este senso de propósito e os modos de vida que ele contempla variam de cultura para cultura, ainda que sejam frequentemente interpretados como fenômenos universais e atemporais, idênticos em todo lugar.

Aquilo que a princípio nos parece uma norma universal, como casar, ter filhos e arrumar um emprego, apesar de ser legitimado por diversas instituições sociais, é apenas resultado de uma configuração cultural, social e histórica muito específica. Dentro de um mesmo território, diferentes grupos sociais podem legitimar marcadores biográficos muito distintos entre si. Contudo, apesar de sua especificidade, esses elementos gerais da existência são vistos como etapas necessárias para a “plenitude” na vida de qualquer pessoa¹⁷⁴.

Vejamos a reportagem sobre Mário da Silva: nela, está colocada a ideia de namoro e casamento como maior expectativa da vida de uma mulher; como isso não ocorre, há uma sensação de estranhamento. Deve haver algo de errado com Mário da Silva. Não se considera, em momento algum, a possibilidade de haver uma mulher que não queira se casar, formar família e ter filhos na cidade de Itajaí, no ano de 1959.

172 HENNING, Carlos Eduardo. “Na minha época não tinha escapatória”: teleologias, temporalidades e heteronormatividade. *Cadernos pagu* (46), janeiro-abril de 2016, p.341-371.

173 MITTANCK, Vanuza Alves. As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. SUÁREZ, Fernanda C. Martins; FARIAS, Rita de Cássia P. Construções de gênero nos anos 1950: entre o conformismo e a subversividade. *Revista Ártemis*, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. pp. 168-179

174 HENNING, Carlos Eduardo. “Na minha época não tinha escapatória”: teleologias, temporalidades e heteronormatividade. *Cadernos pagu* (46), janeiro-abril de 2016, p.341-371.

Ou seja, a não conformidade com os marcos gerais da existência tem o poder de interditar o reconhecimento social da própria identidade do sujeito. Mário da Silva, segundo essa lógica, nunca poderia ter sido mulher, pois não agia como uma. Isso significa que a lógica cis-heteronormativa não gera apenas efeitos subjetivos, mas também efeitos materiais, visto que autoriza e é autorizada por instituições jurídicas, penais, médicas, midiáticas, religiosas e científicas.

Nesse sentido, a pessoa transgênera pode representar tanto um anacronismo quanto um exílio. É uma pessoa anacrônica na medida em que frequentemente é vista como alguém que está fora de seu tempo, quase invisível nas narrativas históricas hegemônicas¹⁷⁵, marcada como alguém cujo tempo pessoal está em conflito com o tempo das instituições sociais. E está em exílio pois geralmente é vista como alguém que está fora de lugar, como quando adentra o mercado de trabalho formal¹⁷⁶ ou circula por espaços (estabelecimentos, bairros, cidades, regiões, países) que tomam sua presença como uma afronta.

Por isso, quando estudamos vivências de pessoas trans, gênero-diversas e intersexo, não estamos apenas vislumbrando possibilidades de alinhamento, concessão, resistência e dissidência individuais às normas cis e binárias de gênero, mas também múltiplos processos sociais que posicionam a vida no cerne de suas disputas (bio)políticas.

2.4 DA PATOLOGIZAÇÃO AO TRANSEXUAL VERDADEIRO: UM PERCURSO ENTRE MAGIA, CIÊNCIA E BIOPOLÍTICA

Mário da Silva não foi a única pessoa a ter passado por uma transição de gênero na história. Lembremos do pianista estadunidense Billy Lee Tipton (1914-1989), que apenas no momento de sua morte foi revelado como homem transgênero¹⁷⁷. Lembremos do brasileiro Lourival Bezerra de Sá (1940-2018), cujo corpo foi mantido por cinco meses no Instituto Médico Legal de Campo Grande (MS) antes de finalmente ser sepultado, com a justificativa de que seu “sexo biológico” não coincidia com a sua identidade de gênero¹⁷⁸. Lembremos da

175 NAMASTE, Viviane K. 2000. *Invisible lives: The erasure of transsexual and transgendered people*. Chicago: University of Chicago Press.

176 Segundo estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% das pessoas trans brasileiras recorrem à prostituição por ausência de oportunidades no mercado de trabalho formal.

177 HALBERSTAM, Jack. In *a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. Nova York: New York University Press, 2005.

178 MARTINELLI, Andreia. Juiz determina que Lourival Bezerra seja enterrado com identidade masculina. Em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/lourival-justica-enterro-homem_br_5c89667ce4b038892f4a0424

travesti baiana Marta Maria de Sá (1956-atualidade), que carrega em seu corpo as marcas das inúmeras torturas sofridas na época da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)¹⁷⁹.

Essas vidas, tão diversas em seus contextos sócio-político-culturais, carregam algo em comum: de uma maneira ou outra, foram postas à margem por um sistema de classificação cis e binário de gênero, que não dava conta de seus corpos. As relações de gênero ocidentais modernas possuem fronteiras rígidas, baseadas em performatividades normativas, tornadas “verdade” por meio de repetições incessantes¹⁸⁰. Homem não chora, mulher é mais sensível, homem é mais forte, mulher nasceu pronta para ser mãe, homem tem barba, mulher tem útero, homem tem voz grave, mulher amadurece mais cedo. Todos os corpos que não se acomodam nessas normas performativas de gênero são tratados como abjetos. E abjeto é tudo aquilo que é desprezível, que causa repulsa¹⁸¹.

Os nossos corpos não são abjetos por si só. Não existe um corpo que seja anterior à cultura; do contrário, todos os corpos são fabricados por tecnologias culturais precisas¹⁸². Assim, os corpos de pessoas trans, gênero-diversas e intersexo foram tornados abjetos por meio de uma série de mecanismos de produção de diferenças, que privilegiam determinadas corporalidades – construídas discursivamente como naturais, biológicas, legítimas – em contraposição a outras – construídas discursivamente como anti-naturais, artificiais, falsas.

Gostaria de enfatizar, mais uma vez, que estes mecanismos de hierarquização das corporalidades mais e menos legítimas têm uma historicidade própria. Será que sempre se acreditou na ideia de que deve haver uma concordância entre identidade de gênero, órgão genital e orientação sexual? Será que o sistema binário de gênero sempre foi a norma, em

179 FERNANDES, Yuri. Martinha: ‘Fui presa mais de 200 vezes na ditadura’. Em: <https://projeto colabora.com.br/ods5/travesti-martinha-presa-mais-de-200-vezes-durante-a-ditadura-relembra-abusos/>

180 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

181 Sobre a noção de corpo abjeto, Judith Butler explica: “O ‘abjeto’ designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito.” Ver mais em: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.21

182 BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. p.21. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

todas as sociedades e culturas humanas? Será que os corpos não-binários sempre foram vistos como anormalidades, exceções, monstrosidades?

Há diversos indícios históricos de que não foi este o caso. Milênios antes de a biologia se constituir como um campo de saber científico, inúmeras culturas já estabeleciam regras sociais para administrar a variedade humana de sexo e gênero além do binário.

O código rabínico conhecido como Tosefta, uma espécie de compilação das leis orais judaicas, às vezes considerava pessoas de gênero ambíguo como mulheres – o que as impedia de herdar propriedades – e às vezes como homens – o que vedava que se barbeassem ou ficassem sozinhos na companhia de mulheres¹⁸³.

Em “O Banquete”, diálogo platônico que remonta a 380 a.C., narrava-se o mito grego dos andróginos, segundo o qual originalmente a humanidade contava com três tipos de seres: os machos, filhos do Sol; as fêmeas, filhas da Terra; e os andróginos, de um terceiro gênero, filhos da Lua.

Havia também o hermafrodita, uma figura mítica, mágica e monstruosa que tinha suas raízes na Antiguidade. Sua representação primordial consistia na união de aspectos masculinos e femininos em um mesmo ser, apresentando assim uma ambiguidade de gênero. O termo “hermafrodita” provavelmente deriva do mito grego sobre o filho dos deuses Hermes e Afrodite, que teria se tornado andrógino após a sua união indesejada com a ninfa Salmacis.

Para Platão, os andróginos representavam uma antiga unidade espiritual entre os gêneros, que era uma união divina, mas que eventualmente foi perdida. Já no mito de Hermafrodito, a ideia de ambiguidade de gênero representava um mau presságio, um destino inevitável, um castigo¹⁸⁴. Vale notar que as referências mágicas e espirituais aos hermafroditas reapareceram diversas vezes ao longo da Idade Média¹⁸⁵ e do Renascimento, na Europa.

Conforme indicou o historiador Thomas Laqueur, a ideia de que o corpo humano conta com dois gêneros distintos é uma ocorrência recente na literatura médica europeia¹⁸⁶. Na Antiguidade grega, predominava o modelo único de sexo/gênero (isomorfismo sexual), isto é,

183 FAUSTO-STERLING, Anne. The five sexes: Why male and female are not enough? *The Sciences*. Março-Abril, 1993, p.23

184 LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. p.24

185 Um exemplo disso é a representação de figuras monstruosas na cartografia medieval. O mapa-múndi de Hereford, pintado por volta de 1294 na Inglaterra, retrata diversas raças monstruosas, entre elas os hermafroditas.

186 LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução Vera Whitely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

a ideia de que o corpo feminino é uma versão inferior ou subdesenvolvida do corpo masculino, num eixo vertical de infinitas gradações.

Basicamente, este modelo sexual, inspirado na filosofia neoplatônica de Galeno, via a mulher como um homem invertido. Se, nos homens, os órgãos sexuais eram externos, na mulher, acreditava-se que estes ficavam voltados para dentro. Em outras palavras, a mulher era concebida como um homem imperfeito, a quem faltava a força do calor vital.

As diferenças anatômicas entre homens e mulheres, neste contexto, não eram interpretadas como uma diferença binária de gênero, mas como uma diferença de graus corporais de perfeição. A mulher era entendida como um homem invertido, imperfeito e inferior. O homem, sim, era considerado fisicamente perfeito. A diferença de gênero não era, então, uma oposição binária – ou homem ou mulher – mas uma escala gradativa, em que “homem” representava a perfeição e “mulher” a imperfeição.

Embora não de maneira linear e homogênea, o modelo de único de sexo/gênero prevaleceu na Idade Média e no Renascimento, mas começou a perder força a partir do século XVIII, com a consolidação de um outro tipo de interpretação sobre os gêneros no discurso científico europeu: a noção binária de sexo/gênero (dimorfismo sexual). Esta, por sua vez, compreende que os corpos femininos e masculinos são biologicamente diferentes, opostos em um eixo cujo centro está vazio de possibilidades

Se antes as mulheres eram imperfeitas do ponto de vista ontológico, agora eram julgadas diversas do ponto de vista biológico. A diferença sexual era a prova conclusiva disso. Assim, o sexo/gênero único foi dividido em dois, cada qual com propriedades naturais específicas. Para Laqueur, é do século XVIII em diante que o modelo dos dois gêneros – o binarismo de sexo/gênero – passa a ser hegemônico¹⁸⁷.

É nesse contexto que se forma o biopoder, um espectro de iniciativas de cunho epistêmico, técnico e discursivo que torna a vida em um elemento fundamental de produção.

187 LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whitely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Conforme Michel Foucault, a finalidade principal dos aparatos biopolíticos era intervir nos processos relacionados com a vitalidade humana, entre eles o nascimento, desenvolvimento, adoecimento e morte.¹⁸⁸. Se antes essas questões remetiam ao campo do privado, foi a partir do século XVIII, e particularmente no século XX que gêneros, genes, membros corporais, afetividade, psiquismo e até mesmo a imaginação foram invadidos, violados e colonizados pela disputa biopolítica¹⁸⁹.

Sobre o papel da medicina e da biologia nesse processo, podemos considerar que:

O desenvolvimento, no século XVIII, da demografia, das estruturas urbanas, do problema da mão-de-obra industrial havia feito aparecer a questão biológica e médica das "populações" humanas, com suas condições de vida, de moradia, de alimentação, com sua natalidade e mortalidade, com seus fenômenos patológicos (epidemias, endemias, mortalidade infantil). O "corpo" social deixa de ser simples metáfora jurídico-política (como a que encontramos no 'Leviatã') para surgir como uma realidade biológica e um campo de intervenção médica. O médico deve ser então o técnico do corpo social, e a medicina, uma higiene pública. A psiquiatria, na virada entre os séculos XVIII e XIX, conseguiu sua autonomia e se revestiu de tanto prestígio pelo fato de ter podido se inscrever no âmbito de uma medicina concebida como reação aos perigos inerentes ao corpo social (FOUCAULT, 2006, p.9)

Assim, a explosão discursiva sobre a sexualidade – e o conceito da suposta diferença biológica entre dois sexos/gêneros¹⁹⁰ – pode ser situada em um movimento mais amplo de entender, categorizar e estabelecer as distinções entre os gêneros que ocorreu no meio científico europeu a partir do século XVIII, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades ocidentais europeias. Dessa forma, órgãos específicos como ovários, testículos e vagina passaram a ser nomeados, e estruturas anatômicas comuns entre homens e mulheres, como o sistema nervoso e os esqueletos, ganharam aspectos diferenciados entre si.

188 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999. PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... Saúde Soc 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

189 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... Saúde Soc 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

190 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. _____. O verdadeiro Sexo. In: Ditos e escritos. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 82-91. _____. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

Podemos afirmar que a diferença entre dois gêneros (e apenas dois) foi efetivamente produzida pelas ciências nascentes nos séculos XVIII, XIX e XX, como a psiquiatria e a sexologia¹⁹¹. E foi a partir da virada para o século XX que houve expansão no número de estudos sobre o que hoje entendemos como transgeneridade, embora naquele tempo não houvesse distinção conceitual nítida entre homossexualidade, travestilidade, transexualidade e intersexualidade.

Esse corpus considerável de pesquisas sobre transgeneridade foi produzido principalmente na Europa – em países como Alemanha, Inglaterra, França, Espanha – e nos Estados Unidos¹⁹². No Brasil, também encontramos publicações que remetam às pessoas trans ao longo do século XX, principalmente no campo da criminologia e da medicina-legal¹⁹³.

Contudo, o termo “transexual” em si é relativamente recente. A ideia de “*transexualismo*” foi proposta pela primeira vez em 1910, pelo sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, com o intuito de se referir às pessoas que apresentavam um desejo erótico de vestir roupas “não pertencentes” ao seu gênero de nascimento¹⁹⁴. Depois o termo “transexual” seria utilizado pelo médico estadunidense David O. Cauldwell em seu artigo “*Psicopatía Transexualis*”, publicado em 1949¹⁹⁵. Neste artigo, Cauldwell expôs um estudo de caso sobre um transexual masculino e desenvolveu a tese de que a transexualidade estaria vinculada a um tipo de psicopatía.

191 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

192 BEEMYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: Journal of Women's History, Volume 25, Number 4, Winter 2013, pp. 113-121. CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). Revista Brasileira de História, vol.21 no.41 São Paulo: 2001. STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

193 TEIXEIRA, Napoleão L. Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal. Curitiba, 1954. GARCIA, J. Alves. Psicopatologia Forense. 2ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.

194 HIRSCHFELD, Magnus. Der Erotische Verkleidungstrieb (Die Transvestiten). Berlin: Verlag Von Alfred Pulvermacher & Co. 1912.

195 CAULDWELL, David. Psychopathia Transexualis. International Journal of Transgenderism. Minnesota, vol. 5, n. 2. 2001.

Figura 7: O sexólogo Magnus Hirschfeld ao lado de duas travestis, na década de 1930, na frente do Instituto de Ciência Sexual, em Berlim.



Nesse processo embrionário de nomeação da transexualidade, estabeleceu-se uma fronteira e uma inculcação repetida de uma norma sobre o que seria um “transexual de verdade”¹⁹⁶. Aqui, ao mesmo tempo em que se criava uma categoria científica, propunha-se também um diagnóstico e um modelo de tratamento apropriado. A transexualidade já nasceu vinculada ao conceito de doença ou distúrbio.

É neste momento histórico – com a publicação do artigo de Cauldwell, em 1949, e a posterior repercussão do termo “transexual” na década de 1950 – que situo a máxima

196 BENJAMIN, Harry. El fenómeno transexual. Versão espanhola de Dr. J. Fernández de Aguilar Torres. Sevilla, 2001

expressão do paradigma patologizante da transgeneridade, isto é, um aparato técnico-discursivo biopolítico que foi utilizado no intuito de moldar, disciplinar e produzir corpos e populações cisgêneras. Por essa razão, o caso de Mário da Silva pode ser localizado no cerne de um movimento histórico de medicalização e patologização de corporalidades que tensionavam o *c*istema binário de gênero.

O discurso científico, aqui, não deve ser lido como neutro. Se, por um lado, a evolução da ciência médica proporcionou uma melhora na qualidade de vida aos que puderam acessar suas tecnologias, por outro, ela também foi muito utilizada para propósitos opressivos, como ao tentar legitimar cientificamente o preconceito étnico-racial ou a suposta inferioridade biológica das mulheres em relação aos homens. Profissionais e instituições médicas têm o poder social de estabelecer quem é normal, saudável e lúcido, e muitas vezes este poder contribuiu com o fortalecimento de determinadas hierarquias sociais fundamentadas em discriminação e conservadorismo moral¹⁹⁷.

Conforme tenho demonstrado ao longo do capítulo, quando estudamos a formação dos discursos, não devemos atentar apenas para o que foi dito, mas também conceber os silêncios como partes estruturantes dos discursos¹⁹⁸. Não se trata somente de analisar o que se disse, mas também identificar quais eram os fenômenos tão naturalizados a ponto de não serem nomeados, quais processos engendraram essa naturalização e quais sujeitos e instituições detinham o poder social de legitimar esses discursos. É preciso entender como era distribuído o que se podia dizer e não dizer. E quem eram as pessoas que podiam dizer¹⁹⁹.

Até este momento, a história de Mário da Silva nos trouxe diversos elementos que carecem de investigação mais profunda. Vimos que o rompimento com a lógica cis-heteronormativa, na cidade de Itajaí (SC), em 1959, fez levantar suspeitas sobre a própria identidade de gênero de Mário da Silva. A um só tempo, a não conformidade de sexo/gênero

197 É o caso de experimentos baseados na teoria eugenista. A eugenia, proposta por Francis Galton em 1883, considerava que o conceito de seleção natural também se aplicava aos humanos. Dessa forma, o projeto eugenista pretendia provar cientificamente que a capacidade intelectual era hereditária, na tentativa de “justificar” a inferioridade de negros e imigrantes asiáticos, entre outros grupos.

198 FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

199 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985]. Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa

de Mário da Silva foi interpretada como uma questão médica e jurídica. Mário da Silva foi entendido como um sujeito que precisava ser “corrigido” através de técnicas bio(políticas)médicas para conseguir encontrar conforto e satisfação pessoal. Além disso, os procedimentos cirúrgicos também legitimaram a sua passabilidade social como sujeito do gênero masculino.

Mas, como vimos, a concepção binária de sexo/gênero é menos um fato natural e mais uma construção discursiva que toma as corporalidades cisgêneras como ponto de partida e lugar ideal de chegada. De onde vem a ideia de que é preciso corrigir e alinhar tecnologicamente o sexo/gênero dos corpos humanos que “naturalmente” não se conformam ao padrão cis binário? Por que é que, neste caso, o alinhamento de sexo/gênero de Mário da Silva foi legitimado pelos saberes e técnicas biomédicas, e não por uma pessoa de qualquer outro ofício, como um curandeiro, guia espiritual ou professor? Por que é que, apesar dos inúmeros registros de variação nos padrões binários de sexo/gênero ao longo da história humana, pessoas como Mário da Silva foram enquadradas como inconformes, exceções, anormalidades biológicas?

Ingressamos finalmente no campo da produção de saberes-poderes. Até aqui, já vimos que o biopoder atravessa ao menos três campos distintos: 1 – a produção de saber sobre os processos vitais humanos; 2 – as relações de poder que tomam os seres humanos como objeto; 3 – os modos de subjetivação de si²⁰⁰. No próximo capítulo, modificarei minha escala de investigação e passarei do sujeito Mário da Silva à análise da produção de saber sobre pessoas trans, gênero-diversas e intersexo dentro do âmbito médico-científico. Com isso, espero demonstrar como a patologização das corporalidades trans e gênero-diversas assumiu uma função de correção social: em meados do século XX, no mundo ocidental capitalista, tornou-se imprescindível produzir populações perfeitamente alinhadas com a cisnormatividade. Veremos de que forma isto ocorreu.

200 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. _____. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos). RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Biopower Today. *BioSocieties* (2006), 1, p. 195–217.

3. IMAGINANDO MONSTROS: A PRODUÇÃO DAS CATEGORIAS TRANS NO DISCURSO CIENTÍFICO

Neste capítulo modifico minha escala de investigação e passo da pessoa trans à análise da produção de saberes sobre pessoas trans dentro do âmbito médico-científico. Para isto, analiso o corpus de textos científicos em si, colocando sob olhar crítico os sujeitos que produziram os conceitos de inversão sexual, *travestismo*, *transexualismo*, e a particularidade das relações de poder nas quais estes saberes estão inseridos. Tensiono a dicotomia natural/artificial que fundamenta o paradigma patologizante e demonstro como a própria categoria de “sexo biológico” é produto de discursos e práticas de poder que podem ser situados histórica e culturalmente.

3.1 TENSIONANDO FICÇÕES DE NATUREZA, SEXO E GÊNERO

Era uma vez um bandido chamado Procusto, que vivia na serra de Elêusis, a noroeste de Atenas, na Grécia. Em sua morada, ele possuía uma cama de ferro que fora moldada no tamanho exato de seu corpo. Sempre que avistava viajantes, Procusto os convidava para que se deitassem em sua cama. Havia, contudo, um detalhe que ele não revelava: se seus convidados fossem altos demais, Procusto amputava-lhes os membros excedentes para ajustá-los ao tamanho da cama; se fossem baixos demais, Procusto esticava os seus corpos até que atingissem ao comprimento ideal. Além disso, uma vítima jamais poderia se ajustar perfeitamente ao tamanho da cama, pois Procusto mantinha em segredo duas delas com medidas diferentes.

Proponho que pensemos na concepção cisnormativa e binária de sexo/gênero como a cama de Procusto, uma cama na qual nunca poderemos nos deitar sem que nossos corpos passem por ajustes, disciplinamentos, mutilações. Não existe um corpo natural que não tenha sido moldado pelas tecnologias de gênero²⁰¹. Aliás, aquelas pessoas que argumentam que ser homem ou mulher trata-se de um fato natural esquecem-se – ou talvez prefiram esquecer –

201 LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

que o próprio conceito de “natureza” e “natural” é construído socialmente e tem uma historicidade própria²⁰².

Nesta pesquisa, não descarto qualquer aspecto biológico do gênero, incluindo aqui combinações cromossômicas, hormonais e fisiológicas de modo geral. Gostaria apenas de ressaltar, mais uma vez, que aquilo que entendemos como fato natural, o “sexo binário” (macho/fêmea) é produto de discursos, práticas reguladoras e relações de saber/poder localizadas histórica, social e culturalmente²⁰³.

No capítulo anterior, vimos que há inúmeras variações nas características que identificam biologicamente cada gênero na espécie humana, o que faz com que a diferença sexual entre os corpos seja muito menos binária do que se acredita. Em outros termos, podemos dizer que as categorias “homem” e “mulher” não dão conta de explicar a gradação de variações que ocorrem naturalmente em genitais, cromossomos, gônadas ou hormônios, naquilo que chamamos de condições intersexo²⁰⁴. Para a bióloga e especialista em desenvolvimento de gênero, Anne Fausto-Sterling, o gênero na espécie humana é um espectro; e dependendo de como determinamos a diferença sexual, podemos argumentar que há, pelo menos, cinco gêneros dentro desse espectro²⁰⁵.

Olhemos para a história de Adélaïde Herculine Barbin (1838-1868), pessoa intersexo cujo diário Michel Foucault publicou em 1980²⁰⁶. Criada como mulher por uma família pobre no sudoeste da França, Barbin estudou em um convento feminino durante toda a adolescência. Eventualmente, após um exame médico por conta das inúmeras dores que sentia, descobriu-se que Barbin possuía vagina, um pequeno pênis e testículos internos.

202 Sobre a invenção do conhecimento sobre a natureza, postula Nietzsche: “(...) a natureza não conhece formas nem conceitos, portanto também não conhece espécies, mas somente um X, para nós inacessível e indefinível. Pois mesmo nossa oposição entre indivíduo e espécie é antropomórfica e não provém da essência das coisas, mesmo se não ousamos dizer que não lhe corresponde: isto seria, com efeito, uma afirmação dogmática e como tal tão indemonstrável quanto seu contrário.” Ver mais em NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: Antologia de textos filosóficos. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1873. p.530-541

203 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. HARAWAY, Donna. Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Nature. Nova York: Routledge, 1989. LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whitely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.

204 AINSWORTH, Claire. Sex Redefined: The idea of two sexes is simplistic. Biologists now think there is a wider spectrum than that. Nature, 518, 288–291, (19 February 2015).

205 FAUSTO-STERLING, Anne. Sex/gender. Biology in a social world. New York: Routledge, 2012. _____ . The five sexes: Why male and female are not enough? The Sciences. Março-Abril, 1993, p.21.

206 FOUCAULT, M. Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

Por decisão legal, Barbin foi então declarada como homem, tendo seu nome retificado para Abel Barbin. Depois disso, mudou-se para Paris, onde viveu na pobreza e escreveu suas memórias de vida. Em fevereiro de 1868, suicidou-se. Ao lado de seu corpo, foi encontrado o seu diário, onde Barbin explicitamente se descrevia como uma pessoa que foi punida, sujeita a uma inquisição ridícula. Para Foucault, Barbin era um exemplo de pessoa que habitava um limbo feliz da não-identidade²⁰⁷. Os diários de Barbin nos revelam outra coisa: ela decididamente se via como uma mulher “excepcional”²⁰⁸.

Com esta história, pretendi mostrar que a divisão simplista entre “homens” e “mulheres” – uma concepção cisnormativa, binária, etnocida e ocidentalizada de sexo/gênero – desafia a própria ideia de natureza humana, visto que há muitas configurações sexuais que ocorrem além do binário em nossa espécie. Curiosamente, a biologia é mobilizada muitas vezes no intuito de confirmar ou legitimar o paradigma cis, branco-centrado e binário de sexo/gênero, embora os próprios estudos do campo da biologia contemporânea demonstrem que a divisão de gênero na espécie humana vai muito além de macho e fêmea²⁰⁹.

É como se, apesar de todas as evidências contrárias, seguissemos dizendo: “biologicamente, há apenas dois sexos. Nenhuma ideologia de gênero pode mudar isto”. Trata-se de uma concepção equivocada, mas que não deve ser ignorada. Como vimos no primeiro capítulo, a divisão binária do gênero foi efetivamente produzida pelas ciências nascentes nos séculos XIX e XX, como a psiquiatria, endocrinologia e a sexologia²¹⁰. E foi neste contexto que os corpos de pessoas trans, gênero-diversas e intersexo foram tornados abjetos por meio de uma série de mecanismos de produção de diferenças, que privilegiam determinadas corporalidades – construídas discursivamente como naturais, biológicas, legítimas – em contraposição a outras – construídas discursivamente como anti-naturais, artificiais, falsas.

207 FOUCAULT, M. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

208 HOLMES, Morgan. "Locating Third Sexes". In: *Transformations Journal. Regions of Sexuality* (8). 2004. p.8

209 Ver infográfico em anexo.

210 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82.

As pessoas cis também fabricam seus corpos e gêneros²¹¹, pois todos os corpos e gêneros são fabricados por meio de tecnologias culturais precisas²¹². Basta observarmos que procedimentos estéticos como implantes de silicone, redução de seios, remoção de pelos, reposição hormonal e implantes capilares tornaram-se bastante comuns em homens e mulheres cisgêneros, principalmente a partir da virada do século XXI, mas nem por isso essas pessoas deixam de ser vistas como homens e mulheres “de verdade”. Quando pessoas trans, travestis e não-binárias são entendidas como “falsas”, “não-biológicas” e “enganadoras”, isso não se trata de uma verdade natural, mas de uma construção político-ideológica que desnaturaliza alguns gêneros em relação a outros, tidos como modelos de existência e corporalidades ideais.

Como nos apontou o sociólogo Jeffrey Weeks, o gênero é mais do que simplesmente um corpo, pois está vinculado também às nossas crenças, ideologias e imaginações²¹³. Não há nenhum sentido intrínseco em um órgão genital ou combinação cromossômica. Assim, a melhor maneira de compreender as identidades de gênero é como construções sociais e históricas.

Dizendo de outra forma, o processo de desnaturalização de corpos trans é resultado de uma série de mecanismos de fabricação de corpos cisgêneros. E tais mecanismos não são atemporais, universais ou a-históricos; do contrário, são um conjunto heterogêneo e historicamente localizado de discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, jurídicas e morais²¹⁴.

Talvez você se pergunte: mas como esses mecanismos de fabricação de corpos chegaram a se formar? De que maneira eles se transformaram no centro da atividade política e econômica em países ocidentais do norte global? E como esse processo ocorreu Brasil?

211 BABAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues, transfeminismo. In: GÊNERO | Niterói | v.14 | n.1 | 2.sem.2013

212 BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. p.21. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

213 WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 25

214 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 244

Muitas pessoas tentaram responder a essas perguntas. Tomemos aqui a perspectiva de Michel Foucault²¹⁵. No primeiro volume da História da Sexualidade²¹⁶, Foucault alegou que houve uma proliferação dos discursos sobre sexualidade a partir do século XVIII, sobretudo na Europa. Para ele, vivemos há mais de um século em uma sociedade que “fala prolixamente sobre seu próprio silêncio”²¹⁷.

De acordo com a perspectiva foucaultiana, a sexualidade se configurou historicamente como uma regulação coletiva do desejo, justificada pela religião e baseada nos emergentes saberes científicos ao final do século XIX. As formas socialmente aceitáveis de sexo/gênero foram classificadas como naturais, pois seriam supostamente originadas na lei divina ou nas formações imemoriais da cultura. As interpretações religiosas e científicas mais comuns sobre sexo/gênero justificavam a regulação do desejo, tendo como finalidade a reprodução humana. Nesta perspectiva, a sexualidade foi vista como parte fundamental da formação dos Estados Nacionais modernos dentro da biopolítica, o governo dos corpos que forjou a sociedade contemporânea²¹⁸.

Em suma, Foucault propôs que, no lugar de interpretar o “sexo” como um fator natural e pré-discursivo da vida humana, nós o analisássemos como uma categoria construída histórica, social e culturalmente. O “sexo” em si é uma categoria fictícia que tem sido interpretada como a fonte e a causa de todo o desejo e identidade de gênero. Mas corpo não é naturalmente sexuado; ele tem seu gênero fabricado por meio de processos culturais que utilizam a produção do sexo/gênero para ampliar e sustentar relações de poder específicas²¹⁹.

Um exemplo disso é o momento da atribuição do gênero de um feto através da tecnologia do ultrassom. No instante em que a autoridade médica determina “é

215 Não devemos esquecer que, apesar de nos fornecer uma análise profunda sobre os processos que levaram à formação das identidades sexuais e de gênero no esteio das ciências europeias do século XIX e XX, a análise de Foucault traz as marcas de seu tempo, de suas fontes históricas e de sua própria experiência como homossexual sob relativa marginalidade no meio acadêmico. Ele deixa de problematizar, por exemplo, a desigualdade de gênero que se imprime nas relações de poder e o caráter heteronormativo das políticas que mapeou tão criticamente. E se, por um lado, o foco macroestrutural de Foucault consegue explicar a sexualidade como dispositivo histórico do poder vinculado à biopolítica, por outro, ele acaba esvaziando os sujeitos sexuais, que parecem meros produtos de relações de poder sobre as quais têm pouca interferência.

216 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

217 Ibidem. p.14

218 MISKOLCI, Richard. Estranhando Foucault: uma releitura queer de História da Sexualidade I. In: SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer: Seguido de Ágape e Êxtase: Orientações Pós-Seculares. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

219 SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria *queer*: Seguido de Ágape e Êxtase: Orientações Pós-Seculares. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

menino/menina”, essa afirmação não é uma descrição, mas uma prescrição. O nome próprio e o gênero atribuído ao nascer vão reiterar e legitimar a identidade de gênero desta pessoa ao longo de sua vida. A determinação médica é também protética, porque produz desde ali um “corpo de menino” ou “corpo de menina”²²⁰. Diferentemente de outros países²²¹, não existe, no Brasil, a possibilidade jurídica de registrar um recém-nascido com mais de um gênero, um terceiro gênero, ou nenhum deles.

A vasta pesquisa histórico-filosófica de Foucault ajuda a sustentar a afirmação de que, aquilo que hoje conhecemos como transgêneridade tem sido uma preocupação na cultura ocidental eurocêntrica desde a Grécia e Roma Antiga. Basta observar que a regulação do hermafroditismo, da homossexualidade, da inversão de gênero e de outras “anomalias sociais” teve função proeminente no desenvolvimento nos regimes biopolíticos de normalização, aspectos fundamentais dos Estados-Nação contemporâneos²²².

Se hoje nos pensamos como cisgêneros, transgêneros, heterossexuais, pansexuais ou intersexo, entre tantas identidades possíveis, é porque estamos inseridos em uma rede cultural de discursos e práticas que determina as opções possíveis e “mais corretas” de ser e não-ser. A nossa identidade, como sujeitos, não é inata ou essencial. Do contrário, o “eu” é uma ficção construída socialmente como um produto da linguagem e de discursos específicos de saber/poder. Seguindo esta lógica,

“O que me permite pensar a meu respeito como detentora de uma identidade de qualquer tipo são os vários discursos e seus saberes que produzem e policiam tanto a sexualidade como o gênero. As palavras que uso e os pensamentos que tenho estão ligados às construções de realidade da minha sociedade; assim como enxergo as cores definidas pelo espectro, percebo a minha identidade sexual dentro de um conjunto de “opções” determinadas por uma rede cultural de discursos.” (SPARGO, 2017, p.40)²²³²²⁴

220 PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. p.130

221 A Índia conta oficialmente com um terceiro gênero desde 2014. O país foi o quarto no Sul da Ásia a adotar tal medida, depois de Paquistão, Nepal e Bangladesh. No Canadá, a opção de gênero “x” é permitida em passaportes e certidões de nascimento desde 2017. A Alemanha passou a permitir a opção do “terceiro gênero” na certidão de nascimento e no documento de identidade desde 2019.

222 FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro). STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. _____. (De)subjugated knowledges: an introduction to transgender studies, in The Transgender Studies Reader, edited by S. Stryker and S. Whittle. Routledge, 2006. p.13,14.

223 SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria *queer*: Seguindo de Ágape e Êxtase: Orientações Pós-Seculares. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.40

224 O uso do termo “identidade sexual”, aplicado pela autora, pode ser questionado, já que se trata de uma expressão datada e que frequentemente reforça a falsa dicotomia do sexo como fato biológico e gênero como construção social.

De maneira abrangente, podemos entender as modernas identidades LGBTIA+ como uma reelaboração do conceito de “homossexual”, estabelecido no campo das teorias biomédicas europeias do século XIX²²⁵. Este grupo de teorias, que abriu caminho à moderna disciplina da sexologia, ligou a diversidade humana de sexo/gênero a determinados fatores biológicos e constituições corporais supostamente inatos e inalteráveis. Sua principal preocupação política e moral consistia em identificar qualquer espécie de anomalia, perversão ou ameaça na esfera da sexualidade – ou, ao menos, naquilo que se entendia como uma sexualidade “normal” e “saudável”.

O conceito de sexualidade normal, moral e saudável, nesse contexto, foi circunscrito a um modelo de heterossexualidade cisnormativa, praticada entre adultos unidos por um vínculo conjugal, monogâmico e destinado à procriação²²⁶. Acreditava-se que as formas de sexo/gênero que fugissem a este modelo específico poderiam causar dano à família – burguesa, branco-centrada, ocidental –, à população e, conseqüentemente, à nação²²⁷.

Assim, a sexologia do século XIX dedicou especial atenção ao mapeamento das expressões de sexo/gênero não-hegemônicas, mas especificamente às relações entre sujeitos do mesmo gênero, contribuindo para a definição do homossexual como um novo tipo de pessoa. Segundo Foucault:

É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada (...) menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie²²⁸.

Mas ao definirmos novas espécies de pessoas, damos início a um processo de classificação: é preciso atribuir nomes de batismo, criar categorias, definir novos limites epistêmicos.

É o que se verifica no trabalho do jurista alemão Karl-Henrich Ulrichs (1825-1895), que propôs a noção de “uranista” para nomear as pessoas que sentiam atração por indivíduos

225 FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Pcrscu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro).

226 Ibidem.

227 FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

228 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p.43, p.44

do mesmo gênero. Para Ulrichs, os uranistas pertenciam a um terceiro gênero, pois tinham em si uma alma hermafrodita. Remonta a Ulrichs a concepção clássica de que um homossexual tem “uma alma de mulher presa no corpo de um homem”.

Figura 8: Ilustração de Karl-Henrich Ulrichs



Como já argumentei, as noções de orientação sexual e identidade de gênero só foram se estabelecer como categorias relativamente independentes e distintas na literatura biomédica a partir de meados do século XX²²⁹. Assim, podemos ver na definição de uranista proposta por Ulrichs uma noção muito semelhante ao que hoje comumente se associa com a transgeneridade – isto é, um senso interno de identidade de gênero que contradiz total ou parcialmente a leitura social que se efetua sobre o corpo do sujeito.

De fato, os textos de Ulrichs influenciaram diversos escritos médicos posteriores, como as pesquisas do psiquiatra alemão Karl Westphal (1833-1890), do psiquiatra austríaco Richard von Krafft-Ebing (1840-1902) e do médico brasileiro José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913). Estes e outros pesquisadores desenvolveram uma noção de homossexualidade

229 STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82.

como “inversão sexual”, uma condição que seria decorrente de causas biológicas, como degeneração hereditária, patologia congênita ou desequilíbrio hormonal²³⁰.

Essas teorias de inversão sexual floresceram em conjunto com a noção darwinista de seleção sexual, em que a disputa por parceiros sexuais tem papel fundamental na garantia da reprodução e sobrevivência das espécies. Neste contexto, pode-se compreender por que o sexo/gênero das pessoas tornou-se foco da disputa biopolítica a partir do século XIX:

É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias . Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie²³¹.

A disputa biopolítica, aqui, faz desenvolver um conjunto de tecnologias de gênero²³² que combinam, a um só tempo, o disciplinamento dos corpos e a regulação das populações. É equivocado afirmar que o biopoder substituiu completamente os dispositivos do poder soberano; do contrário, a partir do século XIX, ele integra uma multiplicidade de forças que reagem entre si, articulam-se e distribuem-se sob a aliança entre governo, população e economia política²³³.

Desde o século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, o fenômeno que hoje entendemos como transgeneridade têm sido estudado pelas lentes da sexologia, psiquiatria, endocrinologia e outros campos biomédicos envolvidos com práticas de regulação social. No início do século XX, cientistas europeus desenvolveram experimentos para tratamento hormonal e redesignação sexual em animais não-humanos e humanos. Na Áustria, na década de 1910, o médico Eugen Steinach ganhou destaque ao realizar procedimentos em ratos e

230 FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro). p.38

231 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p.136 - 137

232 LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

233 LAZZARATO, Maurizio. Del biopoder a la biopolítica. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.

porquinhos-da-índia. Na Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930, pesquisadores vinculados ao Instituto de Ciência Sexual efetuaram e contribuíram para a publicidade de cirurgias de redesignação sexual em pessoas entendidas como travestis²³⁴.

A literatura científica que remete especificamente à transexualidade e travestilidade abarca milhares de publicações, remontando ao trabalho de pesquisadores como Karl von Westphal (1833-1890), Magnus Hirschfeld (1868-1935), Havelock Ellis (1859-1939), Richard von Krafft-Ebbing (1840-1902), Harry Benjamin (1885-1986), Robert Stoller (1924-1991), Richard Green (1936-2019) e John Money (1921-2006). Trata-se evidentemente de um corpo imenso de publicações, um arquivo de vida pulsante que nos clama para ser olhado. É um arquivo que vai muito além de escritos em papel. Ele foi, também, inscrito nos corpos e os próprios corpos têm muito a dizer.

Na sequência, trarei para o primeiro plano uma seção destes estudos científicos que tomaram sujeitos trans como objetos de pesquisa e lançaram as bases das identidades de gênero modernas. Para isso, virarei o espelho de volta a quem nos diagnosticou: para além de focar na produção das categorias científicas de transexualidade, transgeneridade e travestilidade, pretendo analisar como a cisgeneridade se fabricou como uma identidade de gênero “natural”, em contraposição com as corporalidades entendidas como “anormais”. Acompanhe-me.

3.2 PROMETEU MODERNO: OS CIENTISTAS QUE CRIARAM VIDAS DELIRANTES

O primeiro uso da palavra “transexual” na literatura científica remete ao artigo “Psychopathia Transexualis” (1949), do sexólogo estadunidense David O. Cauldwell²³⁵²³⁶. Nascido em Cleveland, em 1897, Cauldwell estudou medicina na Chester College of Medicine and Surgery e na Universidad Nacional Autónoma de México, atuou como cirurgião

234 MEYEROWITZ, Joanne J. How sex changed: a history of transsexuality. First Harvard University Press paperback edition, 2004.p.15-16.

235 Nota-se que o médico alemão Magnus Hirschfeld já havia utilizado previamente o termo *seelicher Transsexualismus*, ou “transexualismo psíquico”, mas nunca a palavra “transexual” – esta, sim, é creditada a David Cauldwell.

236 CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. Sexology, N. Y., Dec. 1949.

contratado para o Exército estadunidense e foi também neuro-psiquiatra do Departamento da Guerra²³⁷.

Em 1945, Cauldwell deixou de lado a profissão de médico geral para atuar em outra linha: tornou-se escritor de colunas em tabloides, preferindo assuntos como saúde, sexualidade e família. Em suas colunas, ele cobria uma diversidade de assuntos, mas frequentemente voltava aos temas da travestilidade e diversidades de gênero. De 1946 a 1949, foi editor da sessão de perguntas e respostas da revista *Sexology*, onde publicou “*Psychopathia Transsexualis*”.

Figura 9: Retrato de David Cauldwell (1897 - 1959)



Este artigo escrito por Cauldwell é de nosso interesse por muitas razões. Em primeiro lugar, ele inaugurou o termo “transexual”, que baliza até os dias de hoje as políticas de saúde pública para a comunidade trans e gênero-diversa no Brasil, embora a palavra tenha sido reelaborada em termos de identidades sociais²³⁸.

237 MEYEROWITZ, Joanne J. *How sex changed: a history of transsexuality*. First Harvard University Press paperback edition, 2004.

238 JESUS, Jaqueline Gomes de *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.

Além disso, este artigo traz consigo influências de outros autores clássicos da sexologia: o próprio título é uma referência direta ao livro “Psychopathia Sexualis”, de Richard Krafft-Ebbing, um tratado sobre perversos, pervertidos e degenerados publicado em 1886²³⁹.

Por fim, o artigo nos conta a história de Earl, uma pessoa transmasculina que recorreu ao médico para efetivar sua cirurgia de redesignação sexual. Os casos de transição de feminino para masculino se tornaram incomuns na literatura científica após a transição altamente publicizada de Christine Jorgensen²⁴⁰, em 1952.

Na abertura do artigo de Cauldwell, encontramos o seguinte trecho:

Um dos desvios sexuais mais comuns é a Psychopathia Transexual – um patológico e mórbido desejo de ser um membro completo do sexo oposto. Este desejo é tão poderoso que o indivíduo insiste em uma – geralmente impossível – cirurgia elaborada que poderia transformá-lo em uma mulher completa, ou transformá-la em um macho biologicamente perfeito. Nosso renomado autor nos apresenta a revisão do caso mais interessante sob suas observações. A condição, incidentalmente, não é absolutamente rara. Existem milhares de casos. – Editor [da Sexology]²⁴¹

Esta introdução nos suscita diversas reflexões. Primeiramente, já denota o enquadramento da transexualidade como uma doença – mais do que isso, como uma subcategoria de psicopatía. Ele também entende a transexualidade como um desejo mórbido de ser um homem ou uma mulher completa. Mas o que define a completude de uma identidade de gênero? O que é ser um homem ou mulher completa, biológica, original? Lembremo-nos dessas questões, pois elas guiarão nosso percurso daqui em diante.

239 “Psychopathia Sexualis” consiste em uma classificação das patologias no campo das funções sexuais, abrangendo coprofilia, lesbianidade, necrofilia, bestialidade, delírio erótico, entre outros “desvios”. Nota-se aqui muita semelhança com os antigos tratados taxonômicos sobre “monstros”. Krafft-Ebbing elabora diversos conceitos de psicopatía que envolvem uma mescla de masculino e feminino. Eles são o fetichismo e a antipatia sexual. É dentro da categoria de antipatia sexual que ele desenvolve a categoria de hermafroditismo psíquico, um conceito antecessor à transexualidade. Ver mais em: LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

240 Cristine Jorgensen foi fotógrafa e editora de filmes no Bronx. A sua transição de gênero, em 1952, ganhou manchetes em diversos países ao redor do mundo. Ver mais em: FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Percu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro). STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

241 Traduzido do original: “One of the most unusual sexual deviations is Psychopathia Transexualis—a pathologic-morbid desire to be a full member of the opposite sex. Th is desire is so powerful that the individual insists on—oft en impossible—elaborate surgery that would turn him into a complete woman, or her into a biologically perfect male. Our distinguished author gives us a most interesting case review under his personal observation. Th e condition, incidentally, is not at all rare. Thousands of cases exist. –Editor [of Sexology]”. Retirado de: CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. Sexology, N. Y., Dec. 1949. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.40-45.

O comentário de David Cauldwell sobre esta suposta patologia também é bastante elucidativo. Infelizmente, para o autor, a transexualidade não é absolutamente rara. Do contrário, ele alega existirem milhares de casos. Neste artigo inaugural, publicado em 1949, a transexualidade não é nenhuma novidade. Aliás, ela é um “desvio sexual” tão comum que classificá-la, diagnosticá-la e tratá-la se torna uma missão vital para garantir a saúde do corpo social.

Aqui, Cauldwell utiliza a cisgeneridade heterossexual como matriz orientadora e parâmetro de normalidade – o que é compreensível, pois dificilmente este médico, imbuído da autoridade científica de definir quem é saudável e quem não é, reconhecido publicamente como colunista social da família, classificaria a si mesmo e a seus próprios modos de vida como “anormais”. Para ele, a transexualidade é uma doença, e na condição de doença, é preciso estabelecer os seus critérios diagnósticos:

Quando um indivíduo falha em amadurecer de acordo com seu status biológico e sexológico correto, este indivíduo é psicologicamente (mentalmente) deficiente. **A condição psicológica é, na realidade, a doença.** Quando um indivíduo que é desfavoravelmente afetado psicologicamente resolve viver e se portar como um membro do sexo ao qual ele ou ela não pertence, este indivíduo é o que se pode chamar de transexual psicopático. Isso significa simplesmente que essa pessoa não é mentalmente saudável e, em decorrência disso, essa pessoa deseja viver como um membro do sexo oposto²⁴². (grifo meu)

Neste parágrafo observam-se diversos elementos sobre o diagnóstico da pessoa transexual conforme o olhar de David Cauldwell. Em primeiro lugar, notamos que aquilo que caracteriza a transexualidade, para ele, é um fracasso, especificamente o fracasso de amadurecer de acordo com o status biológico correto. Este status biológico correto não é definido em qualquer momento do artigo, ele é apenas implícito.

A normalidade é tida como tão autoevidente que dispensa formulações profundas. Ela não se nomeia, apenas nomeia o outro. Isso porque as definições de modos de vida normais ou transtornados estão inscritas em um marco de regulação e controle produzido com o aval da verdade científica. A normalidade se fabrica como natural no instante em que fabrica o seu Outro como antinatural.

242 Traduzido do original: “When an individual fails to mature according to his (or her) proper biological and sexological status, such an individual is psychologically (mentally) deficient. The psychological condition is in reality the disease. When an individual who is unfavorably affected psychologically determines to live and appear as a member of the sex to which he or she does not belong, such an individual is what may be called a psychopathic transexual. This means, simply, that one is mentally unhealthy and because of this the person desires to live as a member of the opposite sex”. Retirado de: CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.41.

Nesse ponto, podemos nos inspirar nas reflexões de Sueli Carneiro²⁴³ sobre o ser e a alteridade a partir de Martin Heidegger. Em Heidegger, há uma distinção entre o ôntico e o ontológico: enquanto o ôntico se refere às determinações do ser, o ontológico diz respeito ao ser enquanto tal²⁴⁴. Dessa forma, elementos como gênero, raça, cultura, etnia e religião seriam da dimensão do ôntico, enquanto ser, e especificamente ser Humano, remete à dimensão do ontológico.

Conforme Sueli Carneiro, o racismo reduz o ser à sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica, o que lhe atribui incompletude humana²⁴⁵. Argumento que a cisnormatividade funciona a partir de um mecanismo semelhante à branquitude: ao reduzir o Outro à sua particularidade – ser trans –, ela retira do outro a sua dimensão ontológica, a sua possibilidade de ser. Partindo do olhar cis-centrado, a pessoa trans não é vista como um ser completo, pois não é nada além de trans, um não-pertencimento à cisgeneridade²⁴⁶.

Retomemos o que dizia Cauldwell. Para ele, a condição psicológica é a realidade da “doença” transexual. Isto significa que a causa primária da doença não se manifesta no corpo, mas na mente. Segundo Cauldwell, a transexualidade é caracterizada como uma deficiência mental, mas que repercute performaticamente no corpo do sujeito: é como decorrência de uma mentalidade “insana” que a pessoa trans deseja ser e porta-se como alguém de outro sexo/gênero.

Se a transexualidade é decorrência de uma doença mental, como propôs Cauldwell, deve haver um conjunto de condições naturais que propiciem o seu desenvolvimento:

Entre os dois sexos há indivíduos que desejam ser membros do sexo ao qual eles não pertencem propriamente. Sua condição geralmente advém de um **cenário hereditário precário** e de um **ambiente altamente desfavorável na infância**. Proporcionalmente existem mais indivíduos nessa categoria entre os ricos que entre os pobres. A pobreza e suas necessidades servem, por extensão, como dissuasões²⁴⁷.

243 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

244 HEIDEGGER, M. Ser e Tempo. 11ª ed. (Partes I e II). Petrópolis: Vozes, 2002

245 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005 p.27

246 Daí a importância de devolvermos este olhar: afinal, o que é a cisgeneridade? Quais são os seus critérios diagnósticos? Quais são as suas condições de aparecimento?

247 Traduzido do original: “Among both sexes are individuals who wish to be members of the sex to which they do not properly belong. Their condition usually arises from a poor hereditary background and a highly unfavourable childhood environment. Proportionately there are more individuals in this category among the wellto do than among the poor. Poverty and its attendant necessities serve, to an extent, as deterrents.”. Retirado de: CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. Sexology, N. Y., Dec. 1949. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.40.

Aqui, Cauldwell não faz referência a qualquer pesquisa quantitativa ou qualitativa sobre pessoas trans. A sua atuação como médico o autoriza a afirmar que existem mais pessoas trans entre os ricos que os pobres, embora não fundamente essa informação com dados empíricos. Somos levados a intuir que ele provavelmente falava a partir de sua própria experiência profissional, atravessada por uma interpretação moralista e cisnormativa sobre saúde mental.

Em outro momento, Cauldwell também assinala:

Apesar de a hereditariedade ter parte na produção de indivíduos que possam ter tendências psicopáticas, casos dignos de pena tais como os descritos aqui são largamente produtos de um **ambiente infantil desfavorável e pais ou outros parentes próximos indulgentes demais.**²⁴⁸

Com isso, o médico vincula a transexualidade também a uma questão de educação: caso tivessem suas práticas restritas já na infância, seria muito pouco provável que as pessoas transexuais viessem a desenvolver sua condição na vida adulta. Além disso:

A característica psicopática não se manifesta, como se pode pensar, na homossexualidade ou travestismo [sic], tampouco na adoção de uma profissão masculina ou feminina, mas em práticas como a sedução, o parasitismo, a violação de códigos sociais de numerosas maneiras, frequentemente cleptomania e roubo, mentiras patológicas e outras tendências criminosas e antissociais.²⁴⁹

Notemos a relação de intimidade que se estabelece entre o conceito de transexual e a figura do criminoso aos olhos de Cauldwell. Até aqui, já conhecemos os contornos da doença. Mas todo diagnóstico traz consigo uma expectativa de tratamento:

Progresso tem sido feito. Dentro de um quarto de século a educação social deve servir como um preventivo em praticamente todos os casos e as organizações sociais devem ser capazes de reabilitar os poucos indivíduos que ficarem pelo caminho²⁵⁰.

248 Tradução do original: “Although heredity had a part in producing individuals who may have psychopathic tendencies, such pitiful cases as that described herein are products, largely, of unfavorable childhood environment and overindulgent parents and other near relatives.” Retirado de: CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.44.

249 Tradução do original: “The psychopathic characteristic is manifested not, as may be thought, in actual homosexuality or transvestism, nor yet in the adoption of a male role and career, but in such practices as seduction, parasitism, violation of the social codes in numerous ways, frequently kleptomania and actual thievery, pathological lying, and other criminal and unsocial tendencies. (The adoption of a female role and career applies in the case of actual males.)”. Retirado de: CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.44.

250 Tradução do original: “Progress is being made. Within a quarter of a century social education may serve as a preventive in all but a few cases and social organizations may be able to rehabilitate the few who fall by the wayside.”. Retirado de: CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.40-45.

Curiosamente, David Cauldwell parece antever um tempo em que a educação trataria de alinhar os sujeitos trans e gênero-diversos à cisnorma, sugerindo reabilitação a aqueles que não fossem “curados” por meio de uma boa educação. Imagino o que este médico diria ao saber que suas previsões estavam erradas, e que, além disso, ele e seu próprio trabalho um dia seriam examinados por pesquisadoras/es trans.

	Conceito de “transexual” para David Cauldwell (1949)
Definição de transexualidade	Entende a transexualidade como uma doença mental. Quando uma pessoa resolve viver e se portar como alguém de outro gênero, este indivíduo é classificado como “transexual psicopático”. A psicopatía transexual está vinculada à violação de códigos sociais, sobretudo às práticas como sedução, parasitismo, cleptomania, mentiras patológicas, etc.
Condições de aparecimento	Entre os principais fatores de aparecimento estão causas hereditárias, ambiente desfavorável na infância e pais indulgentes demais.
Tratamento	Menciona instituições que oferecem reabilitação para sujeitos transexuais, mas não define quais organizações são essas e muito menos como o processo de reabilitação funciona.

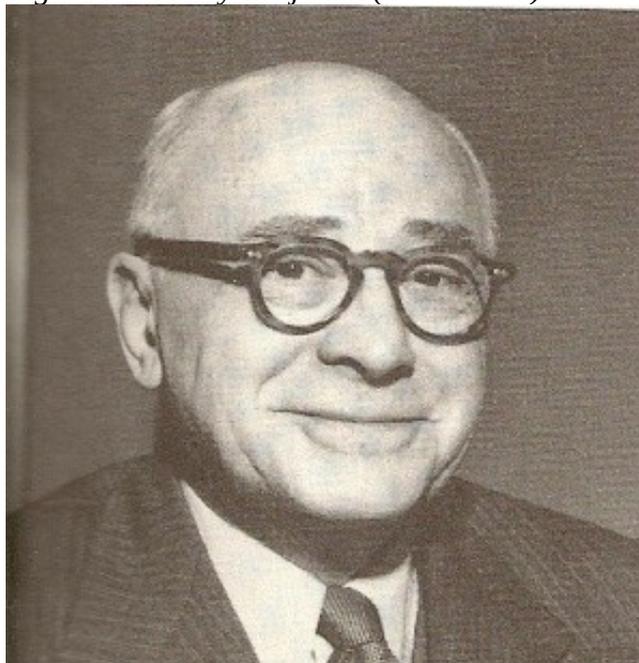
O artigo “Psychopathia Transexualis” é, sem dúvidas, uma referência teórica, sobretudo por ter inaugurado a categoria “transexual” na literatura médica. Apesar disso, não deixa de ser um artigo problemático, tendo em vista suas diversas contradições. A maior delas é esta: ao mesmo tempo em que caracteriza a transexualidade como uma espécie de psicopatía, vinculada à violação de códigos sociais, admite que há muitos casos de pessoas transexuais que se ajustaram bem à sociedade.

Ao longo da década 1950, o conceito de “transexual” foi reutilizado e reelaborado por diversos autores, sendo Harry Benjamin (1885 – 1986) o mais notável. Nascido em Berlim, na Alemanha, Benjamin formou-se médico pela Universidade de Tübingen, em 1912. Inicialmente, interessou-se pelo estudo daquilo que se entendia como problemas de saúde pública, tais como a tuberculose e a prostituição. No ano seguinte, mudou-se para os Estados Unidos, onde começou a se interessar pelo tema da endocrinologia. Ganhou proximidade com o pesquisador Magnus Hirschfeld – que cunhou o termo “travesti”, em 1910 –, com Eugen Steinach – autoridade em cirurgias de redesignação sexual em animais – e com Alfred Kinsey – sexólogo célebre por ter promovido os Estudos Kinsey. A partir deste momento, Benjamin dedicou sua carreira ao estudo da transexualidade.

Harry Benjamin argumentava que a identidade de gênero de uma pessoa não poderia ser mudada. Ao médico, cabia a responsabilidade de ajudar as pessoas trans a experienciarem

vidas mais felizes e plenas no gênero com o qual elas se identificavam. Para Benjamin, o termo “transexual” distinguia pessoas como Cristine Jorgensen²⁵¹, que buscavam modificações corporais cirúrgicas e tratamentos endocrinológicos, de travestis como Virgínia Prince²⁵², que não desejavam qualquer tipo de modificação corporal cirúrgica. É importante notar que, no Brasil, o termo “travesti” refere-se a uma identidade de gênero distinta e não necessariamente descarta a possibilidade de modificação corporal.

Figura 10: Harry Benjamin (1885 -1986)



Na década de 1950, tanto travestilidade quanto a transexualidade passaram a ser vistas como fenômenos à parte. Antes disso, casos que hoje compreendemos como transgeneridade eram frequentemente interpretados, de maneira relativamente homogênea, através de termos como hermafroditismo psíquico, inversão sexual, eonismo, uranismo, homossexualidade. Parcela da responsabilidade por essa divisão conceitual pode ser creditada à Harry Benjamin e seu livro “The Transsexual Phenomenon”, publicado em 1966. Nesta obra, bem como em suas outras publicações, Benjamin estabeleceu boa parte da abordagem médica moderna às questões de transgeneridade²⁵³.

251 Mulher trans cuja cirurgia de redesignação sexual foi altamente publicizada, em 1952.

252 Ativista trans, a quem é creditado o primeiro uso do termo “transgênero”.

253 FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Percu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro). STRYKER, S.; WHITTLE, S. (Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.45-53.

Na sequência, gostaria de analisar o artigo “Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes”, publicado por Harry Benjamin em 1954²⁵⁴. O texto foi apresentado à Associação Estadunidense para o Avanço da Psicoterapia²⁵⁵, em um simpósio temático organizado pelo próprio autor, após a publicidade da cirurgia de redesignação sexual de Cristine Jorgensen, em 1952. Neste artigo, Benjamin propôs muitas reflexões que estariam presentes em sua obra posterior, apresentando um método sistemático para diferenciar as inter-relações entre identidade de gênero e orientação sexual.

Começemos pela definição de transexualidade proposta por Benjamin, que abre o seu artigo:

Travestismo tornou-se o termo aceito para descrever o desejo de um certo grupo de pessoas de se vestir com as roupas do sexo oposto. Este termo, utilizado primeiramente por Magnus Hirschfeld, tem a desvantagem de nomear um distúrbio de comportamento e emoção a partir de apenas um de seus sintomas, apesar de este ser o mais conspicuo. Este sintoma, que também é conhecido como “cross-dressing”, é o saciamento simbólico de um desejo profundo e mais ou menos intenso que sugere uma **desarmonia no sentido sexual total, um indecisão sexual ou uma dissociação da sexualidade física e mental**. Havelock Ellis propôs o termo “eonismo”, nomeando-o a partir de seu protótipo (...). Hamburger e seus sócios na Dinamarca reservaram o termo eonismo para os casos severos do que chamaram “travestismo verdadeiro”. Eles também caracterizaram o fenômeno como “hermafroditismo físico”. **Este é o mesmo grau extremo de travestismo para o qual eu utilizei o termo transexualismo, pois a transformação do sexo é o principal desejo**. Cauldwell chamou isto de *Psychopathia Transsexualis* (grifo meu²⁵⁶)

Este trecho escrito por Benjamin, apesar de breve, pode nos oferecer inúmeros caminhos de reflexão. Em primeiro lugar, notemos a expressão “roupas do sexo oposto”, que o autor utiliza ao descrever a travestilidade: ao reduzir todo o espectro das identidades de gênero a apenas duas possibilidades opostas (homem/mulher), com indumentárias fixas,

254 BENJAMIN, Harry. “Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes,” from *American Journal of Psychotherapy*, Vol. 8, pp. 219–230, 1954. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.45-53.

255 U.S. Association for the Advancement of Psychotherapy.

256 Do original: “Transvestism has become the accepted term for the desire of a certain group of people to dress in the clothes of the opposite sex. This term, first used by Magnus Hirschfeld (1) has the disadvantage that it names a disturbance of behavior and emotion after only one of its symptoms, although the most conspicuous one. This symptom, which is also known as “cross-dressing,” is the symbolic fulfillment of a deep-seated and more or less intense urge suggesting a disharmony of the total sexual sense, a sexual indecision or a disassociation of the physical and mental sexuality. Havelock Ellis (2) proposed the term “eonism,” naming it after its prototype, the Chevalier D’Eon and as a parallel to sadism and masochism. Hamburger and his associates (3) in Denmark reserved the term eonism for severe cases of so-called “genuine transvestism.” They also characterize it as “psychic hermaphroditism.” This is the same extreme degree of transvestism for which I have used the term transsexualism (4) because a transformation of sex is the foremost desire. Cauldwell (12) spoke of *Psychopathia transsexualis*.” Retirado de: BENJAMIN, Harry. “Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes,” from *American Journal of Psychotherapy*, Vol. 8, pp. 219–230, 1954. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.45-46

Benjamin corrobora o modelo binário de sexo/gênero, um dos pilares de sustentação da cisnormatividade²⁵⁷.

Conforme demonstrei ao longo do primeiro capítulo, o *cistema* binário de sexo/gênero ganhou força a partir do século XVIII, principalmente na literatura médica europeia²⁵⁸. Apesar de se propagar como um sistema de classificação universal, fundamentado biologicamente, ele é, do contrário, um modelo político-discursivo que deve ser analisado em sua especificidade histórica e cultural. Não se trata apenas de entender que o *cistema* de classificação binária de sexo/gênero invisibiliza outros arranjos de características sexuais e identidades de gênero, como aqueles vividos pelas pessoas intersexo. Trata-se, também, de reconhecer o caráter construído, múltiplo, maleável e mutável de todos os corpos com gênero²⁵⁹, inclusive os cisgêneros.

Observemos, na sequência, o vocabulário utilizado por Benjamin para traçar a distinção entre travestilidade e transexualidade. Aqui, a travestilidade é *travestismo*, em que o sufixo *-ismo* refere-se ao diagnóstico científico de doença²⁶⁰. Lembremos do que coloca o filósofo Michel Pêcheux: todo discurso é ideológico e a língua materializa o discurso; por mais racional que seja, o discurso nunca é neutro²⁶¹. Para Pêcheux, no entanto o discurso sempre se inscreve em uma relação ideológica de classes. Eu, por minha vez, acrescento que as relações de poder fundamentadas no racismo, cisnormatividade, etnocídio, capacitismo, machismo, entre tantas outras, atravessam diametralmente as questões de classe, sobretudo em países advindos de experiências coloniais como o Brasil.

Mas, como Harry Benjamin argumenta, a travestilidade é apenas o sintoma mais evidente da doença, sendo esta a transexualidade, que consiste em uma desarmonia no sentido

257 BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.* 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros.* Curitiba: Transgente, 2015, p.70.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

258 LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.* Tradução Vera Whitely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

259 PRECIADO, P. B. *Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.* São Paulo: n-1 edições, 2018. p.245

260 O sufixo *-ismo* pode significar doutrinas ou sistemas, modo de proceder ou pensar, terminologias científicas ou doença. Mas não se trata apenas de um problema de sufixo. É preciso notar que a palavra “transexualismo” tem uma historicidade própria, e foi frequentemente utilizada em estudos científicos de viés patologizante. Processo semelhante ocorreu com o termo *-homossexualidade*. Quando a Associação Americana de Psiquiatria tirou o “homossexualismo” da classificação de doenças mentais, em 1973, alterou o sufixo da palavra. A partir de então, passou a utilizar “homossexualidade”.

261 PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas, SP. Ed: Unicamp. 4ª edição, [1975] 2009. p. 82

sexual total, um indecisão sexual ou uma dissociação da sexualidade física e mental. O autor estabelece, por correlação, a cisgenderidade como norma e ideal de saúde física e mental. A transexualidade, para ele, é uma desarmonia no sentido sexual “normal” de uma pessoa. Mais uma vez a cisgenderidade foi traçada como o ideal não-nomeado, implícito, autoevidente.

Conforme Benjamin, a transexualidade consiste em um grau extremo de travestilidade, no qual se manifesta o desejo pela cirurgia de redesignação sexual. Aqui, o autor vincula o fenômeno da transexualidade diretamente ao desejo da pessoa de realizar modificações corporais. Curiosamente, este diagnóstico não se aplica às pessoas cisgêneras que queiram passar por procedimentos estéticos e cirúrgicos, pois o desejo de modificar o próprio corpo, neste caso, é visto como legítimo, saudável. Usar perucas, implantar silicone, remover seios, retirar pelos corporais e realizar reposição hormonal foram técnicas largamente utilizadas por pessoas cis e trans, principalmente a partir de meados do século XX, no mundo ocidental capitalista, mas apenas no caso das pessoas trans o desejo de realizá-los foi interpretado como sintoma de uma doença.

Em seu esboço de sintomatologia, Benjamin vê a travestilidade como uma forma de fetichismo. Com isso, ele traça uma distinção entre as pessoas que vestem roupas associadas com outro sexo/gênero e pessoas que efetivamente desejam ser reconhecidas como alguém pertencente a outro sexo/gênero. Assim, para Benjamin:

A pessoa transexual é sempre travesti, mas o contrário não se aplica. Na verdade, a maioria das travestis estariam horrorizadas com a ideia de se operar. A pessoa transexual, por outro lado, apenas vive pelo dia em que seus odiados órgãos sexuais poderão ser removidos, órgãos que, para ele [sic] não são nada além de uma deformidade terrível. Assim a pessoa transexual sempre busca por auxílio médico, enquanto a travesti, como uma regra, meramente pede para ser deixada sozinha²⁶².

Desta forma, a categoria científica da transexualidade já nasceu vinculada à noção de desconforto físico e intervenções cirúrgicas²⁶³. Tanto David Cauldwell quanto Harry Benjamin não concebiam pessoas transexuais que se sentissem bem com seus corpos, dispensando qualquer tipo de modificação corporal. Para os autores, o desconforto com o corpo formava a

262 Traduzido do original: “The transsexualist is always a transvestite but not vice-versa. In fact, most transvestites would be horrified at the idea of being operated. Th e transsexualist, on the other hand, only lives for the day when his hated sex organs can be removed, organs which to him are nothing but a dreadful deformity. Therefore the transsexualist always seeks medical aid while the transvestite as a rule merely asks to be left alone.” Retirado de: BENJAMIN, Harry. “Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes,” from American Journal of Psychotherapy, Vol. 8, pp. 219–230, 1954. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.46

263 LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

própria base ontológica da transexualidade, eternamente dependente da autoridade médica para poder existir. Cabia ao médico, munido do respaldo técnico e teórico de seu ofício, o papel de autorizar ou impedir que se realizassem as intervenções cirúrgicas no corpo da pessoa transexual.

É preciso notar que, se a ciência alcançou o lugar hegemônico como discurso e prática na cultura ocidental, isso se deve ao seu funcionamento como aparato discursivo-material da produção de corpos²⁶⁴. Como coloca Paul Preciado:

A tecnociência estabeleceu a sua autoridade material transformando os conceitos de psiquismo, libido, consciência, feminilidade, masculinidade, heterossexualidade, homossexualidade, intersexualidade e transexualidade em realidades tangíveis, que se manifestam em substâncias químicas e moléculas comercializáveis em corpos, em biótipos humanos, em bens geridos pelas multinacionais farmacêuticas. O sucesso da indústria farmacêutica contemporânea consiste em transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade ou esterilidade em Pílula, nossa aids em triterapia, sem que seja possível saber quem vem primeiro: a depressão ou o Prozac, o Viagra ou a ereção, a testosterona ou a masculinidade, a Pílula ou a maternidade, a triterapia ou a aids²⁶⁵.

Mas voltemos a Harry Benjamin. O pesquisador entendia a transexualidade como um fenômeno causado por uma combinação de influências fisiológicas, psicológicas e hormonais. A travestilidade, no seu entendimento, era apenas um fetiche, podendo ser tratada com psicoterapia caso o paciente desejasse uma cura. A cura da transexualidade, por sua vez, era inalcançável por qualquer método disponível em seu tempo. Assim, o tratamento ideal da transexualidade consistia em uma combinação de ajuda psiquiátrica, tratamento hormonal e, apenas em alguns casos, cirurgia.

Podemos resumir as proposições de Harry Benjamin sobre a transexualidade nessa tabela:

Conceito de “transexual” para Harry Benjamin (1954)	
Definição de transexualidade	Transexualidade é a doença manifesta por uma pessoa que deseja se portar e ser reconhecida como alguém pertencente a um sexo/gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer. A travestilidade é um de seus sintomas.
Condições de aparecimento	Entende a transexualidade como um fenômeno causado por uma combinação de influências fisiológicas, psicológicas e hormonais.

264 PRECIADO, P. B. Teste junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018. p.37

265 Ibidem. p.38

Tratamento	Argumenta que o tratamento psicoterápico de “cura” para a transexualidade é absolutamente improdutivo. Recomenda ajuda psiquiátrica, tratamento hormonal e, apenas em alguns casos, cirurgia.
-------------------	---

Em virtude da escassez do tempo, dediquei esta seção de capítulo aos trabalhos de David Cauldwell, que cunhou o termo “transexual”, em 1949, e Harry Benjamin, que popularizou este termo na década de 1950. Ambos os autores, em maior ou menor grau, atribuíram à transexualidade o status de doença, entendendo-a como um desvio de uma normalidade jamais explicitada. Esta era a normalidade cisgênera, heteronormativa, racista, voltada para a procriação, tendo em vista a saúde do corpo social.

Podemos analisar esta noção de normalidade à luz da biopolítica, uma tecnologia de poder que converte a população em um conjunto de seres vivos e coexistentes, com características biológicas e patológicas específicas. Para administrar esta população é necessário, entre outras coisas, desenvolver uma política de saúde capaz de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhe normas específicas²⁶⁶.

O paradigma patologizante da transgeneridade, ao mesmo passo em que vincula a diversidade das identidades de gênero humanas às categorias diagnósticas, preconizando desde ali os tratamentos para a sua cura, também estabelece a cisgeneridade heteronormativa como norma implícita de existência.

Mas seria um equívoco teórico-metodológico assumir que todo o conjunto de publicações científicas sobre transexualidade corroborava com este paradigma. Na sequência, volto meu olhar para os cientistas que, à sua maneira, romperam com o discurso patologizante e contribuíram para uma visão contra-hegemônica da transgeneridade. Aqui ressalto o trabalho dos intelectuais Magnus Hirschfeld e Michael Dillon – sendo este último a única pessoa trans da qual se tem registro a ter escrito um tratado médico sobre o assunto antes da década de 1950.

3.3 VOZES DE DISSENSO AO PARADIGMA PATOLOGIZANTE

Onde há poder há resistência. E esta, já nos disse Foucault, nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Isso porque os pontos de resistência são o outro

266 FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos). p.494

termo das relações de poder; eles estão presentes em toda parte. Portanto, não existe um lugar da Grande Resistência. Existem resistências, no plural.

As relações de saber/poder, bem como os pontos de resistência, não são estanques, perenes, formas dadas de distribuição político-econômica. São matrizes de transformações. Assim, é preciso admitir que os discursos podem ser, ao mesmo tempo, instrumentos e efeitos de poder, obstáculos, pontos de resistência e lugares de partida. O discurso veicula e produz poder, mas também o sabota e debilita²⁶⁷.

Magnus Hirschfeld foi, a um só tempo, um grande expoente da sexologia na Alemanha e o fundador da primeira organização LGBT da Europa – o Comitê Científico Humanitário, em 1897. Era judeu, declaradamente gay e socialista. Foi referido por Adolf Hitler como “o homem mais perigoso da Alemanha”²⁶⁸. Escreveu o primeiro livro-texto sobre sexologia acessível ao grande público alemão, o *Geschlechtskunde*, (Sexual Knowledge, 5 vols., 1926–1930). Em 1919, fundou o primeiro Instituto de Sexologia da Europa e, até onde se sabe, do mundo. Neste instituto, que realizou as primeiras cirurgias documentadas de redesignação sexual, também trabalhavam pessoas trans. É creditado a Hirschfeld o primeiro uso da palavra “travesti” na literatura científica²⁶⁹.

De 1930 a 1933, Hirschfeld viajou para os Estados Unidos, Japão e China para promover aulas públicas sobre esta nova ciência, a sexologia. Na sua ausência, em 1933, o exército nazista destruiu a biblioteca do Instituto de Sexologia de Hirschfeld, queimando o maior acervo de pesquisas sobre transexualidade disponível naquele tempo. Não podendo retornar à Alemanha, Hirschfeld morreu em exílio na França, em 1935²⁷⁰.

267 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 88-97

268 HIRSCHFELD, Magnus. *From Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress, M.D.*, translated by Michael A. Lombardi-Nash, Ph.D. (Amherst, NY: Prometheus Books, 1991). In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.28

269 BEEMYN, Genny. *A Presence in the Past: A Transgender Historiography*. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013, pp. 113-121. CASTEL, Pierre-Henri. *Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)*. *Revista Brasileira de História*, vol.21 no.41 São Paulo: 2001. CAULDWELL, David. *Psychopathia Transexualis*. *International Journal of Transgenderism*. Minnesota, vol. 5, n. 2. 2001. STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. _____. '(De)Subjugated Knowledge: An Introduction to Transgender Studies', in: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.1-17.

270 FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro). STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. _____. '(De)Subjugated Knowledge: An Introduction to Transgender Studies', in: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.1-17.

Figura 11: Magnus Hirshfeld.



Há quem veja Magnus Hirschfeld como um dos pioneiros no ativismo pela causa trans. Em sua obra “The Transvestites – The Erotic Drive to Cross-Dress”²⁷¹, publicada em 1910, o autor argumentava que a diversidade sexual e de gênero era parte integrante da natureza. Assim sendo, entendia que as leis e a sociedade deveriam refletir esta realidade biológica. Para ele, as pessoas trans, bem como os homossexuais, eram intermediários sexuais – ou seja, pessoas que existem no espectro de identidades entre “macho puro” e “fêmea pura”. No entanto, também afirmava que a transgeneridade era um fenômeno complexo, não podendo ser reduzida apenas a um tipo de fetichismo, homossexualidade ou psicopatologia.

Dizia Hirschfeld:

Especialistas com quem eu me consultei sobre nossos casos, a princípio sempre suspeitaram de que haveria uma base fetichista para o impulso de se travestir. As próprias travestis, que compreensivelmente, cuidadosamente refletem sobre suas raras condições, começando, naturalmente, por seus sentimentos internos, estão certamente tão insatisfeitas com esta explicação quanto com a vinculação de seu impulso feminino à homossexualidade. Particularmente aquelas cuja educação básica permitiu que formulassem um

271 HIRSCHFELD, Magnus. From Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress, M.D., translated by Michael A. Lombardi-Nash, Ph.D. (Amherst, NY: Prometheus Books, 1991). In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.28-39

juízo imparcial, sentiram que estavam sendo incorretamente classificadas como fetichistas²⁷².

Neste trecho, nota-se que as pessoas trans não estão apenas capturadas em uma rede discursiva que atribui a elas o lugar inescapável de objetos de análise. Suas vozes são, também, consideradas na interpretação de suas próprias experiências sociais. Nelas, Hirschfeld reconhece a autonomia de divergir das compreensões distorcidas sobre a transgeneridade.

Não é minha intenção, aqui, propor um cenário maniqueísta em que há abordagens teóricas inteiramente corretas e inteiramente equivocadas no que tange às experiências trans, mas apontar para a sutil diferença nos discursos que permitem uma participação hermenêutica mais justa aos grupos marginalizados. A injustiça hermenêutica consiste em ter uma área significativa da experiência social obscurecida da compreensão coletiva, em virtude de uma persistente e abrangente marginalização hermenêutica²⁷³.

Portanto, a injustiça hermenêutica é uma injustiça epistêmica que, por sua vez, advém da desigualdade social. Isso significa que a falta de participação hermenêutica de um grupo social tende a se manifestar nos lugares da vida social em que há pouco ou nenhum interesse em alcançar uma interpretação justa sobre suas experiências. O fato de que as experiências deste grupo social subalternizado – digamos, as pessoas trans – careciam de interpretações mais justas não é apenas um acidente ou caso de má sorte. De fato, à medida que este grupo batalhava com certo isolamento para fazer sentido de suas múltiplas experiências de vida, havia toda uma engrenagem social e coletiva que efetivamente trabalhava para manter suas experiências obscuras fora de vista²⁷⁴. Nesse contexto, a marginalização hermenêutica é sempre uma forma de desempoderamento, seja ele estrutural ou individual²⁷⁵.

272 Traduzido de: “Specialists with whom I have consulted about our cases, therefore, at first always suspected a fetishistic basis to the drive to cross-dress. The transvestites themselves, who understandably carefully think through their rare condition, starting, naturally, with their inner feelings, are surely as dissatisfied with this explanation as with the tracing back of their feminine drive to homosexuality. Those, particularly whose basic education allowed them an unbiased judgment, felt they were incorrectly labeled fetishists.” Retirado de: HIRSCHFELD, Magnus. From Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress, M.D., translated by Michael A. Lombardi-Nash, Ph.D. (Amherst, NY: Prometheus Books, 1991). In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.30

273 FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.

274 Ibidem.

275 Ibidem.

Figura 12: Uma das fotos mais célebres da queima de livros pelo exército nazista é, também, o registro da destruição do acervo do Instituto de Sexologia de Hirschfeld.



Seria impreciso dizer que os saberes, memórias e experiências de pessoas trans nunca tenham encontrado canais viáveis para circular. De modo geral, estas informações eram veiculadas pelas redes de sociabilidade afetiva e/ou política dos grupos subalternizados, ainda que não se fizessem presentes nos discursos oficiais. Mas, como nos lembra Michel Pollack, as fronteiras entre os silêncios, os “não-ditos” e os discursos oficiais estão em perpétuo deslocamento, sendo moldadas pela angústia de não encontrar uma escuta, de receber punição pelo que se diz, ou de, minimamente, expor-se a mal-entendidos²⁷⁶.

Retomemos, para fechar esta discussão, o que dizia Hirschfeld. Para o autor, a questão dos intermediários sexuais é menos um problema teórico e mais um princípio de divisão binária dos sexos/gêneros. Como ele aponta:

276 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

(...) se uma mulher tem uma barba cheia ou se um homem possui seios que produzem leite, nós registramos as pessoas que exibem essas características óbvias do outro sexo como formações sexuais misturadas ou intermediárias. Contudo, nós não lidamos apenas com esses casos óbvios, mas também com cada um e qualquer outro – e seu número não é limitado – que esteja, de uma perspectiva física ou mental, entre um homem completamente masculino e, com todo respeito, uma mulher completamente feminina. A hipótese desse princípio de divisão é, de acordo com isso, uma explicação exata do que é masculino e o que é feminino, e aí reside a principal dificuldade e controvérsia, particularmente porque há, além de características puramente masculinas e puramente femininas, características que não são nem masculinas e nem femininas, ou mais corretamente colocado, características não apenas masculinas, mas também femininas. Entretanto, que estas últimas não dependem da igualdade plena de sexos está fora de questão; os sexos podem ser equivalentes e ter direitos iguais, mas eles são, sem dúvidas, de diferentes tipos. O que é, então, feminilidade, o que é masculinidade?²⁷⁷

Aqui, vemos a cisgeneridade se debruçar sobre sua própria ficção motriz. Se as distinções entre masculino e feminino são tão arbitrárias e imprecisas, se há inúmeras conformações de sexo/gênero para além daquilo que se entende como um “homem de verdade” e uma “mulher de verdade”, se todos os corpos – cis e trans – são fabricados por tecnologias de gênero, o que é ser masculino, o que é ser feminino? Somos assaltados por esta conclusão: a cisgeneridade não é um ajuste preciso à cisnorma, supondo que ela exista como um todo descritível²⁷⁸. É como aponta Bonassi:

Embora a cisgeneridade possa ser dita como um conceito que permite nomear um conjunto de pessoas que são reconhecidas pelos comportamentos atribuídos aos sexos/gêneros de nascimento e de registro e que por isso acessam com mais facilidade a cidade (postos de saúde, escolas, universidades, ruas, lojas, entre outras), a alocação

277 Traduzido de: “Therefore, if a woman has a full beard or a man has milk-producing teats, we register such people, who exhibit such obvious characteristics of the other sex, as mixed sexual formations or intermediaries. But we do not handle only such obvious cases but rather also each and every other one—and their number is not limited—ones who stand, in the physical or mental view, between a complete manly man and, in every respect, a womanly woman. The hypothesis of this principle of division is, according to this, an exact explanation of what is manly and womanly, and herein lies the main difficulty and controversy, particularly because there are, besides pure manly and womanly characteristics, such that are neither manly nor womanly, or more correctly stated, not only manly, but also womanly. However, that these latter ones do not depend on full equality of the sexes goes without question; the sexes may be equivalent and have equal rights, but they are no doubt not of the same kind. What, then, is womanly, what is manly?”. Retirado de: HIRSCHFELD, Magnus. From Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress, M.D., translated by Michael A. Lombardi-Nash, Ph.D. (Amherst, NY: Prometheus Books, 1991). In: STRYKER, S.; WHITTLE, S.(Eds) The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006. p.35

278 BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p.26

de pessoas a essa categoria não se faz com a mesma facilidade que a definição da mesma. A cisgeneridade nos corpos varia de acordo com a adequação maior ou menor à normalidade suposta e a normalidade será variante de acordo com a referência que utilizarmos. Essa referência estará localizada no tempo e no espaço²⁷⁹.

Ou seja, a identificação como pessoa “natural” é delirante, pois deixa de reconhecer o caráter mutável, construído e fluido de todos os corpos humanos²⁸⁰. Ao substituímos as expressões “mulher de verdade”, “homem biológico” e “mulher natural” por “cisgênero”, permitimos que o Outro seja uma variável tão legítima quanto a norma. De fato, o que reside por baixo da naturalização de determinadas identidades de gênero em detrimento de outras é o desejo de continuar remetendo o Outro – as identidades trans – ao seu lugar de abjeção²⁸¹.

Agora, já encaminhando este capítulo ao seu fim, gostaria de apresentar brevemente uma outra voz de dissenso ao paradigma patologizante da transgeneridade: o médico britânico Michael Dillon (1915 – 1962).

Dillon foi a primeira pessoa diádica²⁸² e definida como mulher ao nascer a fazer terapia hormonal com testosterona²⁸³. Ele também foi o primeiro homem trans a realizar uma faloplastia bem-sucedida, isto é, a construção cirúrgica de um pênis. Durante anos, Dillon atuou como médico naval em viagens para a Ásia, Austrália e América. Quando a sua identidade trans veio ao conhecimento público, Dillon fugiu para a Índia, onde se dedicou à missão de se tornar um monge budista. Morreu na Índia em 1962, de causas desconhecidas²⁸⁴.

Até onde se sabe, Michael Dillon foi a única pessoa trans a ter escrito um tratado médico sobre o assunto da transexualidade antes de 1950²⁸⁵. Em seu livro “Self: A Study in

279 BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p.25

280 HARAWAY, Donna. *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Nature*. Nova York: Routledge, 1989. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242. PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. p.130

281 BAGAGLI, Beatriz. 2014. O que é cisgênero? Disponível em *Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans*: Disponível em: <<https://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>>. Acessado em dezembro de 2019. s/p.

282 Diádica é a pessoa que não é intersexo.

283 GILLIES, Harold; MILLARD JR, Ralph. *The principles and Art of Plastic Surgery Volume II*. Boston: Little, Brown, 1957. P.358-388.

284 BEEMYN, Genny. *A Presence in the Past: A Transgender Historiography*. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013. p.114

285 Ibidem.

Ethics and Endocrinology”, publicado em 1946, Dillon ofereceu uma análise sobre o tratamento hormonal para homens trans e pessoas transmasculinas, na época entendidos como “mulheres invertidas”²⁸⁶.

Figura 13: Michael Dillon, autor de “Self: A Study in Ethics and Endocrinology” (1946), homem trans



Em sua obra, Dillon argumentou a favor da aceitação social de pessoas trans, discordando da visão patologizante que as entendia como portadoras de um desequilíbrio mental. Criticou especialmente as terapias de cura para pessoas trans, alegando que, em vez disso, sua maior necessidade era obter acesso facilitado às terapias hormonais e cirurgias de redesignação sexual. Além disso, o autor admite que diversos distúrbios mentais estão, sim, dentro do escopo do tratamento psicoterápico. Contudo:

(...) o fato é que, comparativamente, sabe-se muito mais sobre a mente anormal do que sobre a mente normal, o que é o cerne da questão. Por normal, queremos dizer dentro de um certo intervalo, pois não existe um normal absoluto em relação a nada. Assim, devido à grande variação possível, é a experiência que conta na compreensão de nossos semelhantes, uma vez que todo indivíduo é tão diferente um do outro. Portanto, o conhecimento da extensão do normal, na medida do possível, nos torna mais aptos a ajudar aqueles em dificuldades do que o conhecimento mais profundo do escopo do anormal, já que, como já foi dito acima, a maioria das excentricidades em nosso comportamento têm uma origem muito

286 Vale lembrar que a palavra “transexual” só se disseminou no meio científico ao longo da década de 1950.

simples e não são ajudadas por serem classificadas como repressões e complexos²⁸⁷.

O apontamento de Dillon pode ser entendido em seu contexto político, histórico e social: considerando o imenso corpus de pesquisas sobre transgeneridade e diversidades de gênero, então entendidas como patologias ou condições relacionadas à saúde sexual, havia, comparativamente, poucas pesquisas dedicadas à análise da “normalidade” cisgênera, heterossexual e branca. Como vimos até aqui, essa normalidade era muitas vezes assumida implicitamente em oposição ao Outro – este, sim, depósito colonial de tudo o que é considerado indesejável, incorreto e imoral. Trata-se de uma relação de dependência, em que o normal necessita da existência do *anormal* para se positivar como único modo de vida legítimo e aceitável.

Sabemos que a obra de Michael Dillon não teve grande circulação no meio médico, tendo em vista que o autor evitava atenção pública sobre sua identidade de gênero. Mas podemos nos perguntar o que teria mudado no processo de produção das categorias diagnósticas da transgeneridade caso as vozes de pessoas trans tivessem sido mais ouvidas e legitimadas, inclusive relatando suas próprias experiências de vida.

Neste ponto, gostaria de ressaltar que o empobrecimento hermenêutico coletivo não impacta apenas os grupos subalternizados. Quando uma pessoa se encontra em uma situação em que ela parece ser a única a perceber a dissonância entre as informações recebidas e suas próprias experiências, isso afeta a confiança na sua habilidade pessoal de compreender o mundo. René Descartes considerava o estado de absoluta confiança nas crenças pessoais como um pré-requisito para o conhecimento²⁸⁸. Assim, a injustiça hermenêutica não apenas precariza a episteme de grupos sociais marginalizados, mas também gera uma perda de conhecimento individual e coletivo²⁸⁹.

287 Traduzido do original: “But it is the very fact that a comparatively large amount is known about the abnormal mind and little or nothing about the normal, which is the crux of the matter. By normal, we mean within a certain range, for there is no absolute normal as regards anything at all. Hence, because of the wide variation possible, it is experience that counts in the comprehension of our fellow-men, since every individual is so different from every other. Therefore, knowledge, as far as it is possible, of the extent of the normal makes us better fitted to help those in difficulties than does the most thorough knowledge of the scope of the abnormal for, as has been said above, most eccentricities in our behaviour have some very simple origin and they are not assisted by being regarded as repressions and complexes.” Retirado de: DILLON, Michael. *Self: A Study in Ethics and Endocrinology*. London: Windmill Press, 1946. p.83

288 DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

289 FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006. p.106-108

Figura 14: Michael Dillon, por volta de seus 35 anos, caminhando ao lado de sua tia



É preciso reconhecer, desde já, a injustiça hermenêutica como uma injustiça epistêmica que possui poder de construção social. Isso porque a desigualdade epistêmica prejudica o sujeito na sua capacidade de interpretar a sua própria realidade social e, conseqüentemente, sua própria identidade.

Por esta razão, argumento que o monopólio das narrativas trans por parte das pessoas cisgêneras, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, configura uma injustiça epistêmica que nos obstrui o lugar de agentes de nossas próprias ficções. É preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Os estudos sobre transgeneridade, aliás, devem fazer parte de um processo mais abrangente de redistribuição financeira, cultural e intelectual de recursos para uma população que, como se verifica estatisticamente²⁹⁰, é privada deles na atualidade.

Aqui, declaro encerrado o nosso percurso pela literatura médica europeia e estadunidense sobre a transexualidade. No capítulo seguinte, pretendo analisar as práticas de poder e como elas incidiram sobre os corpos trans, principalmente através das tecnologias de produção de sexo e gênero, entre 1949 e 1959 no Brasil. Voltaremos ao caso de Mário da Silva, desta vez para entender os ecos do paradigma patologizante na forma como sua história foi contada pela narrativa jornalística.

290 De acordo com o levantamento realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2019, estudantes trans representam apenas 0,1% do corpo discente em instituições federais de ensino superior no Brasil.

4. FABRICANDO CORPOS: O EXERCÍCIO DA VONTADE DE PODER

Neste terceiro capítulo analiso as práticas de poder e como elas incidem sobre os corpos trans, principalmente através das tecnologias de produção de sexo e gênero. Tomando como fonte alguns manuais de medicina-legal e tratados de criminologia brasileiros, observo em que medida o paradigma patologizante se imbrica nas práticas cirúrgicas, terapias hormonais, medicalização, protocolos criminais e demais procedimentos relacionados ao “processo transexualizador”. Também me dedico a analisar como esses procedimentos impactaram os modos de subjetivação de si das pessoas trans no cerne da disputa biopolítica no Brasil.

4.1 TERRA BRASILIS: A PATOLOGIZAÇÃO DAS VIDAS TRANS DO LADO DE CÁ

4.1.1 QUANDO O CORPO VIRA MUSEU, A CARNE GRITA HISTÓRIA

O corpo é um museu. Um museu biopolítico, inacabado e sobretudo matável. Seus limites cartográficos estão no cerne de uma histórica disputa de poder: quem pode nomear o corpo, intervir no corpo, violar o corpo? E se é verdade que em cada museu há uma gota de sangue²⁹¹, talvez o sangue seja a própria matéria-prima de um corpo-museu biopolítico. Mas não apenas sangue: também moléculas, tecidos, órgãos, sentimentos, sonhos, ideias, representações estéticas, discursos, vida e morte.

O sinal de sangue, já nos apontou Mário Chagas, é um inequívoco sinal de historicidade; admitir sua presença implica em aceitar o museu como espaço de conflito. Pensemos no corpo-museu também a partir desta perspectiva: os corpos são lugares de memória e de poder. Neles, se manifesta a disputa entre ruído e silêncio, presença e ausência, lembrança e esquecimento.

291 Paráfrase de Mário de Chagas, que, por sua vez, parafrazeou o poeta Mário de Andrade. Ver mais em: CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário Andrade. 2. ed. rev. e atual. Chapecó, SC: Argos, 2015.

Em qualquer hipótese, a narrativa do corpo-museu é apenas uma das perspectivas de interpretação possíveis, que traz consigo a possibilidade da distorção. “Em todo e qualquer museu este jogo, de cartas marcadas com sinal de sangue e de historicidade, acontece.”²⁹² Os estudos analisados no capítulo anterior desta pesquisa não fogem a esta tendência.

As pesquisas científicas investigadas até aqui são interpretações possíveis, historicamente situadas, sobre determinado fenômeno histórico – transgeneridade e cisgeneridade – mas de nenhuma maneira equivalem à história e à natureza em si.

Se estes estudos aparentam oferecer uma interpretação neutra, objetiva e universal sobre sexo e gênero, isso se deve ao funcionamento da ciência como aparato discursivo-material da produção de corpos sexuados, desde o final do século XVIII até meados do século XX, principalmente em países da Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos.

Como vimos nos capítulos anteriores, neste período configurou-se uma aliança médico-legal que se materializou nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia, através dos quais buscou-se entender, categorizar e estabelecer as distinções entre os gêneros. Nesse contexto, órgãos específicos como ovários, testículos e vagina passaram a ser nomeados, e estruturas anatômicas comuns entre homens e mulheres, como o sistema nervoso e os esqueletos, ganharam aspectos diferenciados entre si. Mais do que isso, a fabricação do corpo e do sexo/gênero das pessoas tornou-se um nicho de mercado, principalmente em meados do século XX, naquilo que Paul Preciado chamou de regime farmacopornográfico²⁹³.

Também vimos que esta aliança médico-legal se articulou com os mecanismos de produção de saber a partir de uma configuração social muito específica: as figuras de autoridade nessas instituições eram, de maneira geral, especialistas homens, cisgêneros e brancos, nascidos no norte global.

292 CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário Andrade. 2. ed. rev e atual. Chapecó, SC: Argos, 2015.

293 PRECIADO, P. B. Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Ao apontar este fato, não pretendo afirmar que todo conhecimento produzido por pessoas trans, não-heterossexuais e não-brancas será sempre necessariamente contra-hegemônico. Contudo, insisto que o monopólio das narrativas trans, não-hétero e não-brancas por pessoas cis, heterossexuais e brancas, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, implica uma injustiça epistêmica²⁹⁴ que nos interdita o lugar de agentes de nossas próprias ficções.

É preciso que nós, pessoas trans do sul global, tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Aqui, reivindico o direito à produção de saber para além da mera reprodução²⁹⁵ desde uma perspectiva anti-colonial, reconhecendo a continuidade das relações coloniais de poder na América Latina – por meio do racismo, do etnocídio, da cis-heteronormatividade e da gritante desigualdade econômica –, questionando as epistemologias eurocêntricas, seus cânones e seus métodos extrativistas outrora ou ainda autorizados²⁹⁶.

Branquitude e cis-heteronormatividade são lugares de produção de saber que precisam ser desnaturalizados e destrinchados. Mais do que isso, precisam ser interpretados como construções ideológicas que se consolidaram a partir de conjunturas históricas e culturais muito específicas, com temporalidades próprias.

Se os conhecimentos produzidos a partir da branquitude e da cisnormatividade parecem dar conta de explicar universalmente os fenômenos sociais, isto também é um sintoma de sua hegemonia colonial. A pessoa branca e cis não se vê como branca e cis, apenas como pessoa²⁹⁷ – isso porque branquitude e cisgeneridade são tidas como atributos universais que dependem das identidades subalternas para a sua posituação²⁹⁸. A pessoa branca e cis, portanto, autoriza-se e é autorizada socialmente a representar o universal, enquanto que as

294 FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.

295 FEMENIAS, Maria Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. *Estudios Feministas*, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril/2007.p.13-14

296 COSTA, Cláudia de Lima. *Feminismos descoloniais para além do humano*. 2014, p.930, 931

297 KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó; 1ª Edição. 2019.

298 NÚÑEZ, Geni. *Curso Branquitude e Etnocídio*. Ministrado em 25/07/2020, através da plataforma Zoom.

pessoas não-brancas e gênero-diversas podem, na melhor das hipóteses, representar apenas as suas experiências particulares²⁹⁹.

Para produzir uma historiografia comprometida eticamente com as vidas de pessoas trans, gênero-diversas, não-brancas e demais minorias sociais desde o sul global, é fundamental que interpretemos os estudos analisados até aqui como conhecimentos parciais, histórica e culturalmente localizados, passíveis de apagamentos, silenciamentos e injustiças epistêmicas.

Isso posto, gostaria de identificar, a seguir, os ecos dos discursos patologizantes euro-estadunidenses nas instituições médicas e científicas brasileiras, mas também localizar as formas de saber-poder particulares ao Brasil no que tange as identidades trans, especificamente entre 1949-1959. Pretendo analisar as práticas de redesignação sexual, medicalização, hormonização e esterilização, situando-as em seus contextos históricos e sociais a partir de um olhar interseccional e anti-colonial.

4.1.2 O CORPO TRANS E A CISNORMATIVIDADE INSTITUCIONAL

Transgredir a norma cis e binária de gênero, no Brasil da década de 1950, era simultaneamente um assunto de ordem médica e legal. Foi o que vimos no caso de Mário da Silva, narrado pela matéria “Maura Maria virou Mário”, publicada na revista “O Cruzeiro” em 21 de Janeiro de 1959³⁰⁰.

Não é difícil entender o motivo disto, pois o sexo (ou melhor, o gênero) do sujeito está no centro das disputas biopolíticas de controle, disciplinamento e regulação das populações. Ele permite acesso à vida do corpo e à vida da espécie simultaneamente³⁰¹. Na prática, essas disputas biopolíticas se materializam nas tecnologias de controle e vigilância constantes, em

299 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Kilomba. david n.

300Maura Maria virou Mário. Revista O Cruzeiro. 21. jan. 1959. Rio de Janeiro. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

301 FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p.136 - 137

exames médicos ou psicológicos, em todo um micropoder sobre o corpo, mas também em medidas maciças, como estimativas estatísticas e intervenções políticas que visam todo o corpo social.

É nos discursos biomédicos e jurídicos da década de 1950 que situo a máxima ênfase do paradigma patologizante da transgeneridade, isto é, um aparato técnico-discursivo biopolítico que foi utilizado no intuito de moldar, disciplinar e produzir corpos e populações cisgêneras. Por essa razão, o caso de Mário da Silva pode ser localizado no cerne de um movimento histórico de medicalização, patologização e, em certa medida, de criminalização de corporalidades que tensionavam o sistema binário de gênero.

Por isso volto o meu olhar para algumas fontes da Medicina Legal em busca de vestígios de pessoas trans e gênero-diversas do passado, mas também das práticas institucionais em relação aos corpos cis e trans. As fontes analisadas foram “Psicologia forense e psiquiatria médico-legal”, de Napoleão L. Teixeira (1954)³⁰²; “Psicopatologia Forense”, de J. Alves Garcia (1958)³⁰³; e ainda as três edições do Código Penal brasileiro, incluindo uma versão comentada por Flamínio Fávero (1950)³⁰⁴.

A relevância dessas fontes se justifica nelas mesmas, sendo a Medicina Legal “a aplicação dos conhecimentos científicos às ordens da Justiça (...). Estudo tão necessário para o médico, como para o advogado³⁰⁵”. Como consta na apresentação destes manuais, se “os juízes julgam conforme o que se lhes relata”³⁰⁶ e “os peritos são os olhos do juiz”³⁰⁷, depreende-se que a perícia – e sobretudo a perícia psiquiátrica – ganha, neste contexto histórico, precedência sobre as demais, porque é a que mais se aproxima da função do juiz³⁰⁸.

302 TEIXEIRA, Napoleão L. Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal. Curitiba, 1954

303 GARCIA, J. Alves. Psicopatologia Forense. 2ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.

304 FÁVERO, Flamínio. Código Penal Brasileiro Comentado: Crimes contra a saúde pública, crimes contra a paz pública. São Paulo: Saraiva, 1950.

305 TEIXEIRA, Napoleão L. Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal. Curitiba, 1954. p.7

306 Afirmação creditada a Ambroise Paré, cirurgião francês (1510-1590).

307 Afirmação creditada a José de Alcântara Machado de Oliveira (1875 -' 1941), jurista, historiador e escritor.

308 Afirmação creditada a Nina Rodrigues. Nina Rodrigues foi um famoso eugenista, considerado o pai da antropologia criminal no Brasil. Foi também médico legista, psiquiatra e professor. O seu trabalho é atravessado por uma perspectiva racista, nacionalista, cientificista e, conseqüentemente, revoltante. Se o cito, é para explicitar que tratava-se de uma das grandes referências teóricas dos pesquisadores que teorizavam sobre a transgeneridade e que suas perspectivas são inaceitáveis para qualquer pessoa comprometida com teorias e

Com a análise dessas fontes, busquei entender quais eram as concepções de normalidade do corpo e da sexualidade que orientavam as teorias e práticas do campo da Medicina e do Direito brasileiro de 1949-1959. E, por consequência, quais eram as medidas corretivas, terapêuticas ou punitivas recomendadas para os casos de *anormalidade* de gênero e sexualidade.

Começamos pela noção de normalidade que orientava a classificação da transgeneridade como um distúrbio ou transtorno do instinto sexual:

Para os filósofos, normal é o que *é como deve ser*, é o bom, o justo, e LECRÉRE define o homem normal como **o homem ideal possível**. É normal tudo o que esteja conforme uma regra (...). Para os biólogos, além do sentido empírico da normalidade, – **é normal o que é habitual e frequente e estatisticamente aferido**, – há a aceção teleológica, segundo a qual **é normal tudo o que concorre para a conservação do indivíduo e da espécie**.³⁰⁹ (grifo meu).

A partir disso, podemos inferir o seguinte:

1 – A normalidade é orientada por um ideal de pessoa, bem como um ideal de sociedade. Há, aí, um sentido moral e teleológico, isto é, de finalidade para as práticas e modos de existir;

2 – A normalidade, de acordo com a perspectiva biológica corrente nos anos 1950, divide-se em duas vias: a) tudo aquilo que pode ser aferido estatisticamente como comum em um determinado recorte de população; b) tudo aquilo que atua para a conservação – ou seja, para a reprodução – da espécie.

Outra explicação segue a mesma linha, ao dizer que “o instinto sexual é normal quando, obediente às injunções da natureza, se orienta no sentido da reprodução.”³¹⁰ Nesse sentido, o que caracteriza uma “anormalidade” ou “perversão” sexual, categoria em que eram enquadradas as transgeneridades na década de 1950, são modificações qualitativas e quantitativas do suposto “instinto sexual”, quer no que se refere à finalidade do ato, quer no que se refere aos métodos empregados.

práticas anti-coloniais e antirracistas.

309 GARCIA, J. Alves. *Psicopatologia Forense*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958. p.18,19

310 TEIXEIRA, Napoleão L. *Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal*. Curitiba, 1954

Esta concepção de normalidade não pode ser desassociada de sua finalidade prática: produzir uma sociedade cis, binária, heterossexual e monogâmica, sob a justificativa supostamente biológica da conservação da espécie. Vemos, aqui, que a biologia é acionada como forma de positivar discursos assentados em moralismo e em modelos de sociedade racistas, cis-heteronormativos e excludentes, visto que não existe qualquer fundamento biológico para a cisgeneridade e para a heteronormatividade como modelo de procriação³¹¹, assim como para a diferença racial³¹².

Mas, como pontua Liv Sovik, ainda que essas diferenças se tratem de ficções, elas estão tão presentes na sociedade que sua falta de embasamento teórico se torna irrelevante – o que importa não é a “verdade” biológica, mas quanto uma afirmação consegue atrair a adesão de seu público³¹³.

Vejamos o seguinte relato de um jovem que hoje poderia ser entendido como uma pessoa transmasculina, seguido dos comentários do médico e professor Napoleão Teixeira:

Tivemos a oportunidade de, atender uma moça homossexual [sic], de cuja longa auto-biografia, feita a nosso pedido, extraímos o trecho que se segue: *“Desde a mais tenra idade, tive inclinações masculinas: nas brincadeiras, gostava sempre de desempenhar o papel ativo. Quando cheguei à puberdade, gostava de pegar nas mãos de minhas colegas e beijá-las na boca. Ao ter a primeira menstruação, quase tive um colapso, de raiva. Quando os seios começaram a apontar, eu os comprimia, violentamente, com o corpinho; ficava envergonhada, só no vê-los. Nas escolas que frequentei, tratava em primeiro lugar, de captar amizade com a garota mais bonita; em tôdas as minhas tentativas, só fracassei uma vez.”* Tratava-se de uma criatura estranha. (...) Sempre se vestia com roupas amasculinadas, usava cabelos à la homme, sapatos grosseiros, não se pintava, fumava como um homem. Para “não dar o que falar”, teve namorados (...). Voltou-se para seus amores homossexuais; fez conquistas, muitas conquistas. (...) Sabia – não pode explicar como, mas sabia – quais as moças que aceitariam o seu amor; jamais se enganou. (...) De nós, queria apenas que a castrássemos, lhe dêssemos hormônios masculinos, que lhe mudássemos o sexo; **mostrando-lhe o impossível e o imoral disso**, rebelou-se; tornou-se nossa inimiga, jamais voltou a nos cumprimentar³¹⁴ (grifo meu).

Aqui, temos uma série de elementos para analisarmos. Em primeiro lugar, o relato autobiográfico do jovem, de quem não se conhece nome, idade ou cidade de origem.

311 Não há relação direta entre identidade de gênero, orientação sexual e infertilidade. Um casal de gays formado por um homem cisgênero fértil e um homem transgênero fértil pode procriar, por exemplo. Ver mais no artigo:

312 SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

313 Ibidem. SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil*. In Vron Ware (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

314 TEIXEIRA, Napoleão L. *Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal*. Curitiba, 1954. p.140 – 141

Tampouco não se pode aferir o quanto de seu relato autobiográfico é verossímil, havendo a possibilidade de ter sido editado, censurado ou mesmo inventado como convinha ao autor do manual. Nesta narrativa médico-jurídica, a pessoa trans perde o direito de ser; é reduzida à sua particularidade – a diversidade de gênero –, que ganha destaque sobre todos os outros aspectos de sua vida. Não sabemos de suas complexidades, nem de seu histórico – tratamento que não é dado aos outros sujeitos entendidos como transtornados pelo autor, estes, sim, com direito ao nome e à biografia.

Na sequência, temos as observações do autor sobre o “processo transexualizador”: tratava-se de um procedimento impossível e imoral, de seu ponto de vista. A imoralidade, nesse sentido, pode ser entendida por diversas vias.

Um deles remete à ética profissional: como consta no Código Penal Brasileiro (1940)³¹⁵, na seção que rege os crimes contra a saúde pública, exceder os limites traçados para o exercício médico no âmbito profissional implica uma infração legal, podendo o profissional denunciado responder à Lei Penal ou Civil. Tendo em vista que não havia então prescrição legal de meios oficiais de tratamento³¹⁶, sobretudo no que se referia às pessoas trans e gênero-diversas, os limites entre tratamentos lícitos e ilícitos ficavam nublados.

Dentro de um contexto em que a saúde sexual era voltada para a procriação cis-heteronormativa, qualquer procedimento que obstruísse essa finalidade – tal como a remoção parcial ou total do útero (histerectomia) ou ainda a constituição cirúrgica de uma vagina a partir do tecido peniano (vaginoplastia) – poderia ser enquadrado como lesão corporal grave e/ou exceção dos limites profissionais³¹⁷.

A suposta imoralidade do “processo transexualizador” também pode ser entendida à luz da perspectiva do próprio autor sobre o que seria a normalidade: é normal aquilo que 1 – é orientado por um ideal de pessoa, bem como um ideal de sociedade; 2 – é estatisticamente

315 FÁVERO, Flaminio. Código Penal Brasileiro Comentado: Crimes contra a saúde pública, crimes contra a paz pública. São Paulo: Saraiva, 1950. p.190

316 Ibidem.

317 Foi o que ocorreu com o médico Roberto Farina, em 1976, tendo-se descoberto que realizou uma cirurgia de redesignação sexual em Waldirene Nogueira.

comum; 3 – atua para a conservação da espécie. Mas se não há mecanismo censitário que possa aferir com precisão qual é a proporção de pessoas trans e gênero-diversas em relação à população cis, e se a transgeneridade não necessariamente está relacionada com infertilidade, depreendemos que, nesta relação entre médico e paciente, a **imoralidade** consistia na tentativa de infração ou desvio do que seria o ideal de pessoa e de sociedade previsto pelo mecanismo de saber-poder médico e jurídico e, muitas vezes, pelo próprio médico como figura de autoridade. A noção moral de normalidade social estava diretamente conectada com o diagnóstico da transgeneridade como desvio ou patologia. É o que vemos no manual de J. Alves Garcia, que enquadra a transgeneridade como uma psicopatologia sexual. Para o autor:

O que caracteriza a psicopatologia é a imaturidade ou anomalia dos instintos, de que derivam as reações emocionais e estéticas da personalidade, as quais se mostram **inadequadas aos estímulos e as exigências sociais**. O seu sintoma nuclear é esta **incapacidade de apreender pela experiência as normas da sociabilidade e bom senso**, ou ainda **de ajustar-se pela assimilação e pela correção** às modificações ou inovações ocorrentes no grupo comunal ou histórico em que deve actuar. Por vezes, **a única anomalia discernível é a inadaptabilidade do indivíduo às novas circunstâncias criadas**³¹⁸.

Curiosamente, o diagnóstico generalista de J. Alves Garcia poderia ser aplicado a ele mesmo: se o sintoma nuclear da psicopatologia é a incapacidade de se ajustar às inovações que ocorrem em seu grupo social e histórico, bem como a dificuldade de se adaptar às novas circunstâncias, como poderia explicar sua própria relutância em aceitar pessoas trans e gênero-diversas como sujeitos sociais legítimos em seu tempo presente?

Com isso, vemos que os protocolos jurídicos e médicos no que se referem às pessoas trans, travestis, não-binárias e gênero-diversas de modo geral, tais como prescritos pelas fontes analisadas, orientam-se no sentido de garantir a manutenção das normas de sociabilidade e a conservação da espécie dentro dos moldes cisnormativos, heterossexuais e monogâmicos. Qualquer arranjo que escapasse a este modelo poderia ser enquadrado como uma afronta ao ideal de pessoa cristalizado pelas tecnologias biopolíticas, sendo, portanto, passível de sofrer sanções sociais, jurídicas, médicas, entre outras. Mas que sanções seriam estas?

318 GARCIA, J. Alves. *Psicopatologia Forense*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958. p.178

Ao menos no que se refere ao campo da medicina, o tratamento da transgeneridade, na condição de patologia, estava associado à sua etimologia. Vemos em J. Alves Garcia e Napoleão L. Teixeira três hipóteses para as causas da transgeneridade, um fenômeno que, à sua época, era entendido tanto como uma questão de identidade de gênero quanto de orientação sexual:

Causas da transgeneridade para Richard von Krafft-Ebbing, Gregório Marañon e Sigmund Freud			
Autor	Richard von Krafft-Ebbing	Gregório Marañon (inspirado em Otto-Weininger)	Sigmund Freud
Hipótese	Explicação intelectualista ou educacional – A inversão sexual tem como origem a ação do meio e a educação, combinada às características biológicas. Após desenvolver as características psicossociais da personalidade, elas são inalteráveis.	Explicação endocrinológica – investiga traços de constituição intersexual que explicariam a “inversão sexual”, como menor/maior quantidade de determinados hormônios, etc.	A explicação psicogenética – a libido se fixa em estágios infantis ou puberais da evolução.

Ou seja, não havia um único protocolo médico para o tratamento da transgeneridade, então entendida como patologia, como inversão sexual ou mesmo como um tipo de psicopatia. Os tratamentos possíveis envolviam: educação moral³¹⁹; tratamento hormonal e/ou intervenções cirúrgicas³²⁰; tratamento terapêutico³²¹; internação em instituições psiquiátricas; entre outras possibilidades.

Vejamos também o que diziam as leis brasileiras sobre este assunto. É importante lembrar que, antes de 1950, os fenômenos que hoje entendemos por “transgeneridade” e “homossexualidade” eram frequentemente entendidos a partir de um mesmo conceito. O historiador James Green explica: “Nascidos com genitais masculinos [sic] mas sexualmente

319 CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

320 BENJAMIN, Harry. *Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes*. *American journal of psychotherapy* 8:2 1954 Apr pg 219-30. HISCHELD, Magnus. *Transvestites: The Erotic Drive to Cross Dress*. Traduzido por Michael A. Lombardi-Nash. Buffalo, NY: Prometheus Books, 1991.

321 *Ibidem*.

atraídos por outros homens, alguns pensavam que sua essência, alma, espírito, ou pensamento eram, na verdade, femininos, e estavam encarcerados erroneamente num corpo masculino”³²².

Assim, no período analisado e dentro de uma perspectiva binária, colonial, cisnormativa e cristã, não se fazia distinção entre orientação sexual e identidade de gênero, pois a cisgeneridade binária tinha a heteronormatividade como fundamento. Em outras palavras, não ser heterossexual era equivalente a não ser homem/mulher “de verdade”, tendo em vista que homem e mulher eram as duas únicas categorias jurídicas possíveis. Portanto, tomarei como referência nesta análise também as leis brasileiras que se referem às relações entre pessoas de “mesmo sexo”, entendendo que muitas vezes sua aplicação se estendeu às pessoas que hoje poderiam ser identificadas como transgêneras.

Na teoria, nenhuma das três versões do Código Penal brasileiro criminalizou a transgeneridade em si. Entretanto, a polícia brasileira dispunha de inúmeros mecanismos para conter e controlar a circulação de pessoas trans, travestis, transexuais e gênero-diversas, bem como qualquer outra pessoa que escapasse aos códigos morais da cis-heteronormatividade racista e colonial.

Durante o Brasil colonial, a homossexualidade – então associada ao pecado da sodomia – era considerada pela legislação portuguesa e pelo Tribunal do Santo Ofício como uma ofensa sujeita ao confisco da propriedade das pessoas acusadas, ao açoite público e/ou à fogueira. As pessoas que não fossem sentenciadas à morte também poderiam ser enviadas para exercer trabalho pesado nos navios da realeza ou para o exílio na África ou Índia. Entre 1587 e 1794, foram registradas 4,419 denúncias, incluindo suspeitas e confissões diretas³²³.

Apesar de esses casos estarem supostamente sujeitos à jurisdição da Inquisição portuguesa, tendo em vista que o próprio Direito Canônico da Igreja Católica não autorizava missionários a condenar à morte suspeitos de sodomia, também há registros de punições arbitrárias a pessoas gênero-diversas durante o Brasil colônia.

322 GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX / James N. Green; tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.136

323 Ibidem. p.55

Foi o caso de Tibira, uma pessoa da etnia tupinambá condenada à prisão, tortura e execução pelo missionário francês Yves d'Évreux (1577-1632), da Ordem dos Capuchinhos, no ano de 1614, no território que hoje é conhecido como Maranhão³²⁴. Tibira, cuja expressão de gênero e orientação sexual não correspondiam aos códigos morais dos missionários, foi amarrado à boca de um canhão e assassinado sob o pretexto de “purificar a terra do abominável pecado da sodomia” naquilo que pode ser considerado o primeiro assassinato homo-transfóbico do Brasil.

Em 1830, Dom Pedro I assinou o Código Penal Imperial, em que já não havia menção ao crime de sodomia. Contudo, na seção de “Offensas da religião, da moral, e bons costumes”, havia o crime previsto no artigo 280: “Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar publico”³²⁵. Este artigo permitia à polícia a determinação do que seriam os atos públicos de indecência, além de abrir brechas para que exigisse dinheiro das pessoas ameaçadas com prisão ou detenção³²⁶.

No segundo Código Penal Brasileiro, assinado em 1890, também havia menção ao crime de atentado público ao pudor, caracterizado no artigo 282 como “Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade”, crime passível de prisão por um a seis meses³²⁷. Na prática, este artigo permitia que se punissem quaisquer manifestações públicas que fossem consideradas inapropriadas pela moral vigente.

Além disso, o artigo 379 tornava crime a prática de “Usar de nome supposto, trocado ou mudado, de titulo, distinctivo, uniforme ou condecoração que não tenha; Usurpar titulo de

324 TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7a ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

325 BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Imperio do Brazil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm

326 GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX / James N. Green; tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.57

327 BRASIL. Decreto-Lei 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

nobreza, ou braço de armas que não tenha; Disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios do seu, e trazel-os publicamente para enganar”. Este crime previa prisão de 15 a 60 dias³²⁸. Trata-se da tentativa mais explícita de criminalização de pessoas trans, travestis, transexuais e gênero-diversas que se pode verificar em todas as três versões do Código Penal Brasileiro.

Vê-se, aqui, a transgeneridade associada com a ideia de “enganação” e “falsidade ideológica”, que ainda perdura nos dias atuais. Como apontou James Green, apesar de a prática de travestir-se ser bastante comum no carnaval brasileiro – portanto relativamente permitida nesta data –, este artigo do Código Penal era utilizado para enquadrar criminalmente pessoas trans no resto do ano³²⁹.

Observemos o terceiro Código Penal brasileiro, criado em 7 de dezembro de 1940³³⁰ pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. Esta versão do Código Penal, vigente até a atualidade, não faz menção aos crimes de “disfarçismo” e “uso de trajas impróprios”, como fazia a segunda edição. Além disso, a seção de “crimes contra os costumes” versa sobre os crimes sexuais como estupro, atentado ao pudor e corrupção de menores, mas não há menção a ofensas morais e aos bons costumes.

Tendo em vista que pessoas gênero-diversas eram frequentemente entendidas como impostoras sob disfarce, algumas brechas para a criminalização de pessoas trans, travestis e não-binárias no Código Penal de 1942 seriam:

Falsidade ideológica – Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o

328 BRASIL. Decreto-Lei 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

329 GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX / James N. Green; tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

330 Este decreto só entrou em vigor em 1942.

documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular³³¹.

Figura 15: Pessoa transfeminina na década de 1950, Brasil. Imagem retirada do livro de J. Alves Garcia. A tarja preta foi inserida por mim. De acordo com o autor, a pessoa da foto – cujo nome não se conhece – tinha carteira profissional de mulher e estava noiva, na década de 1950, no Rio de Janeiro. Não se revela como ela conseguiu os documentos, nem nada sobre sua vida. Também nota-se que o autor entende pessoas trans como "psicopatas homossexuais".



Falsa identidade – Art. 307 – Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena –

331 BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave³³².

Sabendo que viver sob uma identidade diferente do que constava nos documentos oficiais, inclusive por proveito próprio, poderia ser enquadrado como falsidade ideológica pelo artigo 307 do Código Penal; e sabendo que a falsificação de documentos pessoais era uma das estratégias utilizadas por pessoas trans do passado que queriam viver de acordo com sua identidade de gênero antes que a retificação de sexo jurídico fosse possível no Brasil – conforme vemos na figura 16 –, percebe-se que pessoas trans e gênero-diversas estavam encerradas em uma armadilha jurídica.

Ainda que ser trans não fosse explicitamente criminalizado no Código Penal, um importante ponto da experiência trans o era, nomeadamente assumir uma outra identidade de gênero para além daquela que foi atribuída a si ao nascer, podendo ou não assumir outro nome, podendo ou não incluí-lo nos documentos civis, seja por vias legais ou não. Em outras palavras, se a jurisdição vigente permitia apenas o registro de pessoas sob o sexo feminino ou masculino, mas não permitia a retificação do sexo jurídico e criminalizava o ato de assumir para si uma outra identidade, podemos afirmar que, na prática, esta jurisdição tomava a cisgeneridade como a única alternativa legal.

É por isso que casos como o de Mário da Silva, narrado no primeiro capítulo desta pesquisa, e ainda as experiências de vida de tantas outras pessoas que sequer tiveram direito a nome nos manuais de criminologia, são simultaneamente problemas de ordem médica e legal.

São problemas de ordem médica, pois desestabilizam a cisnormatividade, entendida aqui como o construto político-ideológico que considera que 1 – só existem dois “sexos biológicos” na espécie humana (homem e mulher); 2 – que esta divisão binária é fisicamente

332 BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

verificável a partir de critérios objetivos; 3 – que a identidade de gênero do sujeito será sempre permanente e dará coesão a toda a sua trajetória de vida³³³.

E são problemas de ordem legal porque escapam às regulamentações fundamentadas na divisão binária e cisnormativa de gênero, porque propõem trajetórias de vida menos lineares, porque muitas vezes pessoas trans utilizam estrategicamente as brechas da própria legislação para seguirem existindo. Assim foi a experiência de João Nery, transexual brasileiro que, ao final da década de 1970, foi ao cartório alegando que não tinha documento algum, conseguindo então um registro civil do sexo masculino. “Passei trinta anos me escondendo da polícia – afinal tinha dois CPFs –, até meu ‘crime’ prescrever”, ele conta³³⁴.

Temos, por um lado, a transgeneridade entendida como patologia pelo campo da medicina, sobretudo por discursos hegemônicos da sexologia e psiquiatria da década de 1950, no Brasil; e temos, por outro lado, a transgeneridade passível de ser enquadrada como crime de falsidade ideológica pelo Código Penal brasileiro, assentado sobre a divisão cis binária de gênero. Resta-nos então o questionamento: como medicina e direito se articulavam, na condição de campos biopolíticos, quanto à aplicação de sanções aos corpos trans, travestis e não-binários?

Lembremos que a medicina e o direito, como duas estruturas de saber-poder, não estão à parte da lógica colonial, racista e cisnormativa de hierarquização de vidas mais e menos dignas de viver. Saúde pública e segurança pública são mecanismos biopolíticos voltados para o gerenciamento dos processos vitais das populações.

Segundo a intelectual Carla Akotirene, direito e medicina são ideologias racializantes cujo fundamento político é o controle dos doentes e criminosos. Dessa forma, pessoas negras e indígenas com dependência química são criminalizadas e encarceradas sem laudo médico,

333 VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

334 NERY, João. A viagem solitária. São Paulo: Leya, 2018.

quando deveriam receber atenção na área da saúde. Pessoas brancas, por sua vez, tendem a ser poupadas por laudos de (in)sanidade mental³³⁵.

Legislação Brasileira referente às pessoas trans, travestis e gênero-diversas até 1959	
Brasil colônia, sujeito à legislação portuguesa	A homossexualidade era tida como uma ofensa sujeita ao confisco da propriedade das pessoas acusadas, ao açoite público e/ou à fogueira. As pessoas que não fossem sentenciadas à morte também poderiam ser enviadas para exercer trabalho pesado nos navios da realza ou para o exílio. Compreendo que a homossexualidade e a transgeneridade são fenômenos de ordem distinta. Porém, antes de 1950, estes conceitos eram frequentemente vistos como sendo o mesmo, por isso incluo nesta tabela artigos específicos sobre homossexualidade.
Código Penal Imperial (1830)	“Offensas da religião, da moral, e bons costumes”, crime previsto no artigo 280: “Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar publico”. Este artigo permitia à polícia a determinação do que seriam os atos públicos de indecência, além de abrir brechas para que exigisse dinheiro das pessoas ameaçadas com prisão ou detenção.
Segundo Código Penal (1890)	Artigo 282: “Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade”, crime passível de prisão por um a seis meses. Na prática, este artigo permitia que se punissem quaisquer maifestações públicas que fossem consideradas inapropriadas pela moral vigente. Artigo 379: “Usar de nome supposto, trocado ou mudado, de titulo, distinctivo, uniforme ou condecoração que não tenha; Usurpar titulo de nobreza, ou brazão de armas que não tenha; Disfarçar o sexo, tomando trajos improprios do seu, e trazel-os publicamente para enganar”. Este crime previa prisão de 15 a 60 dias. É a tentativa mais explícita de criminalização de pessoas trans, travestis, transexuais e gênero-diversas que se pode verificar em todas as três versões do Código Penal Brasileiro.
Terceiro Código Penal (1942 – dias atuais)	Art. 307 - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave. Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

335 AKOTIRENE, Carla. Reflexões sobre racismo, medicina e direito compartilhadas em suas redes sociais, em 11/08/2020.

Essas reflexões nos oferecem pistas para entender a dinâmica dos laudos médicos e sentenças jurídicas no caso de pessoas trans e gênero-diversas no Brasil, de 1949-1959. Aqui, a racialização – e o racismo como violência individual, institucional e estrutural³³⁶ – funcionam como critério definidor para entender os distanciamentos e aproximações entre a figura do criminoso e a figura do doente.

Embora não possamos aferir a identidade étnico-racial de Mário da Silva a partir da matéria publicada na revista “O Cruzeiro”, em 21 de Janeiro de 1959, não podemos ignorar que a forma como sua história foi narrada é perpassada inteiramente por questões étnico-raciais e de classe. Se, como apontou Akotirene, pessoas não-brancas tendem a ser encarceradas sem laudo médico, mesmo quando necessitam amparo da área da saúde, podemos inferir que a patologização da transgeneridade provavelmente não incidiu tanto sobre os corpos trans e gênero-diversos não-brancos quanto o racismo, firme fundamento das instituições brasileiras.

Se deixo muitas brechas nesse percurso final da pesquisa é porque não pretendi e nem pretendo esgotar esta discussão, considerando que a transgeneridade, a patologização e a criminalização das diversidades de gênero são temas amplos e que ainda carecem de muitas pesquisas, sobretudo na área da história. Mas penso que um campo de investigação necessário seria este: como a patologização e o encarceramento de pessoas trans, travestis e não-binárias no Brasil se relacionam com o racismo e com a branquitude cisgênera como modelo de corporalidade hegemônico?

4.1.3 BREVES PALAVRAS SOBRE MODIFICAÇÃO CORPORAL

Ser trans não é sobre ter nascido “no corpo errado”, como ainda se replica muito nos meios de comunicação e nas obras de ficção sobre pessoas trans. Também não é necessariamente sobre querer fazer intervenções cirúrgicas ou hormonais no próprio corpo.

336 ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Mas se, como vimos até aqui, a transgeneridade não tem como base ontológica o desejo de modificar o próprio corpo – reconhecendo, ainda, o legado histórico da patologização das identidades trans quanto a este assunto –, não podemos negar que as modificações corporais têm grande relevância para a história da comunidade trans.

É a partir desta perspectiva que eu gostaria de refletir sobre as modificações corporais: não como um fundamento da transgeneridade, mas como uma prática que pode estar presente na vida de uma pessoa trans, e que pode lhe trazer ou não satisfação em relação ao seu próprio corpo.

Sabemos que, entre 1946 e 1949, o médico Harold Gillies realizou a primeira cirurgia de faloplastia no Reino Unido em Michael Dillon – primeira pessoa trans a tomar testosterona como parte do processo de masculinização³³⁷. Em 1952, Christine Jorgensen fez uma cirurgia de redesignação sexual que foi amplamente divulgada nos meios de comunicação internacionais. E em 1959, o médico José Eliomar da Silveira, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com curso de cirurgia em Buenos Aires, realizou duas cirurgias estéticas em Mário da Silva, no que talvez tenha sido a primeira cirurgia de redesignação sexual documentada no Brasil.

Também sabemos que os procedimentos cirúrgicos desenvolvidos para tratar feridas e amputações de membro decorrentes da Primeira Guerra Mundial, bem como as técnicas de reconstrução de pele inventadas para o tratamento das vítimas da bomba nuclear, foram transformadas em procedimentos estéticos nas décadas de 1950 e 1960³³⁸. Mas se procedimentos estéticos como a retirada de seios e a cirurgias de redesignação sexual passaram a ser relativamente acessíveis para a população a partir dos anos 1950, isso se deu sobretudo nos países do norte global. Tendo em vista a marginalidade social e econômica que frequentemente ocupavam muitas pessoas trans e gênero-diversas no Brasil, esses tipos

337 PRECIADO, P. B. *Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

338 *Ibidem*. p.34. MONESTIER, Martin. *Les geules cassues. Les medecins de l'impossible 1914-18*. Paris: Cherche Midi, 2009.

procedimentos estéticos seriam, via de regra, inacessíveis – a não ser que fossem realizados de maneira artesanal e/ou clandestina.

Napoleão Teixeira relata que não era incomum o uso de injeções de parafina, aparelhos de sucção e sutiãs com enchimentos entre as pessoas que hoje entenderíamos como travestis e mulheres trans para conseguir seios grandes. Também relata a amputação de seios entre indivíduos que hoje entenderíamos como homens trans e pessoas transmasculinas, embora não dê detalhes dos procedimentos utilizados por eles³³⁹.

Além disso, as pessoas trans do passado também lançavam mão de outras estratégias estéticas para além das intervenções cirúrgicas: uso de perucas, maquiagem, brincos e vestuário associado com as mulheres cis entre as pessoas transfemininas; uso de chapéus, sapatos grandes – os famosos “sapatões”, que posteriormente passaram a nomear identidades de gênero, binárias ou não, e simbolizar a identidade lésbica –, faixas para achatar os seios, objetos para dar volume nas calças, uso de paletós e isqueiros para acender cigarros, pois fumar era tido como hábito masculino³⁴⁰.

Dessa forma, mais do que intervenções cirúrgicas balizadas por profissionais da medicina, pessoas trans brasileiras comumente empregavam tecnologias artesanais para modificar o próprio corpo e expressão de gênero. Eram, em outras palavras, processos artesanais de criação de si.

Contudo, também havia pessoas trans que buscavam modificações corporais como hormonização e cirurgias de redesignação sexual por vias institucionais. Mas tendo em vista o artigo Art. 129 do Código Penal brasileiro (1942), que tipifica como lesão corporal o ato de “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”, e como lesão corporal grave o mesmo ato, caso resulte em “Debilidade permanente de membro, sentido ou função”, não seria surpreendente que a/o profissional de saúde fosse condenada de três meses a oito anos de prisão por ter realizado intervenção cirúrgica em uma pessoa trans.

339 TEIXEIRA, Napoleão L. Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal. Curitiba, 1954. p.143

340 Ibidem.

Isso porque, como vimos, tanto os discursos médico-biológicos quanto os discursos jurídicos hegemônicos no recorte temporal analisado entendiam a normalidade de sexo/gênero como tendo finalidade reprodutiva, dentro de um modelo heterossexual, cisnormativo e racista de procriação da espécie. Assim, é bem provável que procedimentos como este tenham sido realizados de maneira clandestina, o que nos dificulta o acesso a registros históricos de sua execução, caso tenham existido algum dia.

Se faço esse percurso sobre a história das modificações corporais na comunidade trans, ainda que brevemente, é porque creio que seria inadequado cair em uma negatização das intervenções corporais, associando-as necessariamente ao paradigma patologizante.

É verdade que pessoas trans, travestis e não-binárias foram diagnosticadas como transtornadas, doentes e desequilibradas por discursos médicos, sendo assim passíveis de sofrer tratamentos consentidos e não-consentidos, cuja finalidade era “alinhar” seus corpos e identidades às normas morais vigentes. Mas também é verdade que pessoas trans, travestis e não-binárias utilizaram e utilizam técnicas de modificação corporal, tratamento psicoterapêutico e tecnologias artesanais para a criação e o entendimento de si mesmas no mundo.

A história das modificações corporais está relacionada com a história das identidades trans no discurso científico, mas a polarização reducionista entre bom/ruim não seria produtiva para nós. Longe de serem a base ontológica do que significa ser trans, as modificações corporais devem ser entendidas como estratégias legítimas e possíveis para completar, por iniciativa própria, um corpo insuficiente para encarnar a identidade pessoal³⁴¹.

4.2 COMO SE FAZ UM CORPO? NOTAS SOBRE A TRANSGENERIDADE COMO UMA ÉTICA DE EXISTÊNCIA

A transgeneridade foi historicamente associada com tristeza, sofrimento e moléstia desde a sua oficialização como categoria diagnóstica. Por décadas a fio, a partir da publicação

341 LE BRETON, David. Adeus ao corpo. Antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2013.

do artigo fundador de David Cauldwell³⁴², em 1949, foi também conhecida como incongruência de gênero, transexualismo ou disforia de gênero. Dis-fo-ri-a, palavra derivada do grego *dysphoría*, que, no dicionário, apresenta dois sentidos:

1 – Instabilidade do humor acompanhada de mal-estar, inquietude e frequentemente reações coléricas;

2 – Inadequação da pessoa com relação ao seu sexo, podendo acarretar depressão profunda e outros transtornos de ordem psicossocial; inclui o transexualismo [sic], o travestismo [sic] e situações de hermafroditismo e de intersexo³⁴³.

Em outras palavras, a transgeneridade foi historicamente associada com a ideia de sofrimento, seja este o sofrimento de uma pessoa em relação a sua própria identidade de gênero e corporalidade, ou ainda o sofrimento de todo um coletivo social, cuja normalidade saudável – digamos, a heteronormatividade monogâmica cissupremacista – foi “infectada” por indivíduos desajustados.

Se as classificações etimológicas e científicas não nos convencem disso, olhemos então para as referências da ficção ocidental hegemônica às pessoas trans, ao longo do século XX e começo do século XXI. Os personagens trans de filmes baseados em fatos, como *Meninos não Choram* (1999), *Clube de Compras Dallas* (2014) e *A garota Dinamarquesa* (2015), em geral são retratados como figuras melancólicas, cujo futuro consiste inevitavelmente em adoecimento, violência transfóbica, repressão policial, injustiça social e morte.

No clássico da literatura brasileira, “Grande Sertão: Veredas” (1956), de Guimarães Rosa, o personagem Diadorim, identificado desde o princípio da história como homem, perde o direito à sua identidade de gênero após a morte. Esta é, aliás, uma leitura cis-centrada recorrente que se faz sobre o personagem, frequentemente interpretado como “um avatar da

342 CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

343 Retirado do dicionário online de língua portuguesa Michaelis.

donzela guerreira e feminista”³⁴⁴. Ao final do enredo, o homem que foi Diadorim é resumido ao corpo de uma mulher morta, nua, com seu nome de registro exposto. A conclusão: Diadorim sempre havia sido uma mulher oculta pelas vestimentas de homem, “a pobrezinha”.

A ficção de “Grande Sertão: Veredas” nos comunica que a verdade do gênero, dentro de uma concepção cis-centrada de sexo/gênero, será sempre a verdade do corpo nu. Não há espaço para corpos trans no mundo da ficção. E também não há, de qualquer maneira, a possibilidade de vidas felizes para personagens trans no mundo da ficção.

Essas ficções não devem ser lidas como inocentes. Como nos lembra Mombaça, o poder opera por ficções que não são apenas textuais, abstratas, descarnadas, mas também ficções que estão engajadas materialmente na construção do mundo³⁴⁵. As ficções ajudam a produzir mundos porque “não podemos produzir o que não podemos imaginar”³⁴⁶.

Daí decorre que mesmo as ficções aparentemente críticas ao sistema biopolítico podem operar, de maneira contraditória, na atualização desses mesmos sistemas³⁴⁷. Basta observarmos todo o universo de histórias – filmes, livros, revistas em quadrinhos – que propõem um olhar desconstruído sobre a transgeneridade, mas acabam estreitando ainda mais o vínculo entre transgeneridade e violência, sofrimento e morte.

Não me entendam mal: com isso, não desejo argumentar que toda associação da transgeneridade com violência, sofrimento e morte é necessariamente contraprodutiva. Apenas insisto que, se as ficções têm o poder material de construir mundos, é também importante imaginar ficções que deem conta de corpos trans em toda a sua potência de vida, de seus amores, de suas euforias e desejos mais profundos. É preciso construir um mundo em que os futuros trans não sejam sempre presumidos como uma tragédia anunciada.

344 TIBURI, Marcia. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. Rev. Estud. Fem. vol.21 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2013

345 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017.

346 Ibidem.

347 Ibidem.

4.3 PARA NÓS, NÃO HÁ FINAIS FELIZES

Meu corpo transmasculino, pansexual, hormonizado via testosterona sintética, branco, magro, sem deficiência, tatuado, jovem, entra em uma secretaria numa tarde ensolarada qualquer.

– Boa tarde, no que posso ajudar?

– Oi, Roberto. A questão é a seguinte... – e eu sigo contando a Roberto que o uso do meu nome de batismo no sistema da instituição vem me causando problemas. Que eu sou trans e que, valendo-me da nova legislação brasileira, optei por inserir o nome social no cadastro de pessoa física. Que precisava de seu auxílio para retificar esta informação naquele sistema também.

– Desculpa, não entendi. Tu é o quê? - Roberto pergunta.

– Eu sou trans.

Vejo a compreensão se concretizar pelo olhar de Roberto – Ah, sim. Sim. E tu quer colocar o outro nome aqui no sistema, é isso?

– Isso.

Ele me atende prontamente. Entendam, Roberto não é uma pessoa mal-intencionada. Na verdade, me trata com muita simpatia e se esforça para me acolher da melhor maneira que consegue. O problema são as ficções que Roberto toma como referência sobre a minha vida, tendo me conhecido há poucos minutos.

– Sabe, eu tenho um primo que é que nem você. Quer dizer, agora ele é uma prima. É que ele nasceu homem e virou mulher, então ainda tô me acostumando a tratar ele assim, como “ela”. Não tenho nada contra, viu. Na minha vida, não tenho preconceito com ninguém, seja gay, negro, trans, o que for. Trato com muito respeito. Mas as outras pessoas não são assim. As pessoas são maldosas com quem é diferente, né?

Eu concordo.

– As outras pessoas são muito ruins, eu já vi de tudo. Vão te maltratar, te julgar e te expulsar dos lugares. Vão ser cruéis, mesmo. Eu vejo pelo meu primo, quer dizer, prima. Ela sofre muito. Tua família não vai gostar nada quando ficar sabendo. E a tua mãe, ela já sabe?

– Na verdade, a minha mãe...

– Tu provavelmente nunca vai conseguir emprego, viu? – Roberto segue falando por cima de mim. – E sair na rua de dia é perigoso. Mas de noite também. Acaba que um trans tem que viver meio escondido, né? Não consegue se abrir pro mundo.

– Olha, eu...

– Às vezes é difícil até de achar lugar pra morar – Roberto continua – porque quem é que vai alugar casa pra um trans? Eu não sou assim. Mas tem muita pessoa ruim aí no mundo que vai agir diferente.

Eventualmente eu percebo que ele não está me ouvindo. Sinto necessidade de provar para Roberto que minha vida como pessoa trans pode, sim, ter seus momentos de alegria, apesar das injustiças sociais. Que há pessoas que amo, que me amam e que nem tudo é tragédia. Mas Roberto parece que não quer acreditar nisso. Para ele, o único futuro possível para mim traz violência, dor e morte.

Percebo que estou enredado em uma pergunta de duas vias: será que as vidas de pessoas trans são assim tão previsíveis? Ou será que não conseguimos imaginá-las como sendo de outra forma?

4.4 NÃO EXISTE INOCÊNCIA NA FICÇÃO COLONIAL

O fato é que, ao longo dos últimos 2 mil anos, construiu-se um jeito de habitar o mundo que foi condensado na ideia de humanidade. Em termos acadêmicos, eu poderia chamar isso de ontologia massificadora do ser, ou de ontologia da mesmidade. Mas podemos também pensar nesse processo como uma antiga disputa política para definir quem é gente e quem não é. E quais são os jeitos mais corretos de ser gente.

Houve muitos projetos de sociedade nesses últimos 2 mil anos, todos muito diversos entre si. Aqui, gostaria de olhar especificamente para os projetos civilizacionais instaurados pela colonização europeia nas Américas, a partir do século XVI. Pensemos: como será que a ideia de humano influenciou estes projetos coloniais?

Historiadoras/es mais tradicionais talvez me acusem de anacronismo, visto que, de acordo com as interpretações historiográficas mais creditadas, o conceito de humano só foi consolidado com o Iluminismo europeu. Mas vejam, existiam múltiplas cosmologias antes, durante e depois do Iluminismo europeu; conseqüentemente, havia muitas outras formas de entender o que é ser gente. Na ocasião da colonização portuguesa no Brasil, gente era quem tinha alma católica³⁴⁸. Todos os restantes eram gentios. Como disse o intelectual indígena Ailton Krenak:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para esta luz incrível. Este chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história³⁴⁹.

É sobre este jeito certo de estar na Terra que eu gostaria de falar. Pois estamos lidando com projetos civilizacionais que suprimem a diversidade, a possibilidade de múltiplas ficções de mundo. Estamos falando sobre projetos civilizacionais que tentam estabelecer um jeito certo de construir famílias e laços afetivos, de interpretar gêneros, de fazer sexo e organizar a comunidade. Esta abstração civilizatória é absurda porque “nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo”³⁵⁰.

Nas sociedades ocidentais de herança colonialista e tradição cultural judaico-cristã como o Brasil, costuma haver uma concepção de mundo que entende o gênero como algo universal, binário (macho e fêmea) e atemporal³⁵¹. E esta ideia de gênero como um fato natural, portanto inegável, entendido apenas em termos binários, está vinculada a modelos

348 KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

349 Ibidem. p.8

350 Ibidem. p.12

351 JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____ . Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

supremacistas de quem é gente e quem não é – a tal ontologia massificadora do ser. Só pode ser “humano” quem é gente do jeito certo, do jeito branco-cis-hétero de ser.

O binarismo de gênero ocupou uma posição privilegiada na regulação social dos corpos dentro desse projeto civilizatório colonial específico, bem como o racismo, o etnocídio e a heteronormatividade³⁵². Podemos afirmar que o racismo, o etnocídio e a cis-heteronormatividade foram o tripé da dominação colonial nas Américas.

Foi a partir da classificação racial e étnica colonial que se criaram as categorias “negro”, “índio”, “mestiço”, “branco”, entre outras. Longe de serem apenas categorias abstratas, essas classificações trazem consigo modelos, ficções e epistemes de mundo mais e menos legítimos. Além disso, o racismo e o etnocídio se imbricam de maneira particular na dominação colonial brasileira quando se constata que as pessoas colonizadas não eram homens nem mulheres diante da ótica colonial, porque não eram sequer consideradas humanas³⁵³.

Chamamos isto de colonialidade do ser³⁵⁴, ou seja, a negação da humanidade às populações – sobretudo indígenas e negras – vistas como um obstáculo para o projeto civilizacional. É por meio da negação de humanidade que se “justifica” a escravização desses povos, sua expropriação, silenciamento e morte.

Como nos mostra a intelectual guarani Geni Núñez, “humano” tornou-se exemplo de ética e conduta para a autoestima branca colonial. Tudo aquilo que é vinculado com a desumanização é ruim; tudo o que é associado com a humanização é bom. E esta hierarquia entre humano-animal é parte fundamental da construção de outras hierarquias mesmo dentro daquilo que se entende como humano: por exemplo, pessoas animalizadas e pessoas humanizadas³⁵⁵. Esta hierarquia dicotômica entre humano e não-humano é central para a perspectiva colonial³⁵⁶.

352 LUGONEZ, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014.

353 Ibidem.

354 MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

355 NÚÑEZ, Geni. Humano, desumano: invenções coloniais. Texto publicado em suas redes sociais, no dia 24/01/2020.

356 LUGONEZ, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014.

Sob uma ótica biopolítica, reduzir a vida política (bios) à vida nua (zoé) é transformar uma pessoa em vida matável³⁵⁷. É o que aponta Ailton Krenak quando afirma que o conceito de humanidade nos alienou da natureza, de modo que pensamos que ela é uma coisa e nós, outra³⁵⁸. Quando descolamos a humanidade da natureza, instauramos uma hierarquia de vidas mais e menos importantes. Quanto mais semelhantes ao que nós consideramos “humano”, maior a importância na escala hierárquica da vida; quanto mais afastada do que consideramos “humano”, maior o seu grau de dispensabilidade. Diz Krenak: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”³⁵⁹.

A ideia de que a entidade “eu” (a consciência, o self) é apartada da entidade “natureza” (o cosmos, o todo) foi a base do processo colonizatório³⁶⁰. Dentro dessa lógica, a natureza existe para usufruto dos seres humanos; estes, por sua vez, podem utilizar todos os recursos necessários para garantir a própria existência. O filósofo sul-africano Mogobe Ramose chama isto de “deontologia naturalista da auto-preservação”.

Para Ramose, a lógica de auto-preservação sustentou a ideia de que os povos originários representavam uma ameaça à vida dos colonizadores. Achille Mbembe também segue esta linha ao teorizar a necropolítica³⁶¹: desde o marco colonial, a existência do outro foi vista como um atentado imaginado à vida dos corpos hegemônicos. Aqui, o Outro foi percebido como um agente de morte – morte de uma concepção de mundo, de um projeto civilizacional, de um jeito mais apropriado de ser gente.

Dentro dessa lógica, este Outro deveria ser eliminado, reduzido à categoria de não-humano. É por meio da eliminação do Outro – seja através do genocídio (morte literal) ou etnocídio (morte simbólica) – que o colonizador reafirma a sua posição como centro do mundo e a hegemonia de sua vontade de viver.

Mas a vontade de viver não era exclusividade dos colonizadores, visto que os povos originários também a possuíam. No entanto, estes discordavam da concepção de “eu” como

357 AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

358 KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

359 Ibidem.

360 RAMOSE, M. B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos, Volume IV - outubro/2011p.8

361 MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

apartado da “natureza”, do indivíduo como centro do mundo. Dentro dessa perspectiva, o Outro não representava a ameaça de morte, mas um convite para a vida³⁶². Ativistas indígenas vêm nos mostrando que, para muitos povos originários, a noção de parentalidade não se dá a partir de um ponto de vista narcísico: parentes são também os rios, os mares, o ar, gente humana e não-humana³⁶³.

Trata-se, portanto, de um embate entre projetos de mundo que são inerentemente xenofóbicos – ou seja, aversivos ao que é estranho, forasteiro, diferente – e projetos de mundo que são inerentemente xenofílicos – isto é, que entendem a alteridade e a diferença como partes fundamentais da vida social³⁶⁴.

É importante notarmos que estão em jogo ao menos dois conceitos de diferença: 1 – a diferença recíproca; 2 – a diferença colonial. Se a diferença recíproca não presume uma hierarquia inerente à diversidade, a diferença colonial discrimina através da violência³⁶⁵. Como pontua Grada Kilomba, uma pessoa não é discriminada por conta da sua diferença, é tornada diferente por conta da discriminação³⁶⁶.

Também se trata de um embate entre universalidade e pluriversalidade. Enquanto a universalidade se pretende hegemônica, igual em todo lugar, despida de suas particularidades, a pluriversalidade se afirma como multiplicidade, acolhendo as particularidades como base ontológica do que significa ser e estar vivo³⁶⁷.

Em outras palavras, a aversão ao Outro, aos diferentes modelos de mundo e às diferentes formas de ser gente é uma marca colonial de nossa cultura. Racismo e etnocídio podem ser entendidos como tecnologias biopolíticas de colonização do ser dentro do projeto

362 RAMOSE, M. B. Self-determination in Decolonization. In: TWINING, William (ed.) Issues of Self-Determination. Aberdeen University Press, 1991. p.26-28

363 Precisamos falar sobre o racismo. Live com Ailton Krenak, Maria Rita Kehl, Wlamyra Ribeiro Albuquerque, Jaqueline Kayowá e Casé Angatu. Realizada em 07/06/2020. Disponível em: [youtube.com/watch?v=9XZRaJK-IYc&ab_channel=PrecisamosFalarSobreoFascismo](https://www.youtube.com/watch?v=9XZRaJK-IYc&ab_channel=PrecisamosFalarSobreoFascismo)

364 PALHANO, Luck. Imaginando Trans: Narrativas culturais, imagéticas decoloniais e temporalidades dissidentes (palestra). 2019.

365 NÚÑEZ, Geni. Curso Branquitude e Etnocídio. Ministrado em 25/07/2020, através da plataforma Zoom.

366 KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Cobogó; 1ª Edição. 2019.

367 PALHANO, Luck. Imaginando Trans: Narrativas culturais, imagéticas decoloniais e temporalidades dissidentes (palestra). 2019.

civilizacional colonial que constituiu a nação brasileira. A cisnormatividade e o binarismo de gênero também.

E embora o período colonial brasileiro tenha se dissolvido em 1815, as mazelas coloniais reverberam na arquitetura de nossas cidades, na desigualdade social que tem gênero, raça e etnia, na precariedade do ensino público de qualidade, nos números da população carcerária brasileira, nos saberes que são legitimados em nossas universidades, na forma como constituímos nossas famílias, na forma como concebemos as identidades de gênero, entre outros aspectos da vida em sociedade.

O racismo e etnocídio seguem (talvez nem tanto) mascarados pelas pautas da guerra às drogas, da segurança pública e do encarceramento, sob a lógica da burocracia e da meritocracia, entre outras dinâmicas que ainda posicionam corpos não-brancos à margem do direito à vida.

Mas por que falo disso tudo? Porque gostaria de apontar que não há inocência nas ficções de mundo, sobretudo nestas ficções que enxergam apenas injustiça no futuro de pessoas não-cis, não-brancas e não-heterossexuais. Como vimos, a categoria de “humanidade” tem como fundamento alguns critérios de gênero e raça que são muito específicos, marcados por projetos civilizatórios coloniais e pela ideia de que existe um único jeito certo de ser gente – uma ontologia massificadora do ser.

E este jeito certo de ser gente traz consigo uma promessa: a promessa de ascensão social, da garantia de direitos básicos, de cidadania, de uma expectativa de vida mais longa, de uma vida alegre e amorosa às pessoas que conseguirem existir conforme o estabelecido. A todes nós que não nos encaixamos no modelo correto de gente humana, o futuro é amargo. No caminho adiante, encontraremos apenas violência, dor e morte. Ou é nisso que se espera que acreditemos.

4.5 TRANSGENERIDADE COMO UMA ÉTICA DA EUFORIA

Ética, para Espinoza e Deleuze, é a disciplina do que é bom para o meu corpo. É também aquilo que estimula as nossas potências e paixões alegres. É aquilo que nos conecta a mais corpos, inserindo-nos em redes de afinidades e alegrias³⁶⁸.

Tomo emprestada esta noção de ética para pensar a transgeneridade como uma ética de existência voltada para a euforia, para o ser-em-movimento, para o direito de auto-determinação – entendendo, desde já, que não há gêneros puros e originais, tampouco transgeneridades puras e originais. O que isso quer dizer?

Comecei este texto apontando para o fato de que a transgeneridade foi historicamente associada com tristeza, sofrimento e moléstia. Com a invenção das categorias diagnósticas de “travesti” e “transexual” no discurso científico, ao longo do século XX, a experiência da transgeneridade foi reduzida e diretamente ligada com sofrimento psíquico e/ou rejeição ao próprio corpo. Contudo, argumento que a concepção patologizante da transgeneridade – que reverbera até hoje na cultura ocidental capitalista – está fundamentada em um equívoco político, filosófico e epistemológico.

Ao associar transgeneridade – como experiência pessoal e coletiva, como identidade de gênero, como ética de existência – com sofrimento e tristeza, troca-se a causa pelo efeito e o algoz pela vítima. O que estes incontáveis estudos científicos falharam em perceber é que o sofrimento não é inerente à transgeneridade; ele é justamente um efeito das sanções sociais impostas pela cisnormatividade binária e heterocentrada aos corpos diversos.

O que estes estudos também falharam em perceber é que esta ontologia massificadora do ser – ser cis, ser hétero, ser monogâmico e constituir família de determinada maneira – limita as paixões alegres de inúmeros corpos, diversos em sua existência e constituição. E finalmente, estes estudos falharam ou preferiram não perceber que a ontologia massificadora

368 Ludditas Sexxxuales. Ética amatoria para un deseo libertario y las afectaciones libres y alegres. Buenos Aires: Milena Casarola, 2012.

do ser representa uma antiética, um mecanismo de obstrução das potências de vida de pessoas cis e trans.

Até aqui, vimos que o processo colonizatório que instaurou o que hoje conhecemos como nação brasileira implicava projetos civilizacionais, segundo os quais havia jeitos mais e menos apropriados de ser gente. A autoridade de decidir quais eram os jeitos mais apropriados de ser gente era garantida sobretudo através do racismo, etnocídio, epistemicídio, da expropriação, da escravização e do extermínio de povos com maneiras de agir e pensar entendidas como ameaçadoras e desestabilizadoras para os projetos civilizacionais em questão. Estes projetos civilizacionais eram inerentemente xenofóbicos, pois entendiam a figura do Outro como perigosa, inferior, indesejável.

Em contrapartida, houve e há outras cosmologias e perspectivas filosóficas que nos oferecem concepções de sociedade mais voltadas para a pluriversalidade e a xenofilia, isto é, que entendem a alteridade e a diferença recíproca como partes fundamentais da existência coletiva³⁶⁹. É esta concepção de ser gente que eu gostaria de adotar daqui em diante para falar de transgeneridade como ética de existência.

Esta é uma ética que rejeita a noção de sujeito cartesiano autônomo (“penso, logo existo”) que tem uma identidade inata ou essencial e que existe independentemente da linguagem. Do contrário, entende o movimento como o princípio do ser. Ser é estar em constante transformação, em um processo aberto de auto-determinação.

Esta ética também rejeita a centralidade do tempo cisgênero e de seus marcos biográficos, pois permite que se experimentem temporalidades alternativas, que se produzam outras cartografias e que se viva de acordo com marcos biográficos mais criativos, não-lineares e não-progressivos³⁷⁰.

369 Inspiro-me na filosofia Ubuntu, proposta pelo filósofo sul-africano Mogobe Ramose, e nos estudos de etnogeneridades, que conheci através do intelectual trans negro Luck Palhano. A estes intelectuais, demonstro imensa gratidão pela revolução epistemológica que promovem dentro e fora da academia.

370 Este é o caso das pessoas trans que iniciam a terapia hormonal na vida adulta ou na velhice, experimentando, assim, uma espécie de quebra na linearidade existencial tida como norma pela cisgeneridade.

Isso posto, eu arrisco pensar a transgeneridade como um posicionamento ético-filosófico que reconhece a fabricação do “eu” como um processo em aberto, não-linear, e que nega a ontologia massificadora da cis-heteronormatividade em busca de uma narrativa crítica de si.

Esta ontologia crítica de nós mesmos não deve ser vista como uma teoria, doutrina ou mesmo uma disciplina, mas como uma atitude pela qual a crítica do que nós somos é, a um só tempo, uma análise histórica e social dos limites que nos foram impostos e a tentativa de sua possível superação³⁷¹.

Mais do que apenas uma categoria identitária ou uma “pura e simples transgressão de condutas normatizadas (e estereotipadas) que configuram o dispositivo binário de gênero”³⁷², enxergo na transgeneridade uma ética de existência que questiona as expectativas de conformidade social – supostamente justificadas pelas leis divinas ou biológicas – que determinam os modos mais corretos, aseados e aceitáveis de se viver em sociedade.

Com isso, quero dizer que a transgeneridade extrapola as categorias identitárias e as classificações diagnósticas. Ela representa, também, um posicionamento ético de negação e questionamento dessa ontologia massificadora que estabelece e legitima institucionalmente os jeitos mais apropriados, limpos e corretos de ser gente.

Contudo, é evidente que a ética de existência não vem pronta ao assumir-se trans, pois ela é construída na prática. Dentro do campo político da transgeneridade é possível encontrar múltiplas formas de alinhamento, concessão, resistência e dissidência individuais ou coletivas às normas ocidentais binárias de sexo e gênero. Há uma pluriversalidade trans, em que a alteridade e a diferença são entendidas como partes fundamentais da existência coletiva.

É preciso evitar a hierarquização moral e colonial que estabelece que há formas mais corretas, aceitáveis e politicamente eficientes de ser trans, e formas menos verdadeiras, engajadas e legítimas de ser trans. Se há pessoas trans que replicam os modelos cisnormativos

371 FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: _____. Ditos e escritos II – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351.

372 LANZ, Leticia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.76

binários de sexo/gênero, é também porque estamos constantemente na mira das tecnologias biopolíticas de colonização do ser. Em outras palavras, a vida é mais confortável quando se existe conforme a norma.

Reside aí o grande privilégio cisgênero: ser cis parece confortável porque a cisgeneridade é um lugar social de privilégio. Abdicar da cisgeneridade implica necessariamente abdicar de uma série de privilégios sociais, bem como assumir-se trans é questionar diretamente algumas das estruturas coloniais que fundamentam a nossa sociedade.

Reivindico a transgeneridade como ética da euforia por conta de um desejo político de esperança. Aqui, o otimismo da vontade supera o pessimismo da razão³⁷³. Insistir em imaginar futuros habitáveis para pessoas trans e gênero-diversas é, também, um posicionamento político de afirmar que existo aqui e agora. Que sou um sujeito de meu próprio tempo histórico. Que existiram pessoas como eu no passado e que existirão pessoas como eu depois. Que é preciso construir imaginários antídotos para o ideário venenoso que ficou como legado da violência colonial³⁷⁴. E que, nesse caminho, não abduco da autonomia radical e intransferível de meu próprio corpo.

373 HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

374 SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma pesquisa historiográfica a partir de uma perspectiva transcetrada é deparar-se com alguns obstáculos de ordem sistêmica. Em primeiro lugar, devido à polissemia e atualidade do termo “transgênero”, é preciso buscar experiências que hoje poderiam ser consideradas como transgeneridade em vocabulários disponíveis no passado, como “inversão sexual”, “disfarcismo” e até mesmo “homossexualismo”. Também deve-se levar em consideração que, antes de 1950, transgeneridade e homossexualidade eram frequentemente entendidos como um mesmo fenômeno, sobretudo em pesquisas produzidas nos países da Europa e nos Estados Unidos.

Além disso, é preciso superar a ausência de mecanismos censitários estatais que possam proporcionar dados sociodemográficos e registros de qualidade sobre a comunidade trans na América Latina e principalmente no Brasil. Isso é ainda mais válido se considerarmos as pessoas transmasculinas e não-binárias, tendo em vista que as pesquisas existentes tendem a focar nas experiências de mulheres trans e travestis. De maneira geral, se estas pesquisas existem, são realizadas por ONGs e/ou iniciativas autônomas, mas não estatais.

Por fim, também lidamos com os obstáculos impostos pela necropolítica trans: como encontrar pessoas trans e gênero-diversas que tenham vivido tempo o suficiente para oferecer seu testemunho, tendo em vista que a taxa de mortalidade da população trans no Brasil impede a maior parte dessas pessoas – sobretudo as pessoas não-brancas e pobres – de alcançarem a terceira idade? Nesse sentido, para que se possa escrever uma história que seja eticamente comprometida com a vida das pessoas trans, é preciso buscar suas perspectivas através de relatos escritos ou mesmo da história oral, quando possível. E é preciso, acima de tudo, interconectar as inúmeras fontes disponíveis – estas produzidas majoritariamente por pessoas brancas, cis e heterossexuais.

Também por isso, a análise das narrativas patologizantes produzidas no passado não pode ser desassociada de um olhar crítico sobre a branquitude cisgênera e heterossexual, que se postula como neutralidade discursiva na sua produção do Outro como inferior, imoral e passível de correção. Branquitude e cis-heteronormatividade são lugares de produção de saber que precisam ser desnaturalizados e destrinchados. Mais do que isso, precisam ser interpretados como construções ideológicas que se consolidaram a partir de conjunturas históricas e culturais com temporalidades próprias. O fato de que os conhecimentos

produzidos a partir da branquitude e da cisgeneridade dão a impressão de ser perspectivas “neutras” e “universais” é apenas mais um sintoma de sua hegemonia colonial.

Aqui, insisto que o monopólio das narrativas trans, não-hétero e não-brancas por pessoas cis, heterossexuais e brancas, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, implica uma injustiça epistêmica que nos interdita o lugar de agentes de nossas próprias ficções. É preciso que nós, pessoas trans do sul global, tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência.

Não faço isso por crer que todo conhecimento produzido por pessoas trans, não-brancas e não-heterossexuais será necessariamente contra-hegemônico. Mas o faço porque reivindico o direito à produção de saber para além da mera reprodução desde uma perspectiva anti-colonial, reconhecendo a continuidade das relações coloniais de poder na América Latina por meio do racismo, do etnocídio, da cis-heteronormatividade e da desigualdade econômica, e também questionando as epistemologias eurocêntricas, seus cânones e seus métodos extrativistas outrora ou ainda autorizados.

Nesta pesquisa utilizei o caso de Mário da Silva, rapaz de Itajaí que passou por uma cirurgia de redesignação sexual em 1959 – conforme narrado pela reportagem “Maura Maria virou Mário” da edição 0016 da revista O Cruzeiro, em janeiro de 1959 – para analisar o paradigma patologizante e a forma como ele incidia sobre corporalidades trans e gênero-diversas no Brasil, de 1949 a 1959. Insisti que o paradigma patologizante da transgeneridade está intimamente conectado com a cisnormatividade, que defini como uma instância específica de saber-poder cujas raízes estão nas epistemologias coloniais dos séculos XV e XVI, que se consolidou a partir do século XVIII na Europa e que ganhou destaque em meados do século XX, sobretudo no interior de disciplinas como endocrinologia, psiquiatria, sexologia, medicina e biologia, principalmente em países da Europa e nos Estados Unidos.

Ao observar a narrativa que se fez sobre o caso de Mário da Silva, pude identificar três lógicas fundamentais da cisnormatividade, conforme proposto pela intelectual travesti Viviane Vergueiro: 1 – a ideia de permanência do gênero, isto é, de que a identidade de gênero de uma pessoa será sempre fixa e estável ao longo da vida; 2 – a pré-discursividade, ou seja, a noção de que é possível identificar o gênero de uma pessoa a partir de critérios objetivos e determinadas características corporais, supostamente universais; 3 – o binarismo de gênero, ou a ideia de que só existem dois gêneros naturais na espécie humana (homem e mulher). A

essas três lógicas, adicionei mais uma: a heteronormatividade, ou a noção da heterossexualidade como regra e ponto de partida.

Situei a máxima expressão do paradigma patologizante da transgeneridade na década de 1950, entendendo-o como um aparato técnico-discursivo biopolítico que foi utilizado no intuito de moldar, disciplinar e produzir corpos e populações cisgêneras. Assim, Mário da Silva foi precisamente uma pessoa de seu tempo, tendo vivido no cerne de um movimento histórico de medicalização e patologização de corporalidades que tensionavam o *cistema* binário de gênero. A partir do conceito de ilusão biográfica e de identidade narrativa, analisei brevemente a tensão entre o tempo dos sujeitos trans e o tempo institucional.

Argumentei que Mário da Silva, bem como pessoas trans e gênero-diversas, representam simultaneamente uma espécie de anacronismo e de exílio: anacronismo na medida em que frequentemente são vistas como pessoas que estão fora do tempo presente, quase invisíveis nas narrativas históricas hegemônicas, marcadas como pessoas cujo tempo pessoal está em conflito com o tempo das instituições sociais; e em exílio pois geralmente são vistas como pessoas que estão fora de lugar, como quando adentram o mercado de trabalho formal ou circulam por espaços (estabelecimentos, bairros, cidades, regiões, países) que tomam sua presença como uma afronta.

Também apontei que retirar determinados grupos sociais do tempo presente é um conhecido mecanismo de apagamento racista e etnocida, pois nega a estes grupos a coexistência no “aqui” e “agora” e estabelece, por consequência, uma divisão entre modelos de sociedade vinculados ao atraso e modelos de sociedade vinculados ao progresso – sendo estes, em geral, atrelados à supremacia branca, à cis-heteronormatividade e ao capitalismo. Por consequência, depreendemos que a ideia da transgeneridade como um fenômeno social novo é uma construção discursiva que tem o efeito prático de adiar indefinidamente o reconhecimento de pessoas trans e gênero-diversas como sujeitos sociais legítimos no tempo presente.

Na sequência, dediquei-me à análise dos textos científicos em si, colocando sob olhar crítico os sujeitos que produziram os conceitos de inversão sexual, *travestismo*, *transexualismo*, e a particularidade das relações de poder nas quais estes saberes estão inseridos. Alguns dos autores analisados foram David Cauldwell, Harry Benjamin e Magnus Hirschfeld.

O estudo destes textos canônicos no campo da sexologia e da endocrinologia demonstrou que o paradigma patologizante da transgeneridade, ao mesmo passo em que vinculava a diversidade das identidades de gênero humanas às categorias diagnósticas, preconizando desde ali os tratamentos para a sua cura, também estabeleceu a cisgeneridade heteronormativa como norma implícita de existência.

Assim vimos que a concepção binária de sexo-gênero (homem/mulher) é menos um fato natural e mais uma construção discursiva que toma as corporalidades cisgêneras como ponto de partida e lugar ideal de chegada. Essa divisão binária de sexo/gênero, também chamada de dimorfismo sexual, ganhou força a partir do século XVIII, sobretudo em países da Europa e posteriormente nos Estados Unidos. Ela se materializou com a consolidação de uma multiplicidade de campos disciplinares, como a sexologia, psiquiatria e endocrinologia, que efetivamente produziram a diferença sexual. Nesse sentido, torna-se explícito que as pessoas cis também fabricam seus corpos e gêneros, pois todos os corpos e gêneros são fabricados por meio de tecnologias culturais precisas e historicamente situadas.

Por fim, tomei como fonte dois manuais de medicina-legal e as três edições do Código Penal brasileiro para entender quais eram as concepções de normalidade do corpo e da sexualidade que orientavam as teorias e práticas do campo da Medicina e do Direito brasileiro de 1949-1959. E, por consequência, quais eram as medidas corretivas, terapêuticas ou punitivas recomendadas para os casos de anormalidade de gênero e sexualidade. As fontes analisadas foram “Psicologia forense e psiquiatria médico-legal”, de Napoleão L. Teixeira (1954); “Psicopatologia Forense”, de J. Alves Garcia (1958), bem como as três edições do Código Penal brasileiro, incluindo uma versão comentada por Flamínio Fávero (1950).

Identifiquei, nestas fontes, uma concepção de normalidade dividida em três eixos: é normal aquilo que 1 – é orientado por um ideal de pessoa, bem como um ideal de sociedade; 2 – é estatisticamente comum; 3 – atua para a conservação da espécie. Tendo isso em vista, busquei demonstrar que os protocolos jurídicos e médicos no que se referem às pessoas trans, travestis, não-binárias e gênero-diversas de modo geral, tais como prescritos pelas fontes analisadas, orientavam-se no sentido de garantir a manutenção das normas de sociabilidade e a conservação da espécie dentro dos moldes cisnormativos, heterossexuais e monogâmicos. Qualquer arranjo que escapasse a este modelo poderia ser enquadrado como uma afronta ao ideal de pessoa cristalizado pelas tecnologias biopolíticas, sendo, portanto, passível de sofrer sanções sociais, jurídicas, médicas, entre outras.

Considerando que não havia um único protocolo médico para o tratamento da transgeneridade, então entendida como patologia, como inversão sexual ou mesmo como um tipo de psicopatia, os tratamentos possíveis envolviam: educação moral; tratamento hormonal e/ou intervenções cirúrgicas; tratamento psicoterapêutico; internação em instituições psiquiátricas; entre outras possibilidades.

De uma perspectiva jurídica, nunca houve no Brasil uma lei que criminalizasse especificamente a transgeneridade, ao contrário de outros países. Contudo, se a jurisdição vigente permitia apenas o registro de pessoas sob o sexo feminino ou masculino, mas não permitia a retificação do sexo jurídico e criminalizava o ato de assumir para si uma outra identidade, podemos afirmar que, na prática, esta jurisdição tomava a cisgeneridade como a única alternativa legal.

Também aponteí que a racialização – e o racismo como violência individual, institucional e estrutural – funcionam como critério definidor para entender os distanciamentos e aproximações entre a figura do criminoso e a figura do doente no Brasil. Logo, a patologização da transgeneridade provavelmente não incidiu tanto sobre os corpos trans e gênero-diversos não-brancos quanto o racismo, firme fundamento das instituições brasileiras. Entretanto reconheço que este ponto, como muitos outros suscitados por esta pesquisa, carecem ainda de muita investigação posterior.

Dediquei-me brevemente à questão das modificações corporais, que entendo menos como um fundamento ontológico das identidades trans e mais como estratégias legítimas e possíveis para a construção de uma identidade pessoal através do corpo. Assim verifiquei que, para além de intervenções cirúrgicas balizadas por profissionais da medicina, pessoas trans brasileiras comumente empregavam tecnologias artesanais para modificar o próprio corpo e expressão de gênero. Eram, em outras palavras, processos artesanais de criação de si. Algumas das práticas envolviam, por exemplo, injeção de parafina para aumento dos seios, retirada das mamas e uso de bombas de sucção para inchar determinadas regiões do corpo, entre outras.

Finalmente descrevi o que identifico como uma ontologia massificadora do ser, legado colonial que hierarquiza determinados modos de vida e concepções de mundo como mais civilizados e corretos do que outros, vistos como inferiores e indesejáveis – portanto passíveis de eliminação. A isso, contraponho com a noção da transgeneridade como uma ética de

existência voltada para a euforia, para a auto-determinação e para a constituição de redes mais criativas de afinidades.

Aqui, critico o discurso patologizante que entende a transgeneridade como ontologicamente relacionada com a tristeza, a angústia e a tragédia; do contrário, argumento que a tristeza é justamente resultado de um processo massificador que estabelece corpos cisgêneros como mais corretos, aceitáveis e “naturais”. Nesse contexto, afirmo que as ficções não apenas descrevem o mundo de diferentes formas, mas também ajudam a construí-lo – daí a importância de criar desde já ficções de mundo que deem conta de pessoas trans, travestis e não-binárias como pessoas legítimas no tempo presente.

**6. ANEXO: CRONOLOGIA E BIBLIOGRAFIA DA TRANSGENERIDADE EM
PSIQUIATRIA, PSICANÁLISE, SEXOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA E CIRURGIA,
NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS (1910 - 1959)**

Esta seção foi adaptada da cronologia disponível em “Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do ‘fenômeno transexual’ (1910-1995)”³⁷⁵. Alguns termos, por trazerem consigo uma carga patologizante, foram alterados para suas versões mais contemporâneas. Esta cronologia não pretende dar conta de todos os trabalhos publicados sobre este tema no ocidente dentro do referido recorte temporal, mas servir como referencial básico e facilitador de futuras pesquisas sobre o tema.

1910	HIRSCHFELD, Magnus. <i>Die Tranvestiten. Eine Untersuchung über den erotischen Verkleidungstrieb mit umfangreich casuistischem und historischem Material</i> . Berlin: Pulvermacher e Leipzig: Spohr. Primeiro uso do termo “transexualpsíquico”.
1911	FREUD, Sigmund. Psychoanalytische Bemerkungen über eine autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia (<i>Dementia Paranoides</i>). <i>Jarbuch für Psychoanalytische und Psychopathologische Forschung</i> n.o 3-1, pp. 9-68.
1912	Magnus Hirschfeld, que sugeriu a Eugen Steinach suas experiências sobre as glândulas endócrinas, menciona uma primeira intervenção cirúrgica e hormonal de redesignação sexual.
1914	HIRSCHFELD, M. <i>Die Homosexualität des Mannes und des Weibes</i> . Berlin: Louis Marcus.
1917	Harold Gillies, cirurgião britânico, pratica as primeiras faloplastias durante a guerra.
1918	Magnus Hirschfeld funda em Berlin o <i>Institut für Sexualwissenschaft</i> .
1921	Operação de “Rudolf” em Dresde, por Felix Abraham, aluno de Magnus Hirschfeld. É o primeiro caso de pessoa transfeminina tratada pela cirurgia.

375 CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.

1922	Publicação dos trabalhos de Wilhelm Stekel sobre as “aberrações sexuais”, que introduz o termo “parafilia” para substituir o de perversão.
1923	Início dos trabalhos de W.M. Allen e Edward Doisy, na Universidade de Saint-Louis, sobre os “hormônios femininos”. GOLDSCHMITH, R. <i>The Mechanism and Physiology of Sex Differentiation</i> . Tradução do inglês de William Dakin. London: Methuen. Referência principal sobre a intersexualidade na nova endocrinologia alemã.
1924	Descrição por Hugh Young do primeiro caso de “hermafroditismo lateral”.
1928	WOOLF, Virginia. Orlando. New York: Harcourt Brace. BERMAN, L. <i>The Glands Regulating Personality</i> . New York: Mac Millan. Obra clássica do behaviorismo endocrinológico (reeditada em 1935).
1929	FRANK, R. <i>The Female Sex Hormone</i> . Springfield: Charles Thomas. Obra que popularizou os estrógenos.
1930	Einar Wegener (“Lili Elbe”) pede a Magnus Hirschfeld para que lhe faça uma cirurgia de redesignação sexual. Felix Abraham pratica algumas vaginoplastias e implantações de ovários. Harry Benjamin reencontra Freud (que se recusa a analisá-lo). FAIRBAIRN, W. R. D.,” Features in the analysis of a patient with a physical genital abnormality”, <i>Psychoanalytic Studies of the Personality</i> . London: Routledge & Kegan, 1981. Um dos raríssimos casos de análise de paciente intersexo. FENICHEL, O. The psychology of tranvestis”. <i>International Journal of Psychoanalysis</i> , n. 11, pp. 211-227.
1931	Adolph Friedrich Johann Butenandt, de Göttingen, isola e cristaliza a androsterona já caracterizada por McGee. Despenalização das castrações terapêuticas na Dinamarca.

	<p>ABRAHAM, Felix. Genitalumwandlung na Zwei maennliche Trans vestte, Zeitschrift für Sexualwissenschaft, n.18, pp. 223-226.</p> <p>HIRSCHFELD, M. Perversions sexuelles. Paris: François Aldor (ed. de Felix Abraham).</p>
1932	<p>Conferência em Londres sobre “padronização dos hormônios sexuais”, à qual o francês A. Girar leva 20g de estrógeno (foliculina).</p>
1933	<p>Fechamento do Institut für Sexualwissenschaft de Berlim.</p> <p>HOYER, N. Man into woman: na authentic Record of a Change of Sex. Trad. e prefácio de Norman Haine. London: Jarrolds; New York: Dutton. Relato da vida de Einer Wegener por Ernst Ludwig Harthern Jacobsen, sob o pseudônimo de Niels Hoyer.</p>
1934	<p>Leopold Ruzicka, na Suíça, sintetiza pela primeira vez a androsterona a partir do colesterol. Adolph Friedrich Johann Butenandt, na Alemanha, O. P. Winterstein e W.M. Allen nos Estados Unidos isolam e cristalizam a progesterona do corpo amarelo.</p> <p>ROBINSON, W. Our Mysterious Life Glands. How They Affect Us. New York: Eugenics Publishing. Texto-guia da endocrinologia popular.</p>
1935	<p>Morte de Magnus Hirschfeld.</p> <p>K. David, E. Dingemanse, J. Freud e E. Laqueur isolam a testosterona. E. Doisy descobre o estradiol (dihydrofoliculina).</p> <p>HILL, W.W., The status of the hermaphrodite and transvestite in Navaho Culture, American Anthropologist, n. 37, pp. 273-279.</p>
1936	<p>Síntese do estradiol (ethynil-estradiol), que servirá para a produção das primeiras</p>

	<p>pílulas anticoncepcionais e das primeiras autoadministrações de hormônios para pessoas trans.</p> <p>ELLIS, H. <i>Studies in the Psychology of Sex</i>. I, “Sexual Inversion”, e II “Eonism”. New York: Random House.</p> <p>FAIRBAIRN, W.R.D. The effect of a king’s death upon patients undergoing psychoanalysis. <i>Psychoanalytic Studies of the Personality</i>. London: Routledge & Kegan, 1981. Seguida da análise da paciente de 1931.</p> <p>HIRSCHFELD, M. <i>Le sexe inconnu</i>. Paris: Montaigne.</p>
1937	<p>DEVEREUX, G. Institutionalized homosexuality of the Mohave indians. <i>Human Biology</i>, nº 9, pp. 502-527.</p> <p>YOUNG, H. <i>Genital Abnormalities. Hermaphroditism and Related Adrenal Disorders</i>. Baltimore: Williams and Wilkins. Considerado, então, um grande manual sobre “hermafroditismo”.</p>
1939	<p>Adolf Friedrich Johann Butenandt e Leopold Ruzicka recebem o prêmio Nobel de química por seus trabalhos sobre os esteroides sexuais.</p>
1942	<p>FINESINGER, J., MEIGS, J. e SULKOWITZ, H. Clinical, psychiatric and psychoanalytic study of a case of male pseudohermaphroditism. <i>American Journal of Obstetrics and Gynecology</i>, n. 44, pp. 31-37.</p>
1943	<p>Edward Doisy recebe o prêmio Nobel de medicina por seus trabalhos de endocrinologia. Georges Marie André Schwidenhammer, preso pela Gestapo, é internado em Struthof e sofre tratamentos hormonais feminilizantes. Ao ser libertado, é a primeira pessoa a solicitar mudança de estado civil na Alemanha, que obtém em 1975.</p>
1944	<p>GUTERNATSCH, F. <i>True hermaphroditism: Concerning the 37 cases reported</i>. <i>Journal of Urology</i>, n. 52, p. 621.</p>

1945	DE KRUIF, P. <i>The Male Hormone</i> . New York: Harcourt Brace. Esta obra populariza a testosterona.
1946	DILLON, M. <i>Self: A study in Ethics and Endocrinology</i> . London: Os dilemas cirúrgicos e o peso do papel psicossocial na escolha do gênero em casos duvidosos, escritos por uma pessoa trans.
1949	CAULDWELL, D. <i>Psychopathia transexualis</i> . <i>Sexology</i> , n. 16, pp. 274-280. Sobre um caso de uma pessoa transmasculina (“Earl”).
1952	Operação de George/Christine Jorgensen em Copenhague pela equipe de Christian Hamburger, constituída pelo psiquiatra Daniel Stürup e pelos cirurgiões Poul Fogh-Andersen e Erling Dahl-Iversen.
1953	<p>Georges Burou começa a operar pessoas trans em Casablanca.</p> <p>BENJAMIN, H. Transvestism and Transsexualism. <i>International Journal of Sexology</i>, n. 7, pp. 12-13.</p> <p>HAMBURGER, C., STÜRUP, D e DAHL-IVERSEN, E. Transvestism: Hormonal psychiatric and surgical treatment. <i>Journal of the American Medical Association</i>, n. 152, pp. 391-396.</p> <p>HAMBURGER, C. The desire for change of sex as shown by personal letters from 465 men and women. <i>Acta Endocrinologica</i>, n. 14, pp. 361-375.</p> <p>OSTOW, M.K. Letter to the Editor. <i>Journal of the American Medical Association</i>, n. 152, p. 1553. Protesto contra a operação de Jorgensen.</p>
1954	<p>Christine Jorgensen é eleita como a mulher do ano.</p> <p>COWELL, R. <i>Roberta Cowell’s story</i>. New York: British Book Centre. Tradução francesa em 1955: <i>Comment je suis devenu femme</i>.</p> <p>BENJAMIN, H. Transvestism and transsexualism as psycho-somatic and somatopsychic syndromes. <i>American Journal of Psychotherapy</i>, n. 8 (consagrado a um simpósio sobre transexualidade).</p>

	<p>GUTHEIL, E. The psychoanalytic background of transsexualism and transvestism. <i>American Journal of Psychotherapy</i>, nº 8. Artigo fundador da teoria psicanalítica da transexualidade por um conflito nevrótico.</p>
1955	<p>Primeira menção do conceito de “gênero” por John Money, após a ideia do “papel” aplicado à diferença dos sexos por Talcott Parsons.</p> <p>MONEY, J., HAMPSON, John e HAMPSON, Joan. Hermaphroditism: recommendations concerning assignment of sex, change of sex, and psychological management. <i>Bulletin of the Johns Hopkins Hospital</i>, n. 97, pp. 301-319. Ponto de partida de práticas de redesignação para pessoas intersexo.</p> <p>IDEM. An examination of some basic sexual concepts: the evidence of human hermaphroditism. <i>Bulletin of the Johns Hopkins Hospital</i>, nº 97. Estudo de pares de pessoas intersexo educadas em gêneros diferentes, concluindo pela neutralidade psicosexual no nascimento.</p> <p>WORDEN, F.G. e MARSH, J.T. Psychological factors in men seeking sex transformation. <i>Journal of the American Medical Association</i>, n. 157, pp. 1.291-1.298. Primeiro estudo científico geral sobre a transexualidade de um ponto de vista psicológico.</p>
1956	<p>ALBY, Jean-Marc. Contribution à l'étude du transsexualisme. Thèse de médecine, Paris.</p> <p>CAULDWELL, D. (ed.). <i>Transvestism. Men in Female Dress</i>. New York: Sexology Corporation.</p> <p>LINDON, R. Aspects juridiques du transsexualisme. <i>Recueil général des lois</i>, nº 95.</p> <p>MONEY, J., HAMPSON, John e HAMPSON, Joan. Sexual incongruities and psychopathology: the evidence of human hermaphroditism. <i>Bulletin of the Johns Hopkins Hospital</i>, nº 98, pp. 43-57.</p>
1957	<p>GILLIES, H. e MILLARD, R. <i>Principles and Art of Plastic Surgery</i>. Boston: Little and Brown; London: Butterworth. Estudo técnico das operações de redesignação.</p> <p>MONEY, J. HAMPSON, John e HAMPSON, Joan. Imprinting and the establishment of gender role. <i>Archives for Neurology and Psychiatry</i>, n. 77, pp. 333-336. Teoria neo-etiológica da transexualidade como em Lorenz (que exclui o conflito</p>

	intrapsíquico).
1958	<p>Agnes apresenta-se a Robert Stoller, Harold Garfinkel e Alexander Rosen, na Universidade de Califórnia, Los Angeles, como pessoa intersexo desejando uma cirurgia de redesignação.</p> <p>DELCOURT, M. Hermaphrodite. Paris: PUF. DE SAVITSCH, E. Homosexuality, Transvestism and change of Sex. Springfield: Carles Thomas.</p>
1959	<p>GOFFMAN, E. The presentation of Self in Everyday Life. New York: Doubleday. Obra que constitui referência para a análise social do papel de gênero.</p>

7. FONTES PRIMÁRIAS

BENJAMIN, Harry. **Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes.** American journal of psychotherapy 8:2 1954 Apr pg 219-30.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

BRASIL. Decreto-Lei 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal do Imperio do Brazil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm

CAULDWELL, David O. **“Psychopathia Transsexualis.”** Sexology, N. Y., Dec. 1949.

DILLON, Michael. **Self: A Study in Ethics and Endocrinology.** 1946

FÁVERO, Flamínio. **Código Penal Brasileiro Comentado:** Crimes contra a saúde pública, crimes contra a paz pública. São Paulo: Saraiva, 1950.

GARCIA, J. Alves. **Psicopatologia Forense.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.

HISCHFELD, Magnus. **Transvestites:** The Erotic Drive to Cross Dress. Traduzido por Michael A. Lombardi-Nash. Buffalo, NY: Prometheus Books, 1991.

Maura Maria virou Mário. Revista O Cruzeiro. 21. jan. 1959. Rio de Janeiro. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

TEIXEIRA, Napoleão L. **Psicologia forense e Psiquiatria médico-legal.** Curitiba, 1954

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMED, Sara. **Selfcare as warfare**. 2014. Disponível em: <<http://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>>. Acessado em 28/07/2019.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AINSWORTH, Claire. **Sex Redefined: The idea of two sexes is simplistic**. Biologists now think there is a wider spectrum than that. *Nature*, 518, 288–291, (19 February 2015).
- AKOTIRENE, Carla. **Reflexões sobre racismo, medicina e direito**. Texto publicado em suas redes sociais, no dia 11/08/2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANZALDÚA, Glória. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza**. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987.
- ARTIÉRES, Philippe. **Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011.
- BAGAGLI, Beatriz. 2014. **O que é cisgênero?** Disponível em *Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões trans*: Disponível em: <goo.gl/ksF0SF>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.
- _____. **Máquinas discursivas, ciborgues, transfeminismo**. In: GÊNERO | Niterói | v.14 | n.1 | 2.sem.2013
- BEEMYN, Genny. **A Presence in the Past: A Transgender Historiography**. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013. p.113
- BENJAMIN, Walter. **"Sobre o conceito de história"** In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, nº 2, p.569-581. Florianópolis, 2012.

_____. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Rev. Estud. Fem. [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BENTO, Maria Aparecida. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

BOHM, Alessandra M. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis.** 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.** 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BORNSTEIN, Kate. 1994. **Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us.** New York: Routledge.

BOURDIEU, Pierre. **L'illusion biographique.** *Actes de la Recherche en Sciences Sociales.* L'illusion biographique, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986.

BRAZ, Camilo. **Transmasculinidades, temporalidades: Antropologia do tempo, da espera e do acesso à saúde a partir de narrativas de homens trans.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.58

_____. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”.** Nova Iorque: Routledge, 1993.

CABRAL, Raíssa Éris Grimm. **Abrindo os códigos do tesão: encantamentos de resistência entre o Transfeminismo pós-pornográfico.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2015.

- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005
- CASTEL, Pierre-Henri. **Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)**. Revista Brasileira de História, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário Andrade**. 2. ed. rev. e atual. Chapecó, SC: Argos, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. **Comentário sobre o artigo de Hekman ‘Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited’**: Onde está o poder? Signs, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997. [Tradução de Juliana Borges]
- COSTA, Cláudia de Lima. **Feminismos descoloniais para além do humano**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014.
- _____. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates***. cadernos pagu (19) 2002: p.59-90.
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DEVUN, Leah; TORTORICI, Zeb. **Trans, Time, and History**. In: Transgender Studies Quarterly (TSQ), 2018. 5 (4): p.518-539
- ERVIN, Lorenzo Kom`boa. **Anarquismo e revolução negra**. São Paulo: Coletivo Editorial Singuilar. 2015.
- FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. p.71-84
- FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Percu Abramo, 2009. 196 p. - (Coleção História do Povo Brasileiro).

FAUSTINO, D. M. **A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “ser” negro.** In: Revista Tecnologia e Sociedade (Online), v. 1, 2013a, p. 121-136.

_____. **Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon.** In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013b, p. 216-232.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sex/gender. Biology in a social world.** New York: Routledge, 2012.

_____. **The five sexes: Why male and female are not enough?** The Sciences. Março-Abril, 1993

FEINBERG, Leslie. **Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman.** Boston: Beacon, 1996.

FEMENIAS, Maria Luisa. **Esbozo de un feminismo latinoamericano.** Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril/2007.

FERNANDES, Yuri. **Martinha: ‘Fui presa mais de 200 vezes na ditadura’.** Em: <https://projetcocolabora.com.br/ods5/travesti-martinha-presa-mais-de-200-vezes-durante-a-ditadura-relembra-abusos/>

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** São Paulo: Unesp. 2007

FISCHMAN, Roseli. **Educação, democracia e a questão dos valores culturais.** In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência, 1996B.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

_____. **O verdadeiro Sexo.** In: Ditos e escritos. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 82-91.

_____. O que são as luzes? In: _____. **Ditos e escritos II – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquitude não marcada**. In V. Ware (Org.), *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, Trad., pp.307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.312- 313

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

FRICKER, Miranda. **Powerlessness and Social Interpretation**. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo : Nacional, 1989.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. pp. 183-202.

GILLIES, Harold; MILLARD JR, Ralph. **The principles and Art of Plastic Surgery Volume II**. Boston: Little, Brown, 1957.

GLAAD Media Reference Guide. 2019. Disponível em:

<http://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>.

Acessado em 05/06/2019.

GOMES, Ângela de. (org). **Escritas de Si. Escritas da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GREEN, Jamison. **Becoming a visible man**. Nashville, TN: Vanderbilt University Press. 2004.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, Março 2008. p.118

HALBERSTAM, Jack. **Masculinidades femininas globais**. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Sílvia de Moraes (Orgs.). Fronteiras de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p.227 – 228

_____. **In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives**. Nova York: New York University Press, 2005.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARAWAY, Donna. **Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Nature**. Nova York: Routledge, 1989.

_____. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective**. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575 – 599, 1988

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014,

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 11ª ed. (Partes I e II). Petrópolis: Vozes, 2002

HENNING, Carlos Eduardo. **“Na minha época não tinha escapatória”**: teleologias, temporalidades e heteronormatividade. Cadernos pagu (46), janeiro-abril de 2016, p.341-371.

HERING, Maria Luiza Reunax. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau : Ed. da FURB, 1987.

HOLMES, Morgan. **"Locating Third Sexes"**. In: Transformations Journal. Regions of Sexuality (8). 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Interloquções teóricas do pensamento transfeminista**. In: _____. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

_____. **O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 3, p. 363-372, set/dez 2013.

_____. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. p.7, 8

- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó; 1ª Edição. 2019.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros**. Curitiba: Transgente, 2015.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whitely. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de gênero**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- LAZZARATO, Maurizio. **Del biopoder a la biopolítica**. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.
- LEAL, Carlos Eduardo. **O Jornal**. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. **Jornal do Comércio**. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Vol. 3.
- LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**. Antropologia e sociedade. Campinas: Papius, 2013.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. **“Nossos corpos também mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008
- LOURO, G. L. **Pedagogia da Sexualidade**. In: Louro, G. L. *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

Ludditas Sexxxuales. **Ética amatoria para un deseo libertario y las afectaciones libres y alegres**. Buenos Aires: Milena Casarola, 2012.

LUGONEZ, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3):320, setembro-dezembro/2014.

_____. **Heterosexuality and the Colonial / Modern Gender System**. In: Hypatia, Volume 22, Number 1, Winter. 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MARTINELLI, Andreia. **Juiz determina que Lourival Bezerra seja enterrado com identidade masculina**. Em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/lourival-justica-enterro-homem_br_5c89667ce4b038892f4a0424

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018

MEYEROWITZ, Joanne J. **How sex changed: a history of transsexuality**. First Harvard University Press paperback edition, 2004.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMS, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Estranhando Foucault: uma releitura queer de História da Sexualidade I**. In: SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer: Seguido de Ágape e Êxtase: Orientações Pós-Seculares. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MITTANCK, Vanuza Alves. **As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

mombaça, jota. **rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017.

- MONESTIER, Martin. **Les geules cassues. Les medecins de l'impossible 1914-18**. Paris: Cherche Midi, 2009.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- NAMASTE, Viviane K. 2000. **Invisible lives: The erasure of transsexual and transgendered people**. Chicago: University of Chicago Press.
- NERY, João. **A viagem solitária**. São Paulo: Leya, 2018.
- NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.2, p. 09-41. Florianópolis: UFSC, 2000.
- NÚÑEZ, Geni. **Curso Branquitude e Etnocídio**. Ministrado em 25/07/2020, através da plataforma Zoom.
- _____. **Humano, desumano: invenções coloniais**. Texto publicado em suas redes sociais, no dia 24/01/2020.
- OLIVEIRA, Manoel Rufino de. **Despatologização das vivências trans: o impacto da abolição do diagnóstico de gênero nos direitos das pessoas trans**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Belém, 2017
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PALHANO, Luck. **Imaginando Trans: Narrativas culturais, imagéticas decoloniais e temporalidades dissidentes** (palestra). 2019.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP. Ed: Unicamp. 4ª edição, [1975] 2009.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis***. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 101-111, jan./jun. 2011.
- PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 1, n. 2, p.13-30, 2o semestre de 2004.p.21
- PELBART, Peter Pal. **Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo...** Saúde Soc 2015; 24 Suppl 1:19-26
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017.

_____. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11, jan. 2011.

Precisamos falar sobre o racismo. Live com Ailton Krenak, Maria Rita Kehl, Wlamyra Ribeiro Albuquerque, Jaqueline Kayowá e Casé Angatu. Realizada em 07/06/2020. Disponível em: [youtube.com/watch?v=9XZRaJK-IYc&ab](https://www.youtube.com/watch?v=9XZRaJK-IYc&ab)

PROSSER, Jay. **Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex**. In: S. Stryker and S. Whittle (Eds) *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p. 257-281

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. [Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. 2ª edição, 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p.88-93

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p.117-142.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. **Biopower Today**. *BioSocieties* (2006). Disponível em: <http://anthropos-lab.net/wp/publications/2007/01/rabinow-rose.pdf>. Acessado em 27/06/2019

RADI, Blas. **On trans epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges**. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63.

RAMOSE, M. B. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. *Ensaio Filosóficos*, Volume IV - outubro/2011

_____. **Self-determination in Decolonization**. In: TWINING, William (ed.) *Issues of Self-Determination*. Aberdeen University Press, 1991. p.25-31.

REVEL, Jacques. "**Micro - história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado**". Revista Brasileira de Educação, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.

_____. **A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal.** Trad. Carlos João Correia. Arquipélago, n. 7, p. 177-194, 2000.

_____. **Tempo e narrativa I.** Campinas: Papyrus 1994b.

_____. **O si mesmo como um outro.** Tradução de Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1994a.

ROSCOE, Will. "**Was We'wha a Homosexual?: Native American Survivance and the Two-Spirit Tradition.**" GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies 2:3 (1995): 193–235.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo:** Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1

_____. **Entrevista com Judith Butler, "Sexual Traffic" in Feminism Meets Queer Theory.** Elisabeth Weed e Naomi Schor (Orgs.). Indiana: Indiana University Press, 1997.

SCOTT, Joan. "Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Vol. 20, No. 2 (jul-dez, 1995).

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo':** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

SILVA, Alexandra de Melo. **A Política externa de JK: Operação Pan-Americana.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

_____. **Desenvolvimento e multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK.** Contexto internacional, v. 14, n. 2, p. 209-239, jul./dez. 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOVIK, L. **Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica.** Contemporânea, v. 3, n. 2, p. 159 – 180, 2005.

_____. **Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil.** In Vron Ware (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: Seguido de Ágape e Êxtase: Orientações Pós-Seculares.** 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985]. Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa.

STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). **Transgender Studies Reader 2.** New York: Routledge, 2013

_____. **Transgender History.** Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

_____. WHITTLE, Stephen (eds). **The Transgender Studies Reader.** New York: Routledge, 2006.

SUÁREZ, Fernanda C. Martins; FARIAS, Rita de Cássia P. **Construções de gênero nos anos 1950: entre o conformismo e a subversividade.** Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. pp. 168-179

THOMAS, Wesley. **Navajo Cultural Constructions of Gender and Sexuality, in Two-Spirit People: Native American Gender Identity, Sexuality, and Spirituality.** Eds. Sue- Ellen Jacobs, Wesley Thomas, and Sabine Lang, 169. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1997.

TIBURI, Marcia. **Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão.** Rev. Estud. Fem. vol.21 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2013

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 7a ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VALENTINE, David. **Imagining Transgender: The Ethnography of a Category**. Durham: Duke University Press, 2007, p.29–65

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. **O Cruzeiro**. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona/Madrid: Editorial EGALES, 2006.